



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Catarina Isabel Baptista Pereira Macedo

# **O HOSPITAL REAL DE COIMBRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII**

Dissertação de Mestrado em História: Época Moderna, orientada pela  
Professora Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada ao Departamento  
História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra

Outubro, 2021

# FACULDADE DE LETRAS

## O HOSPITAL REAL DE COIMBRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação</b>
<b>Título</b>	<b>O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII</b>
<b>Autor/a</b>	Catarina Isabel Baptista Pereira Macedo
<b>Orientador/a(s)</b>	<b>Doutora Maria Antónia Lopes</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria do Rosário Morujão</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutora Maria Marta de Lobo Araújo</b> <b>2. Doutora Maria Antónia Lopes</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Época Moderna</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>18 de novembro de 2021</b>
<b>Classificação</b>	<b>17 valores</b>



## Resumo

O Hospital Real de Coimbra foi fundado por D. Manuel I em 1504 e recebeu regimento em 1508. Construído na Praça, como era então conhecida, gozava de uma posição privilegiada que lhe permitiu evoluir conforme o ritmo das mudanças e transformações da cidade.

A instituição já foi alvo de investigação para a época das suas origens e, de forma sistemática, para o período 1750-1850. Existia, portanto, uma importante lacuna de estudos para um período de mais de duzentos anos, entre o século XVI e meados do século XVIII. Contudo, por carência de fontes, só foi possível preencher essa lacuna para a primeira metade de Setecentos. Assim, a presente dissertação visa conhecer o funcionamento desta unidade hospitalar, nesse período, em variadas vertentes: quem a geria, quem foram as pessoas que nela trabalharam, qual o perfil dos enfermos, quais os ritmos anuais e estacionais de entrada e saída de doentes, que taxas de cura e de mortalidade se registaram e, por fim, tentar reconstituir o seu recheio e a alimentação que se fornecia a enfermos, padres e trabalhadores.

O regimento foi importante para entender as funções de alguns funcionários, mas o livro de provisões e os registos de receitas e despesas possibilitaram uma recolha mais fidedigna do quadro de trabalhadores do hospital e dos consumos da instituição. Os livros de entradas e saídas de doentes foram cruciais para conhecer a clientela hospitalar.

**Palavras-chave:** Hospital Real de Coimbra; século XVIII; Assistência hospitalar; Enfermos.

## Abstract

The Royal Hospital of Coimbra was founded by the King Manuel I in 1504 and received a regiment in 1508. Built in the *Praça* (the Square), as it was then known, it enjoyed a privileged position that allowed it to evolve according to the pace of changes and transformations of the city.

The institution has already been investigated for the time of its origins and, systematically, for the period of 1750-1850. There was, therefore, an important gap in studies for a period of more than two hundred years, between the 16<sup>th</sup> century and the middle of the 18<sup>th</sup> century. However, due to a lack of sources, it was only possible to fill this gap for the first half of the 18th century. Thus, this dissertation aims to understand the functioning of this hospital unit in various aspects during this period: who managed it, who were the people who worked there, what was the profile of the sick people, the movements of incoming and outgoing patients, cure and mortality rates and, finally, trying to reconstitute its filling and the food that was provided to the sick, priests and workers.

The regulations were important to understand the functions of some officials, but the book of provisions and the records of income and expenses enabled a more comprehensive collection of the hospital's staff and the institution consumption. Patient entry and exit books were crucial to know the hospital clientele.

**Keywords:** The Royal Hospital of Coimbra; 18th century; Hospital Care; Diseased.

## **Medidas da época**

Almude – Medida utilizada para líquidos, equivalente a 24 litros.

Alqueire – Medida de capacidade que em Coimbra rondava os 13,137 litros<sup>1</sup>.

Arrátel – Equivalente a 459 gramas.

Arroba – Aproximadamente 12kg.

Canada – Medida utilizada para líquidos, equivalente a 2 litros.

Quartilho – Porção correspondente a meio litro.

---

<sup>1</sup> Lopes, Luís Seabra, “Medidas portuguesas de capacidade: origem e difusão dos principais alqueires usados até ao século XIX”, *Revista Portuguesa da História*, 36(2º), Coimbra, 2021, p. 351.

## Sumário

Introdução .....	1
Capítulo 1. Os hospitais da Época Moderna e de Coimbra.....	6
1.1. A assistência hospitalar em Portugal na Época Moderna .....	6
1.2. Assistência Hospitalar em Coimbra no século XVIII .....	9
Capítulo 2. O Hospital Real de Coimbra .....	14
2.1. A fundação do Hospital Real de Coimbra.....	14
2.2. A administração: o governo dos Loios.....	16
2.3. Os funcionários do Hospital Real de Coimbra.....	17
2.3.1. Provedor, almoxarife e escrivão .....	18
2.3.2. Procurador da fazenda, solicitador da casa comprador da casa .....	22
2.3.3. Pessoal religioso: capelão e moço da capela.....	23
2.3.4. Enfermeiros, médicos, cirurgião, sangrador, barbeiro e boticário .....	24
2.3.5. Cozinheira, lavadeiras, amassadeira, albergueiro e estribeiro .....	29
Capítulo 3. Os doentes do Hospital Real de Coimbra (1705-1733).....	32
3.1. Movimentos anuais e mensais dos doentes .....	34
3.2. Distribuição dos doentes por género .....	39
3.3. Distribuição dos doentes por estado conjugal .....	42
3.4. Taxas de cura e de mortalidade .....	46
3.5. As camadas dos males .....	50
Capítulo 4. A alimentação no Hospital Real de Coimbra em 1699/1700, 1710/1711 e 1715/1716.....	55
4.1. Despesas com produtos alimentares em 1699.....	56
4.2. Despesas com produtos alimentares em 1710/11.....	59
4.3. Despesas com produtos alimentares (1715/16).....	63
Conclusão.....	70
Anexos.....	78

Fontes e Bibliografia .....	113
-----------------------------	-----

## Introdução

A presente dissertação consiste no estudo do Hospital Real da cidade Coimbra na primeira metade do século XVIII. A escolha do tema surgiu de uma conversa com a Professora Doutora Maria Antónia Lopes na unidade curricular *Novas Instituições: Inquisição, Misericórdia e Academias*, quando a docente nos sugeriu que fizéssemos um pequeno estudo sobre este hospital, que também ela tinha estudado, mas apenas a partir da segunda metade do século XVIII. Inicialmente, só tínhamos ambição de fazer o primeiro ano do mestrado de História em Época Moderna porque no ano seguinte pretendíamos ingressar num segundo curso, o mestrado em Política Cultural Autárquica, também da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, deixando para trás a investigação. No entanto, a aspiração de fazer um estudo mais abrangente sobre o Hospital Real de Coimbra surgiu e considerámos que este seria o momento ideal para o concretizar.

O nosso estudo não é o primeiro a ser realizado sobre o Hospital Real de Coimbra, pois como já mencionámos, Maria Antónia Lopes abordou o mesmo entre 1750 e 1850 na sua tese de doutoramento *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*. Na Época Medieval, também contamos com a tese de doutoramento de Ana Rita Rocha intitulada *A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómicas (séculos XII a XVI)*. E já em finais do século XIX, António Augusto da Costa Simões fizera também um levantamento importante sobre este tema em *Notícia histórica dos hospitais da Universidade de Coimbra*, onde se encontra transcrito o regimento do Hospital Real de Coimbra e é também abordado um período posterior ao que pretendemos estudar. Devemos a Ana Maria Leitão Bandeira o inventário do acervo documental desta instituição – *O Hospital Real de Coimbra: o acervo documental de uma instituição assistencial (1504-1772)* – que nos permitiu entender de uma forma muito rápida quais as fontes que chegaram até aos dias de hoje. Face a este quadro, percebe-se que existia uma lacuna de estudos sobre este hospital para o período moderno. Como as fontes para a classificação da clientela hospitalar só se iniciam em 1704 e porque contribuiríamos para que o hospital estivesse devidamente estudado e documentado no seu período setecentista, decidimos trabalhar a primeira metade do século XVIII. Numa tentativa de valorizar o património cultural, Sofia Pereira Dias, na sua dissertação *Trazer vida à Baixa: reabilitação do antigo Hospital Real de Coimbra*, contextualizou histórica e urbanamente a



instituição, passando a uma caracterização arquitetónica do edifício desde o momento da sua criação até à atualidade e propôs um projeto para a reabilitação do espaço.

Os objetivos principais são entender o funcionamento do hospital, perceber o quadro de funcionários existentes, traçar um perfil da clientela e analisar as despesas da instituição com a assistência. Como podemos ver, a nossa abordagem visa contribuir para conhecer os indivíduos que passavam pelo Hospital Real de Coimbra numa perspetiva da história social, pois em nosso entender é das mais interessantes que podem realizar-se. Sabíamos que esta proposta seria ambiciosa, uma vez que implicaria o levantamento e cruzamento de várias fontes, porém consideramos que é essencial dar a conhecer uma instituição que outrora se destacou e que parece ter caído no esquecimento das pessoas da cidade e da própria autarquia, que nunca se preocupou em readquiri-lo, pelo menos em parte, musealizando-o e devolvendo-o aos conimbricenses. Ocupado por lojas de comércio no rés-do-chão, com o seu belo pátio oculto aos olhares de todos e os pisos superiores (incluindo a capela) reservados ao uso privado ou sem qualquer utilização, o hospital manuelino está impedido de contar uma história de um local que já foi tão importante para as pessoas mais desfavorecidas.

Todo o fundo documental referente ao Hospital Real de Coimbra está depositado no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), arquivo público e de fácil acesso. O regulamento, já transcrito por António Simões (como se disse), foi importante para perceber a orgânica no hospital. Utilizámos ainda o *Livro 2.º do registo em que se lanção as provizoens, alvarás e Resolucoens que vem de sua Magestade e do seu tribunal da mesa da consciência e ordens pera este Hospital Real da Cidade de Coimbra começa no ano de 1699* para fazer um levantamento dos funcionários e determinar a data das nomeações e aprovações pelo monarca. Visando dar a conhecer um quadro de pessoal mais completo possível, recorreremos ainda aos *Livros de receitas e despesas*. Apesar de existir um enorme leque dos mesmos no AUC, apenas analisámos os correspondentes aos anos de 1699/1700, 1710/1711 e 1715/1716, uma vez que os livros de entrada e saída de doentes que foram preservados só se iniciam em 1704 e, no nosso entender, seriam as fontes mais importantes para o tipo de estudo que ambicionamos realizar, pois permitem traçar o perfil dos enfermos, mas apenas para o século XVIII. Infelizmente, muitos destes livros perderam-se e apenas conseguimos consultar os que registam os doentes dos anos 1704 a 1709, 1711 a 1716 e 1724 a 1733. Deixámos de parte os últimos dois que correspondem aos anos 1743-1756, pois já foram explorados por Maria Antónia Lopes. Os livros de registo de receitas e despesas, que já mencionámos, ajudaram-nos também a fazer o levantamento dos gastos com a compra de alimentos para o Hospital Real, sendo o nosso objetivo, não apenas avaliar as despesas, mas sobretudo reconstituir a dieta alimentar praticada

na instituição, uma vez que não encontramos outro tipo de fonte para o fazer. Com a análise dos dispêndios, procurámos ainda perceber como cuidavam dos enterros e sufrágios dos enfermos falecidos.

Estas fontes têm algumas fragilidades. A primeira é o próprio extravio da documentação para largos períodos, como já foi dito. A segunda reside na forma descuidada com que os registos foram feitos, sendo exemplo disso a situação, que iremos aprofundar mais tarde, das receitas e despesas de 1699/1700, pois desse livro só foi possível retirar informação de alguns meses, sendo que na maioria das entradas nada está registado. Nos livros de assento de entrada de doentes no hospital, a omissão de informações que eram impostas pelo regimento é uma constante e apesar de ter existido uma tentativa de melhoria do registo de informação esta não foi conseguida e nos últimos livros as omissões são cada vez mais comuns.

Ao nível da metodologia, utilizámos o *Word* para transcrever o *Livro 2.º do registo em que se lançam as provizoens, alvarás e Resoluçoens ...* e depois acabámos por optar por uma tabela, no mesmo formato, para concentrar a informação sobre os funcionários do hospital, onde recolhemos o nome dos ocupantes dos cargos, as datas de nomeações, as confirmações do rei e toda a informação que fosse possível sobre os funcionários. No caso dos livros de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra, seguimos o mesmo raciocínio. Deste modo, no *Word* fizemos uma tabela para cada ano de que dispomos de informação onde transcrevemos a totalidade das fontes, pensando já em abordagens futuras. Relativamente aos registos de entrada e saída de doentes, optámos por recorrer ao *Excel*, onde registámos o nome dos enfermos, a data de entrada (dia, mês, ano) e data de alta ou óbito, a naturalidade, o estado matrimonial e a filiação.

Lançados os objetivos desta dissertação, estruturámos o trabalho em quatro capítulos, começando por uma abordagem à assistência hospitalar em Portugal na Época Moderna e em Coimbra no século XVIII, passando para uma análise do funcionamento, da administração e dos funcionários do Hospital Real de Coimbra. Seguiu-se a caracterização da clientela hospitalar, dos movimentos anuais e mensais, das taxas de cura e mortalidade e, por fim, um olhar sobre as despesas da instituição com alimentos.

O primeiro capítulo inicia-se com uma contextualização dos hospitais na Época Moderna, partindo de uma perspetiva mais geral para a particular: a assistência hospitalar em Coimbra. Nesta primeira parte do nosso trabalho fazemos sobretudo o estado da arte sobre o assunto, para contextualizar melhor o ponto seguinte.

No segundo capítulo, o enfoque é no Hospital Real de Coimbra. Uma vez mais recorreremos a trabalhos já realizados para fazer a contextualização desta instituição, porém é neste capítulo que começamos a expor as informações que conseguimos recolher. Assim, após uma abordagem do funcionamento e da administração do hospital, já com base nas fontes analisadas avançamos com o quadro de funcionários, conjugando o mesmo com outros recolhidos dos vários hospitais portugueses em funcionamento na Época Moderna.

O terceiro capítulo respeita a clientela hospitalar, visando entender quem eram os doentes que procuravam assistência nesta instituição, observando e tentando explicar os movimentos anuais e mensais dos ingressos, a distribuição por género, a distribuição conjugal e as taxas de mortalidade. Iremos ainda fazer uma análise das entradas dos doentes do gálico neste Hospital Real e, por fim, tentar entender quais eram os gastos associados aos enfermos falecidos.

Sabemos como no século XVIII a alimentação era considerada decisiva na cura dos doentes, o que se encontra tanto nos tratados eruditos de Medicina como nas práticas hospitalares e caseiras. Assim, será feita uma abordagem aos livros de registo de receitas e despesas com o objetivo de determinar quais eram os alimentos que circulavam dentro desta instituição, para que seja possível ter uma ideia da dieta alimentar praticada com os enfermos.

A realização deste trabalho foi marcada pela aventura de realizar dois mestrados em simultâneo, algo que seria impossível sem a ajuda que recebi. Agradeço especialmente à Professora Doutora Maria Antónia Lopes que foi incansável e que demonstrou sempre disponibilidade para me ajudar e aconselhar no melhor rumo a tomar e que, sem dúvida, me influenciou a ter um gosto especial pela história da assistência social. Com muito carinho, relembro o meu avô e o papel que ele desempenhou em todas as decisões importantes da minha vida e que me impulsionou a dar sempre o melhor de mim para o deixar orgulhoso; especialmente agora, que já não se encontra entre nós, quero fazer a sua memória prevalecer. Agradeço ao meu pai, por todo o seu trabalho duro para me possibilitar uma vida confortável e por me ter deixado sempre tomar sozinha as decisões mais importantes da minha vida para me fazer crescer pessoalmente. À minha mãe, por todas as palavras de encorajamento. A todas as minhas irmãs, mas especialmente à Carla, por ser a que se mantém mais próxima de mim e que me ajudou um número incontável de vezes em tantos aspetos da minha vida pessoal e académica. A todos os meus sobrinhos por serem um apoio especial quando também precisava de momentos de descontração. Por fim, um obrigada muito especial a todos os meus amigos

Catarina Macedo

O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

que acompanharem este processo trabalhoso, em especial à Ana, Anita e Adriana. Sem qualquer uma destas pessoas esta seria uma missão impossível. Muito obrigada.

## Capítulo 1. Os hospitais da Época Moderna e de Coimbra

A perceção de assistência hospitalar atual é muito diferente daquela que existia na Época Moderna, especialmente porque os hospitais já não são locais que apenas se destinavam a pessoas pobres. Nesse período, os tratamentos eram muito básicos e quem precisasse de recorrer a um hospital para os receber, declarava publicamente o seu estado de pobreza. Deste modo, os mais ricos curavam-se em casa e esta situação só se inverteu no século XIX, com o desenvolvimento da medicina.

De modo a contextualizar a assistência prestada nos hospitais, iremos começar por fazer uma breve introdução sobre o panorama geral do país e da terapêutica utilizada e depois abordaremos as instituições hospitalares que existiam na cidade de Coimbra, além do Hospital Real.

### 1.1. A assistência hospitalar em Portugal na Época Moderna

A dinâmica da assistência hospitalar na Europa começou a mudar após o fim turbulento da Idade Média, que é associado à trilogia da peste, guerra e fome. Esta foi uma altura em que os olhares se centraram mais nos hospitais – sendo que estes passaram a ser cada vez mais destinados apenas a doentes, pois até então albergavam todo o tipo de pobres<sup>2</sup>. Em Lisboa, antes da reforma da assistência hospitalar, foram contabilizados 42 hospitais, 4 gafarias e 13 albergarias<sup>3</sup> – instituições que globalmente tinham por missão assistir os mais desfavorecidos<sup>4</sup>.

Laurinda Abreu afirma que foi com algum atraso que Portugal integrou o movimento de reforma dos hospitais incentivado pelo Concílio de Viena em 1312, altura em que é reconhecida a incapacidade de gerência dos hospitais por parte dos seus administradores. A autora afirma ainda que França se destaca no processo de transformar os hospitais em instituições a cargo do poder régio<sup>5</sup>.

Em Portugal, o momento que marca o início da reforma no quadro da assistência, dá-se ainda no reinado de D. João II (que contrasta com o total desprezo por D. Afonso V pela assistência hospitalar), quando o mesmo funda o Hospital Real de Todos os Santos, com

---

<sup>2</sup> Ramos, Rute, *O Hospital Real de Todos os Santos: história, memória e património arquivístico*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2019, p. 47.

<sup>3</sup> Nogueira, José Maria António, “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de maio de 1492”, *Esparsos: Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 130.

<sup>4</sup> Ramos, Rute, *O Hospital Real de todos os Santos: História, Memória e Património Arquivístico...*, cit., p. 48.

<sup>5</sup> Abreu, Laurinda, “Oferta e regulação em saúde: o legado de D. Manuel I (1495-1521)” in Araújo, Maria Morta Lobo (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas da Misericórdia (séculos XVI-XVIII)*, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Braga, 2018, p. 38-39.

autorização papal através da bula *Ex Debito Sollicitudinis* de 13 de agosto de 1479, uma vez que este é o documento que autoriza o rei a agir e a incorporar todos os hospitais existentes em Lisboa, num só<sup>6</sup>. Anos mais tarde, o monarca consegue de Inocêncio III autorização para expandir essa medida a outras cidades do Reino (bula *Injunctum Nobis de Super*, 1485), levando a que o processo se repetisse em Santarém, onde se formou o Hospital de Jesus Cristo<sup>7</sup>. Segundo Rute Ramos, o movimento de centralização hospitalar foi-se estendendo a todo o país e serviu para responder à incapacidade que as unidades hospitalares medievais tinham em responder aos problemas crescentes. Assim, o Hospital Real de Todos os Santos deveria servir como uma instituição bem dimensionada e estrategicamente localizada no centro da cidade – altura em que a cidade estava em expansão. A rápida ação da Coroa demonstra que estava efetivamente empenhada na reforma dos hospitais<sup>8</sup>. No entanto, a fundação do Hospital Real de Todos os Santos deve entender-se não somente como uma ação isolada e voluntarista do rei, mas antes no contexto de um processo de reforma da assistência desencadeado pela Coroa para transformar o primário e carenciado quadro assistencial do reino<sup>9</sup>.

De cariz assistencial, os hospitais tinham como objetivo ajudar os mais debilitados e desfavorecidos e eram vistos como locais a evitar por parte dos mais ricos, uma vez que o tratamento que era ministrado neste tipo de instituição era bastante simples (atendendo a que a medicina não era desenvolvida) e quem demonstrasse necessidade de ajuda acedendo a um desses estabelecimentos, declarava publicamente o seu estado de pobreza. Esta circunstância levava a que os indivíduos tardassem a recorrer aos hospitais, o que tinha impacto nas suas condições de saúde. Maria Antónia Lopes salienta que o mundo dos hospitalizados era um retrato da pobreza e que os hospitais da Época Moderna não eram antecâmeras da morte<sup>10</sup>.

Na Época Moderna, a organização assistencial estava voltada para a salvação da alma, pois neste período persistiu a ideia de que a doença era um castigo divino face ao pecado humano e que primeiro atingia a alma e depois o corpo. Assim, o ato de cuidar direcionava-se para a salvação da alma – o que dava um papel essencial ao sacerdote na cura dos enfermos e secundarizava os cuidados dirigidos aos corpos<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> Paiva, José Pedro, “Introdução”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 2*, Lisboa, UMP, 2003, p. 19.

<sup>7</sup> Rute Ramos, *O Hospital Real de Todos os Santos...*, p. 50.

<sup>8</sup> Abreu, Laurinda, “Oferta e regulação: legado de D. Manuel (1495-1421)”..., cit., p. 39.

<sup>9</sup> Pacheco, António, *De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do «espiritual grande de Lisboa»*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008, p. 10.

<sup>10</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, Viseu, Palimage, 2000, vol. I, p. 608-611.

<sup>11</sup> Pacheco, António, *De Todos-os-Santos a São José...*, cit., p. 10.

Neste período, a terapêutica médica era bastante incipiente, o que levava a que fosse facilmente aplicável em casa, e baseava-se em descanso abundante, dietas ricas em carne (especialmente de galinha), mezinhas prescritas por médicos que se deslocavam às casas, e purgas e sangrias realizadas por sangradores, também nos domicílios. Assim, é de esperar que numa sociedade que tão notoriamente fazia distinções sociais baseadas na riqueza e estatuto social, as pessoas com mais posses se recusassem a partilhar salas de tratamentos com pobres, vagabundos e miseráveis que não conseguiam pagar este tipo de cuidados. Os hospitais assumiam-se como instituições de caridade, pois só os pobres requeriam o internamento por não terem possibilidades para comprar galinhas e medicamentos, nem pagar a visita médica – chegou-se mesmo a acreditar que este tipo de instituição deixaria de existir com o desenvolver das sociedades e a melhoria das condições de vida (altura em que ainda estavam longe as descobertas da ciência dos séculos XIX-XX e que tornam agora os hospitais indispensáveis)<sup>12</sup>. No entanto, além de tratamento, também era prestada aos enfermos assistência espiritual – não podemos esquecer que a sociedade moderna era profundamente religiosa e existia um grande cuidado com os preparativos da morte. Por isso os doentes deviam ser assistidos de forma a terem os seus sacramentos em dia, para experienciarem uma boa morte<sup>13</sup>.

É comum atribuir às freiras o papel de enfermeiras neste período. No entanto, esta imagem é errada para o período que estudamos. As freiras eram provenientes das mais altas camadas sociais e o Concílio de Trento instituiu que se deviam submeter à clausura total e perpétua – o que implicava que não pudessem sair do mosteiro/convento ou mesmo ser vistas por pessoas do exterior. Como Maria Antónia Lopes refere, isto levanta automaticamente as seguintes questões: como seria possível então desempenharem um papel social nos hospitais? E, talvez ainda mais pertinente: teriam elas qualquer desejo de exercer tais funções que incluíam o contacto com pessoas dos mais baixos estratos sociais? Como referido anteriormente, as freiras eram pessoas dos altos escalões, o que levava a que no seu quotidiano de clausura dedicassem o seu tempo a rezar e a atividades culturais ou manuais, próprias do seu grupo social. Assim, os trabalhos mais pesados ficavam a cargo de criadas ou mesmos escravas – algo que era facilmente entendido à luz da sociedade desigual e própria daquele tempo. Isto leva a que seja questionada a vontade destas mulheres em assistir nos hospitais a pessoas que não eram

---

<sup>12</sup> Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII-meados do séc. XIX)”, in Silva, Carlos Guardado da, (coord.), *História da saúde e das doenças*, Lisboa, Ed. Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras, 2012, p. 147.

<sup>13</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assistir os pobres e alcançar a salvação”, in Capela, José Viriato, Araújo, Maria Marta Lobo de, “*A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*”, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, p. 525-533.

do seu estatuto. Outro impedimento para as freiras desempenharem tal papel, recai no facto de se verem a si mesmas como esposas de Deus e a este como um marido cioso – o que tornava inaceitável exercerem qualquer tipo de ação que incluísse circular, falar, tocar, ver e ser vista<sup>14</sup>. Portanto, na Época Moderna, os enfermeiros eram pessoas de ambos os sexos de baixo estatuto social e sem qualquer tipo de curso.

## **1.2. Assistência Hospitalar em Coimbra no século XVIII**

Nos primeiros anos do século XVII, a Misericórdia de Coimbra denunciava a necessidade de dotar o Hospital Real de Coimbra com enfermarias da convalescença, o que levou a Mesa da Consciência e Ordens a emitir uma provisão que obrigava os Loios à criação desse tipo de enfermarias. No entanto, a Congregação responsável pelo Hospital Manuelino tentou impugnar essa mesma decisão, uma vez que previa que seria a Misericórdia a cuidar dos convalescentes. Contudo, as enfermarias vieram a ser construídas, mas não estavam ativas, como denunciado por Lucas de Seabra em 1742. Isto levava a que o Dr. Manuel da Gama Lobo, falecido em 1741, deixasse em seu testamento dinheiro para aplicar à Convalescença. Mas será a doação de Dr. Sebastião Antunes, no ano seguinte, que se torna essencial para a edificação deste novo hospital<sup>15</sup>.

Sebastião Antunes fez doação de 3 mil cruzados em dinheiro e alguns títulos de pequenas dívidas para a Convalescença – sendo que este dinheiro deveria ser sempre conservado por inteiro e nunca confundido com o do hospital. Não desejando que o mesmo ficasse a cargo de uma congregação religiosa, a administração acabou nas mãos da Misericórdia da cidade. Assim era criada uma instituição que foi extremamente importante, porque ainda que hoje esse seja um processo que se faz em casa, nessa época estes hospitais serviam de amparo para as pessoas que não tinham para onde se dirigir após a despedida do internamento na instituição anterior. Tendo em atenção que os arranjos nas enfermarias de convalescença se fizeram no período em que Lucas de Seabra estava encarregado da administração do Hospital Real de Coimbra, não é de estranhar que findo o seu mandato, em 1743, o mesmo tenha entregue à Misericórdia os bens, rendimentos e a administração da Convalescença<sup>16</sup>.

Assim sendo, ainda que funcionassem no mesmo edifício e partilhassem os mesmos recursos, o Hospital Real de Coimbra e o Hospital da Convalescença eram duas instituições

---

<sup>14</sup> Lopes, Maria Antónia, “Enfermeiros e enfermeiras nos hospitais portugueses: dos séculos XVIII e XIX: Continuidades e ruturas” in Esteves, Alexandra, “Homens e instituições políticas (séculos XVI-XIX), Guimarães, Lab2Pt, 2019, p. 156-158.

<sup>15</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 625-626.

<sup>16</sup>Idem, *ibidem*, p. 626.



distintas – sendo a sua coabitação confirmada em 1744. Se num primeiro momento, a união parecesse ser aceite por ambas partes, em 1755 a Misericórdia pede ao rei que a Convalescença seja transferida para outro local, para que lhe pudesse prover uma melhor administração. Este pedido será aceite pelo, uma vez que não existia qualquer impedimento para que a mudança fosse feita. O acontecimento revela as azedas relações que se viviam entre os Loios e a Misericórdia, confronto que já era antigo<sup>17</sup>.

Como determinar que um doente não era enfermo mais sim convalescente? Esta questão incendiou os ânimos entre ambas as instituições que procuravam ter o menor encargo possível em detrimento da outra. No entanto, a Convalescença não se retirou do edifício do Hospital Real até 1764, altura que lhe foi atribuído um regimento que lhe conferia estatuto de nova organização. Instalada numas casas da Praça, a Convalescença passou a ser dirigida por um Irmão Visitador nomeado anualmente pelos Mesários e que prestava contas mensais ao escrivão da Misericórdia<sup>18</sup>.

No seu quadro de funcionários estavam presentes uma cozinheira, um enfermeiro e uma enfermeira, sendo que o primeiro tinha funções de comprador e estes dois deviam ser obrigatoriamente irmãos ou casados. Existia ainda um médico, nomeado pela Mesa e a este competia decidir a baixa e alta dos convalescentes. No momento de deixarem o hospital, era entregue uma esmola aos doentes – ainda que esta fosse diminuta<sup>19</sup>.

Os leprosos estavam incluídos na categoria de beneficiários dos legados caritativos, mesmo não sendo os mais favorecidos entre os enfermos. Em Coimbra, a afirmação dos mesmos como usufrutuários de testamentarias deu-se em 1210 com a criação do Hospital de S. Lázaro, porém a documentação aponta para uma pré-organização dos leprosos na cidade<sup>20</sup>.

S. Lázaro é a instituição hospitalar coimbrã mais antiga em funcionamento no século XVIII e foi fundada por D. Sancho I. É provável que tenha sido situada desde logo no local onde permaneceu até 1836, na saída norte da cidade. O seu primeiro regimento foi de D. Afonso IV, tendo sofrido um acréscimo por D. Afonso V e ainda por D. Manuel I, altura que foi ampliado<sup>21</sup>. Ana Rita Rocha considera que este hospital é uma das poucas instituições de assistência hospitalar conimbricense criadas na Idade Média das quais é possível conhecer a

---

<sup>17</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 626- 629.

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p. 629-631.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p. 631-632.

<sup>20</sup> Rocha, Ana Rita, *A assistência em Coimbra na Idade Média: a dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)*, dissertação de doutoramento em História apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019, p. 125-141.

<sup>21</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, p. 634.

data de fundação. A historiadora afirma ainda que antes do mesmo já existiria um estabelecimento primitivo para assistir os lázaros. Embora a falta de documentação a impeça de confirmar esta suposição, provavelmente a doação de D. Sancho terá servido para oficializar uma comunidade organizada de lázaros que já existia na cidade. O hospital terá resultado da convergência de fatores como o desenvolvimento hospitalar, o maior protagonismo da solidariedade alargada das comunidades em relação à célula familiar, o surto demográfico e, obviamente, o aumento da proliferação da lepra<sup>22</sup>.

O regimento de 1329 do Hospital de S. Lázaro permite concluir que a gafaria tinha, por essa altura, uma igreja própria e estruturas de armazenamento de géneros onde seriam guardados os mantimentos. Ao seu redor existiriam terrenos agrícolas e ainda um poço. No século XV, Ana Rita Rocha conclui que existia uma quintã, que era o local onde o tabelião redigia atos e ainda outra terra agrícola, um quintal. As fontes permitem afirmar que existia um curral, uma adega e um celeiro que teria uma escada indicando que podia situar-se num piso superior ou mesmo ter dois andares. Em 1452, a gafaria tinha uma cadeia própria para os leprosos criminosos cumprirem as suas penas e evitando o contacto com a população sã das outras prisões. Face às imposições do III Concílio de Latrão (1179), o Hospital de S. Lázaro também devia possuir um cemitério próprio<sup>23</sup>.

Inicialmente, a provedoria do hospital era de nomeação régia e por isso ocupada por fidalgos influentes. A família Sá Pereira exerceu hereditariamente o cargo pelo menos desde finais do século XVII, altura em que Manuel de Sá Pereira comprou o ofício de provedor<sup>24</sup>. As rendas da instituição provinham de doações régias e de legados feitos pelos próprios lázaros (que a isso eram obrigados). Para a entrada nesta instituição, os doentes deviam cumprir os seguintes requisitos: faziam um requerimento ao provedor do hospital pedindo a admissão e eram examinados por dois médicos que atestassem a doença como contagiosa. Sendo aceites, tinham de doar todos os seus bens ao hospital e após a entrada deviam tomar conta de si mesmos. Apesar da complexidade que aparenta, este era um processo rápido e de poucos dias e levava a que existissem dois tipos de utentes: os definitivos e os esperados – sendo que os últimos seriam doentes gafos, mas que eram admitidos provisoriamente e podiam permanecer

---

<sup>22</sup> Rocha, Ana Rita Saraiva da, *A institucionalização dos leprosos – o Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 44-45.

<sup>23</sup> Rocha, Ana Rita Saraiva da, *A institucionalização dos leprosos...*, p. 51-53.

<sup>24</sup> Os Sás Pereira eram uma família tradicional da fidalguia da região de Coimbra e tiveram uma importante representação na Câmara nos séculos XVII e na primeira metade do século XVIII. Cf. Ribeiro, Ana Isabel, *Nobrezas e governança – identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra..., 2012, v. I, p.100.

vários anos nessa mesma posição. Os doentes casados ou com filhos ao entrarem nesta instituição deserdavam os seus familiares, na parte que a lei lhes permitia<sup>25</sup>.

O Hospital de S. Lázaro em Coimbra desde cedo começou a consolidar-se como instituição de assistência detentora de património imóvel – que era fundamental para o seu sustento. A gafaria de Coimbra beneficiou ainda de proteção régia que também terá sido essencial para o seu desenvolvimento. Assim, acolheram-se inúmeros leprosos neste hospital e assistiu-se ao seu crescimento e do seu património<sup>26</sup>.

O Hospital de S. Lázaro não tinha enfermeiros e só esporadicamente existia um médico que visitava os lázaros, sendo que este teria uma ação terapêutica quase nula. Isto levava a que cada enfermo tivesse por função o tratamento próprio. Em 15 de abril de 1774, este hospital foi incorporado com todos os seus bens nos HUC<sup>27</sup>.

São de assinalar ainda duas pequenas instituições que existiram no século XVIII na cidade de Coimbra. O Tronco ou Hospital de Baixo, uma albergaria anexa ao Hospital Real de Coimbra, que servia para a assistência de pedintes andantes. Aqui deveriam prover-se esmolas, sustento, esteiras, assistência na doença, enterros e missas aos necessitados. No momento de transferência das instalações do Hospital Real de Coimbra, em 1779, o Tronco foi deslocado para a Capela de S. Lourenço, espaço que pertencia a S. Lázaro e que passaria a possibilitar que os seus funcionários assistissem na albergaria – este processo de transferência iniciou-se em 1782<sup>28</sup>.

No contexto da Guerra Fantástica, em 1762, surgiram ainda o Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra em Coimbra. O conflito, entre a Grã-Bretanha e a França (e respetivos aliados), conhecido como Guerra dos Sete Anos, alastrou-se a Portugal no seguimento da recusa de D. José em aderir ao Pacto de Família – aliança entre os Bourbons de França, Espanha, Nápoles e Parma e que visava destruir o poder naval e comercial da Inglaterra<sup>29</sup>.

O Hospital Real e os Armazéns de Guerra de Coimbra terão sido criados pelo Aviso Régio de 16 de agosto de 1762. Estas instituições tinham finalidades diferentes, mas ficaram a cargo da mesma pessoa – o reitor da Universidade de Coimbra – e tinham o mesmo financiamento. O hospital começou a funcionar a 5 de setembro de 1762 e foi extinto a 22 de

---

<sup>25</sup>Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra*, cit., vol. I, p. 635-639.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 46-47.

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*, p. 640.

<sup>28</sup> Lopes, Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 640-642.

<sup>29</sup> Barbosa, José Luís dos Santos, “O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 430.

outubro de 1763. Já os armazéns, funcionaram entre 22 de setembro de 1762 até 20 de março de 1766<sup>30</sup>. O aparecimento deste tipo de hospitais surge do facto de não existirem mais opções para socorrer os soldados. Assim, era criado um hospital que os devia assistir apenas enquanto o conflito durava, sendo de seguida desativado, como sucedeu em Coimbra<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup>Barbosa, José Luís dos Santos, “O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)”...cit., p. 431-432.

<sup>31</sup> Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII-meados do séc. XIX), cit., p. 148.

## Capítulo 2. O Hospital Real de Coimbra

Neste capítulo da nossa dissertação iremos primeiro analisar a fundação do Hospital Real de Coimbra e, depois, a sua administração por parte dos Loios, a congregação que foi encarregada desta instituição. Visando perceber melhor o quotidiano do hospital iremos ainda falar sobre os vários funcionários sobre os quais as fontes nos permitiram recolher informações sobre as suas funções e pagamentos.

### 2.1. A fundação do Hospital Real de Coimbra

O Hospital Real de Coimbra foi fundado por D. Manuel I e, tal como sucedeu em Lisboa com o Hospital de Todos os Santos, foi o resultado da anexação de 12 albergarias e pequenos hospitais existentes na cidade desde os tempos medievais. Esta medida deve ser vista não só como um apoio ao desenvolvimento da assistência hospitalar no reino, que como já mencionamos, típico do reinado de D. Manuel, mas também como uma política de concentração e de controlo régio. Foi a 22 de outubro de 1508 que o monarca lhe outorgou o regimento. Nesse documento é salientada a ideia de que Coimbra era um local de passagem de muitas pessoas – ponto de referência na rota para Santiago de Compostela – e que existia a necessidade de ser implementado um hospital de maiores dimensões para atender às necessidades, o que deixa entender que seria uma instituição de dupla natureza: não só um lugar de cura, mas também de abrigo para caminantes (ainda que socorridos em espaços diferentes). Segundo o mesmo regimento, os rendimentos do hospital consistiam em foros, rações, pensões e laudémios das instituições que tinham sido anexadas e na quantia de 100 mil réis anuais provenientes da fazenda régia. Inicialmente, existiriam duas enfermarias divididas por sexo, uma igreja, uma casa de pedintes andantes e uma casa de hospedaria para agasalho<sup>32</sup>.

Determinava-se que o hospital devia ter um provedor de nomeação régia e a ele estaria submetido um hospitaleiro, que tinha funções de recebedor e despenseiro. Devia existir ainda um capelão, que prestava assistência religiosa aos enfermos, tendo também funções de escriturário e tabelião. O hospital não possuía rendas que permitissem que fossem contratados médicos ou cirurgiões, o que obrigava o provedor a encontrar pessoas competentes da cidade para visitarem regularmente os doentes e examinarem os que pretendiam dar entrada na instituição. O mesmo método era usado com o boticário<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 617- 618.

<sup>33</sup>Idem, *ibidem*, p. 618.

A admissão dos doentes era um processo rigoroso, pois para ser permitida a entrada, a pessoa tinha de ter adoecido na cidade ou até 8 léguas de distância (exceto se provenientes do mar), ser pobre e desamparada e não ser incurável<sup>34</sup>. Além disso, não se podia exceder a capacidade máxima de lotação, que era apenas de 12 homens e 5 mulheres<sup>35</sup>.

O Hospital Real de Coimbra foi construído na Praça Velha, também conhecida como Praça de S. Bartolomeu e atualmente como Praça do Comércio, tendo esta sido uma localização privilegiada pela proximidade do rio, o que a impulsionou como espaço mercantil e pela realização de festas populares e corridas de touros. Deste modo, o local onde o hospital se instalou permitiu que o mesmo evoluísse com a cidade e acompanhasse as mudanças e transformações ao longo do tempo<sup>36</sup>.

Quando o Hospital Real foi mandado construir, compraram-se propriedades já existentes no local que seriam aproveitadas, porém Sofia Dias afirma que não devem ter tido muito impacto nos planos de construção do edifício, que viria a ser erguido em estilo manuelino e com uma escala maior quando comparado aos restantes volumes da Praça Velha<sup>37</sup>.

O edifício inicial teria dois pisos e tomava a forma de “L”. Sabemos que existiam duas enfermarias, pois os enfermos eram divididos por género, uma capela com sacristia, uma albergaria, uma pousada, uma cozinha, uma despensa e também construções anexas, como a casa do hospitaleiro e um lote de terreno, ao qual Maria Helena da Cruz Coelho se refere como quintal<sup>38</sup>. Sofia Dias defende que as janelas originais, atualmente inexistentes, teriam traço manuelino e seriam divididas em dois com arcos de ferradura e que a capela poderia ter uma entrada no piso térreo, o que não acontece nos dias de hoje, pois existem arcos de pedra nesse piso que ligariam a capela ao resto do edifício. As colunas estão preservadas desde o momento de edificação do hospital e existem ainda arcos de pedra que se encontram no desenho original do projeto desta construção<sup>39</sup>.

---

<sup>34</sup> Até 1510, só eram aceites no hospital doentes considerados curáveis e esta medida só foi alterada através de uma ampliação do regimento – sendo que os doentes incuráveis passaram a ser enviados para o Hospital dos Milreus e ao do Corpo de Deus. Nestes hospitais os doentes receberiam casa e cama e a Misericórdia estaria encarregada de lhes ministrar esmola e cura. Contudo, ambas instituições sobreviveram pouco tempo. Cf. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 618.

<sup>35</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 619.

<sup>36</sup> Dias, Sofia Pereira, *Trazer vida à Baixa: reabilitação do antigo Hospital Real de Coimbra*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020, p. 27-37.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 27-37.

<sup>38</sup> Coelho, Maria Helena da Cruz, “A assistência em Coimbra em tempos manuelinos no Hospital Novo”, *Biblos*, Coimbra, vol. LXXII, p. 232.

<sup>39</sup> Dias, Sofia Pereira, *Trazer vida à baixa: reabilitação do antigo Hospital Real de Coimbra...*, cit., p. 27-37.

Em 1567, o espaço precisou de ser ampliado devido ao aumento da clientela hospitalar, pois Coimbra afirmava-se cada vez mais como uma cidade em expansão e, por isso, atraía mais pessoas. Deste modo, acrescentou-se junto da enfermaria das mulheres um novo piso e uma varanda por cima dele. Data do ano de 1626, uma das alterações mais notórias que foi a introdução de uma porta no primeiro piso, que terá levado à inativação de um piso térreo onde terá existido na capela. Neste período existia também um pátio ao ar livre e foi acrescentada uma galeria a sul suportada por colunas finas, onde se criou mais uma entrada para a capela. Foi também acrescentado um piso por cima da capela, composto por salas com tetos de madeira. Assim, nesta época o hospital funcionava maioritariamente no primeiro e segundo andares, sendo que o piso térreo servia para se fazer comércio e para serviços anexos<sup>40</sup>.

## **2.2. A administração: o governo dos Loios**

Num alvará de 1512, D. Manuel encarregou a Misericórdia de Coimbra da administração do Hospital Real. No entanto, a Santa Casa nunca terá assumido a posse da instituição e em 1530, já no reinado de D. João III, o hospital foi entregue aos Cónegos Seculares de S. João Evangelista – sendo que o rei continuaria com o direito de confirmar os cargos dos dirigentes desta instituição e com acesso às suas contas. Assim, foram os Loios, como também são conhecidos esses cónegos seculares, que ficaram à frente do Hospital Real até 1772 – com a exceção do período entre 1741 e 1743, quando a governança do hospital foi entregue pela Coroa ao magistrado Lucas de Seabra e Silva<sup>41</sup>.

Nos finais de seiscentos, o reitor da Universidade, Nuno da Silva Teles, nomeado visitador do hospital por D. Pedro II, depara-se com uma situação verdadeiramente preocupante. No seu relatório, a administração dos Loios é retratada de forma muito depreciativa, sendo que a capela não tinha óleo *infirmorum*, os alimentos eram escassos e inadequados, as enfermarias funcionavam mal, existia pouca roupa, os doentes não eram assistidos espiritualmente, os apadrinhamentos eram comuns para a admissão no hospital, eram internados clérigos, provara-se um injustificado excesso de despesas com a alimentação do provedor e do almoxarife e desvio em seu proveito, entre outros aspetos. A irregularidade era clara e o regimento estava a ser desrespeitado, o que leva o visitador a elaborar capítulos de reforma que foram confirmados a 4 de março de 1699. No entanto, o Hospital Real continuou a cargo dos Loios, facto que pode ter sido provocado pela morte do visitador em setembro desse

---

<sup>40</sup> Dias, Sofia Pereira, *Trazer vida à baixa: reabilitação do antigo Hospital Real de Coimbra...*, cit., p. 27-37.

<sup>41</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p.619.

mesmo ano. Contudo, o regimento primitivo foi alterado e levou a que a eleição do provedor e o almoxarife (hospitaleiro), necessitasse de ser confirmada pelo rei, passando os mesmos a ser sujeitos à fiscalização anual das contas por parte da Mesa da Consciência e Ordens. Foram-lhes ainda atribuídas funções de capelão. As alterações impuseram ainda a existência de um escrivão, um enfermeiro, uma cozinheira, um sangrador, um médico e um cirurgião. Os últimos dois passaram a fazer parte do quadro de funcionários e, à exceção dos cargos menores (enfermeiros, cozinheiro e pessoal auxiliar), seriam de nomeação régia e estranhos à Congregação. Deveria, também, existir uma botica privativa<sup>42</sup>.

Os Loios são afastados a 25 de janeiro de 1741, quando Lucas de Seabra e Silva é nomeado provedor do hospital, podendo escolher o almoxarife. O novo governador desta instituição é encarregado de executar o inventário da instituição, documento que nos revela que existia uma capela, uma enfermaria para cada sexo, um refeitório, a cela do provedor, a do almoxarife, a casa dos moços, uma tulha, uma adega, um celeiro, uma cozinha e uma sala. O ano de 1743 representa a altura que os Loios regressam à administração do hospital, sendo os cargos de provedor e almoxarife entregues, obviamente, a figuras da Congregação. No entanto, em 1769, a provedoria do Hospital Real é retirada aos Loios e este cargo passa ao provedor da comarca, ainda que os cónegos se mantenham na instituição. Em 1772, pela provisão de 21 de outubro, o Marquês de Pombal ordena que o Hospital Real e todos os seus bens sejam incorporados nos bens da Universidade<sup>43</sup>.

### **2.3. Os funcionários do Hospital Real de Coimbra**

O regimento do Hospital Real de Coimbra, os livros de registo de receitas e despesas e os livros de provisões permitem que se faça um apanhado sobre os funcionários da instituição e os seus ordenados. Deste modo, essas serão as duas fontes principais para a realização desta parte do nosso estudo. Porém, elas enfermam de algumas limitações.

Já referimos que os registos dos Loios relativamente às receitas e despesas do hospital nem sempre foram constantes, sendo reflexo disso a falta de informação nesta fonte. No primeiro livro que abordamos no nosso estudo apenas nos foi possível recolher informação sobre o pagamento aos funcionários entre os meses de julho e novembro do ano de 1699 e, quando comparamos com os dois livros seguintes disponíveis, é perceptível que não existem dados sobre a maioria dos funcionários, algo que é uma lacuna grave.

---

<sup>42</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 621-623.

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, p. 618, 623-635.



No período entre julho e novembro de 1699 apenas foram registados dados relativamente aos pagamentos da amassadeira, cozinheira, enfermeiros e lavadeiras. No livro que diz respeito às despesas efetuadas entre junho de 1710 e o mesmo mês do ano seguinte encontram-se os pagamentos a 17 funcionários e no livro referente ao ano de 1715/1716 foi possível levantar informação sobre 24 funcionários. Claramente existiu uma tendência para se efetuar um registo mais completo, cumprindo-se o regimento.

### **2.3.1. Provedor, almoxarife e escrivão**

O regimento mandava que o provedor fosse uma pessoa honrada e zelosa para que em tudo pudesse gerir o hospital e contribuir para a sua conservação. Tinha por obrigação fazer duas visitas por dia aos doentes, uma de manhã e outra à tarde, e devia fazer-se acompanhar pelo físico para conhecer o que era necessário para auxiliar na cura dos doentes e prover os funcionários com os bens requeridos para tal. Esta era, segundo o regimento, a função mais importante, pois representava a razão pela qual o hospital tinha sido criado: o auxílio aos mais necessitados. O provedor era, portanto, responsável por garantir toda a alimentação e as mezinhas de que os enfermos necessitassem<sup>44</sup>.

O provedor deveria ainda estar consciente de todos os bens do hospital e sua fazenda e tinha por obrigação mandar reparar tudo o que estivesse estragado. O regimento refere também que este era o oficial com mais poder e que todos os outros funcionários estavam a ele submetidos e, por isso, tinham de cumprir as suas ordens. O ordenado do provedor, mediante este documento era de 100 mil réis.<sup>45</sup> Note-se que nas Caldas da Rainha, segundo o compromisso de 1512, o ordenado do provedor era apenas de 30 mil réis<sup>46</sup> e com a chegada dos Loios à governança do hospital, tanto o cargo de provedor como o de almoxarife deixaram de ser pagos<sup>47</sup>. Não é possível concluir se o mesmo aconteceu no Hospital Real de Coimbra, uma vez que não encontramos documentação sobre esse assunto. No entanto, nos livros de registo de receitas e despesas não são mencionados os ordenados desses dois funcionários.

No hospital das Caldas, entre 1485 (data de fundação) e 1532, a rainha D. Leonor teve bastante influência no mapa administrativo e na organização interna da instituição, escolhendo

---

<sup>44</sup> AUC, *Regimento do Hospital Real da Cidade de Coimbra (1769)* IV-2.<sup>a</sup> E-7-3-5 , fl. 2-11.

<sup>45</sup> AUC, *Regimento...*, cit. fl. 2-11.

<sup>46</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura: virtude do Hospital Real das Caldas (1706-1777) – elementos sociais e económicos*, tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007, p. 30.

<sup>47</sup> Rodrigues, Lisbeth *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2013, p. 268.

pessoas da sua Casa para exercer os cargos mais importantes, situação que só sofreu alterações com a intervenção de D. João III quando este entregou a administração dos hospitais aos Loios. A decisão levou a que o modo de eleição do provedor se alterasse e as provedorias passassem a ser, normalmente, trienais. Assim, quando existia a necessidade de nomear um novo provedor ou almoxarife, os cônegos elegiam-nos em capítulo geral para que depois os resultados fossem enviados ao Tribunal da Mesa da Consciência onde era dada a opinião dos deputados e só após provisão de confirmação régia é que os indivíduos podiam começar a exercer<sup>48</sup>. Através da consulta do livro de provisões, sabemos que o processo era idêntico no Hospital Real de Coimbra.

Relativamente às despesas da instituição com o provedor, os dados fornecidos pelos livros de registos de receitas e despesas são muito restritos, só sendo possível recolher informação para o ano de 1715/1716. Segundo o mesmo, foram despendidos 18.300 réis neste período no seu vestuário e calçado<sup>49</sup>.

**Tabela 1 – Lista de provedores conhecidos (1703-1743)**

Anos	Nome
Antes de 1703	João do Espírito Santo
1703-1704	Manuel de Santa Maria Brandão
1708-1709	Domingos de Santa Maria
1709	José de S. Tomás
1715/1716	Manuel de S. Bernardo
1720-1721	Martinho de S. Pedro
1721-1722	Simão da Anunciação
1725	Luís da Conceição
1727	João de Santa Teresa
1730	José de Santa Maria Lencastre
1732	José Santa Maria da Assunção
1735-1736	Dionísio de Santa Maria Evangelista
1742	Lucas de Seabra e Silva
1743	Manuel dos Reis Evangelista

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo em que se lanção as provizoens, alvarás e Resolucoens que vem de sua Magestade e do seu tribunal da mesa da consciência e ordens pera este Hospital Real da Cidade de Coimbra começa no ano de 1699* e AUC, *Livro de registo de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra (1715/1716)*.

O almoxarife ou hospitaleiro devia ser uma pessoa zelosa de tudo e reconhecida pela sua caridade. Tinha por função receber o dinheiro das rendas do hospital, bem como as esmolas – sendo que estes procedimentos deveriam ser feitos com acompanhamento do escrivão, que

<sup>48</sup> Rodrigues, Lisbeth, *Os hospitais portugueses no Renascimento...*, cit., p.270.

<sup>49</sup> Veja-se o anexo 3.

era seu subordinado. As despesas que fizesse tinham de ser aceites pelo provedor e também na presença do escrivão. Devia ainda satisfazer todas as necessidades do hospital e estava encarregado de supervisionar a lavagem de toda a roupa – tarefa que devia desempenhar com zelo, estando obrigado a reembolsar danos e perdas. Também a limpeza das enfermarias e dos leitos dos doentes estava a seu cargo. Assim, de oito em oito dias as camas dos doentes deviam ser feitas com lençóis lavados. Se o médico decidisse ser conveniente que a muda de roupa fosse feita mais cedo, era obrigação do hospitaleiro proceder à mesma. Uma vez que os recursos eram escassos, toda a roupa devia ser bem aproveitada e por isso, este funcionário estava encarregado de mandar reparar toda a roupa que existisse no hospital, na condição de avisar primeiro o provedor e só depois fazer cumprir os arranjos<sup>50</sup>.

Dentro das responsabilidades do hospitaleiro estava ainda o Tronco. O Hospital de Baixo, como também era conhecido, era uma albergaria anexa ao hospital e servia para a assistência de pedintes andantes, como já mencionado. Deste modo, no inverno estava encarregado de manter as lareiras acesas para providenciar agasalho aos pobres e devia ainda fornecer-lhes água e luz. Os esmolantes apenas podiam abrigar-se durante a noite nesta casa e depois disso era função do hospitaleiro mandá-la fechar e abrir apenas em horas de recolher. Caso algum pedinte causasse desordem, este funcionário estava encarregado de o expulsar<sup>51</sup>. Mandava o regimento que na posse do hospitaleiro estivessem todos os ornamentos e prata que existissem no hospital, sendo que deveriam estar registados no livro do escrivão<sup>52</sup>. Tal como no Hospital Real das Caldas, o almoxarife/hospitaleiro tinha por função auxiliar o provedor na administração do hospital<sup>53</sup>.

Como acontece relativamente ao cargo do provedor, apenas conseguimos reunir informação sobre as despesas do hospitaleiro no mesmo no ano económico de 1715/1716, também referentes a vestuário e calçado e num total de 3.660 réis. No Hospital Real das Caldas existia, segundo o compromisso de 1512, um hospitaleiro e uma hospitaleira e ambos tinham um vencimento anual de 6.000 réis<sup>54</sup>. Infelizmente não conseguimos fazer comparações entre ambos hospitais por falta de informação.

**Tabela 2- Lista de Almoxarifes/hospitaleiros conhecidos (1704-1743)**

Ano	Nome
1704-1709	Luís dos Anjos

<sup>50</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 11-14.

<sup>51</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 11-14.

<sup>52</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 11-14.

<sup>53</sup> Rodrigues, Lisbeth, *Os hospitais portugueses no Renascimento...* cit., p. 265.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, p. 845.

<b>1715/1716</b>	José de Santo Tomás
<b>1721</b>	Luís da Conceição
<b>1727</b>	Manuel da Natividade
<b>1730</b>	Belchior de S. Jerónimo Botelho
<b>1738</b>	António de S. Bernardo Leite
<b>1742</b>	Caetano da Silva
<b>1743</b>	Custódio da Visitação Justino

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo ...*, cit. e AUC, *Livro de registo de receitas... (1715/1716)*, cit.

O regimento ordenava que o hospital tivesse também um escrivão que era obrigado a registar em livro todas as rendas, bens e propriedades da fazenda da instituição que fossem aforadas ou emprazadas. Ainda que fosse subordinado ao hospitaleiro, devia ser informado de tudo o que o mesmo comprasse ou recebesse e só podia fazer despesas com aprovação do provedor<sup>55</sup>.

Os três funcionários anteriores tinham todos uma chave de uma fechadura de três entradas para abrir uma arca onde se guardava o dinheiro do hospital. Assim sendo, a arca só podia ser aberta na presença dos três funcionários, uma vez por semana, para que o escrivão retirasse o dinheiro que achasse conveniente<sup>56</sup>.

No caso do escrivão da fazenda já existem mais informações nos livros de registos de receitas e despesas para o período do nosso estudo. No ano económico de 1710/1711 existiram duas pessoas a desempenhar esta função: António da Silva e Francisco Zuzarte Maldonado. O primeiro recebeu 7 mil réis e o segundo 14 mil réis. Francisco Zuzarte Maldonado manteve-se em 1715/1716 e recebeu 2.100 réis. No caso do Hospital Real das Caldas, segundo o compromisso (1512), os escrivães deviam receber 8.000 réis<sup>57</sup>. Em 1755, na mesma instituição já existiam dois tipos de escrivães: um contador (recebia 280.000 réis anuais) e um escrivão da executoria (60.000 réis)<sup>58</sup>.

**Tabela 3 – Lista de escrivães conhecidos (1703-1742)**

<b>Ano</b>	<b>Nome</b>
<b>1703-1704</b>	António da Silva
<b>?</b>	Agostinho Zuzarte Maldonado
<b>1708</b>	Francisco Zuzarte Maldonado
<b>1721-1725</b>	João da Costa e Sousa
<b>1732</b>	João Fernandes de Carvalho
<b>1733-1735</b>	José Soares

<sup>55</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 2-16.

<sup>56</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 2-16.

<sup>57</sup> Rodrigues, Lisbeth, *Os hospitais portugueses no Renascimento...*, cit., p. 845.

<sup>58</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p. 45.

1735	António Xavier Zuzarte de Cardoso Maldonado
1742	António Lopes da Cruz

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo...*, cit.

A recolha e o cruzamento de dados através dos vários conjuntos de fontes permitem-nos reunir informação considerável relativamente aos escrivães do hospital. António da Silva foi escrivão pelo menos nos anos de 1703 e 1704 e a ele sucedeu Agostinho Zuzarte Maldonado, do qual não conseguimos apurar a data de confirmação ou de juramento. Este cargo era de propriedade dos Zuzartes<sup>59</sup> e a prova disso surge quando D. João V envia um alvará ao hospital anulando a confirmação de José Soares como escrivão, pois omitira na sua apresentação que o antecessor tinha descendência. Assim, o rei afirma que era direito de António Xavier Zuzarte Cardoso Maldonado exercer o cargo e considera a apresentação de José Soares nula<sup>60</sup>.

### 2.3.2. Procurador da fazenda, solicitador da casa comprador da casa

Infelizmente, muito pouco conseguimos apurar sobre o pessoal administrativo (diga-se assim) do Hospital Real. Mesmo assim, pensamos que vale a pena referir as escassas informações reunidas.

Os procuradores e solicitadores do Hospital Real tinham por função tratar dos negócios da instituição<sup>61</sup>. O primeiro procurador que as fontes permitem identificar foi Manuel da Rocha Almeida e sabemos ainda que recebia 7.000 réis anuais. O seu sucessor foi Francisco dos Santos da Fonseca, advogado dos Auditórios da cidade, que recebeu carta de confirmação do rei a 30 de maio de 1733. No ano económico de 1710/1711 existiu também um solicitador, Manuel João de Araújo, a quem foram pagos 4.000 réis<sup>62</sup>.

No livro de registo de receitas e despesas de 1715/1716 é ainda referido um comprador da casa, António Rodrigues de Carvalho, a quem foram pagos 6.000 réis<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> As referências aos Zuzartes de Coimbra na sua relação com o Hospital Real remontam às primeiras décadas do século XVII, altura em que Francisco Cardoso Zuzarte casou (1628) com Isabel Maldonado, que era filha de Agostinho Maldonado, escrivão do Hospital Real de Coimbra. O dote de Isabel incluía o cargo exercido pelo pai, o que permitiu ao marido penetrar nas redes de poder da cidade. Cf: Ribeiro, Ana Isabel, *Nobrezas e governança – identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012, v. I, p. 314-315.

<sup>60</sup> Veja-se o anexo n.º 4.

<sup>61</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e Cura...*, cit., p. 69. h

<sup>62</sup> Veja-se o anexo 2.

<sup>63</sup> Veja-se o anexo 3.

### 2.3.3. Pessoal religioso: capelão e moço da capela

Como mencionámos, os hospitais modernos não eram espaços exclusivos da cura do corpo, mas também locais de assistência espiritual, o que implicava, obrigatoriamente, a existência ou a cooperação de um capelão.

O capelão do Hospital Real da cidade de Coimbra estava permanentemente no estabelecimento e tinha por função celebrar as seguintes missas: a do domingo, a dos Anjos (às terças e quartas feira), a de Nossa Senhora (às sextas e sábados) e a missa dos finados (rezada às segundas). Para acolitar o sacerdote, o Hospital devia possuir um moço da capela<sup>64</sup>.

No Hospital do Espírito Santo de Portel, em 1593, o número de missas a celebrar era expressivo das preocupações que existiam relativamente à assistência das almas: 73 missas rezadas e 11 cantadas. Porém, ao contrário do que acontecia no Hospital Real de Coimbra, eram celebradas fora, pois o capelão ainda não estava obrigado a essas funções. Entre os séculos XVII e XVIII cresceu o número de capelães nesse hospital de Portel, devido ao aumento das obrigações face à receção de legados<sup>65</sup>.

Numa sociedade profundamente religiosa, onde a forma de morrer era considerada determinante para a salvação de cada um, o capelão tinha ainda por função ministrar os sacramentos com que todos os católicos deviam enfrentar a morte: confissão, comunhão e extrema unção. Estes atos deviam ser realizados com grande devoção, pois acreditava-se que seria a única forma de alcançar a salvação eterna. O regimento ordenava que após a entrada no hospital, o enfermo teria no máximo dois dias para se confessar e fazer o seu testamento<sup>66</sup>, caso contrário cessaria o apoio da instituição<sup>67</sup>.

Quando um dos doentes morria, o capelão deveria tratar do seu enterro e rezar o seu noturno (cerimónia religiosa fúnebre) e ainda uma missa. No cortejo fúnebre carregavam-se dois círios brancos grandes por pessoas que por devoção o desejassem fazer; caso não existissem, o próprio capelão estava incumbido de as procurar. Este era também obrigado a fazer o registo de entrada e saída dos doentes, como já foi mencionado<sup>68</sup>.

O regimento conferia ao capelão do hospital autoridade para passar testamentos, uma vez que seria demasiado trabalhoso chamar constantemente tabeliães. Assim, os testamentos

---

<sup>64</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 16-21.

<sup>65</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna" in *Cadernos do Noroeste*. Série História 3, 20 (1-2), 2003, p. 27.

<sup>66</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 16-21.

<sup>67</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 16-21.

<sup>68</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 16-21.

feitos por ele teriam o mesmo valor que os outros e bastaria a presença de cinco testemunhas para serem válidos. Estes documentos eram colocados numa arca que deveria estar nas enfermarias. A arca teria três fechaduras, ficando uma chave com provedor, outra com o hospitaleiro outra com o capelão. Quando um doente falecia, a arca era aberta pelos três e o provedor velaria pelo cumprimento das últimas vontades do defunto<sup>69</sup>.

Nos livros de registo de receitas e despesas que analisámos não existe qualquer menção ao ordenado pago aos capelães e aos moços da capela. No entanto, Maria Antónia Lopes afirma que em 1779 já existiam dois capelães no hospital e que o seu ordenado era de 60.000 réis anuais e ainda meio anal de missas (120 réis cada)<sup>70</sup> – o que demonstra que este era um cargo bem recompensado. Na mesma época, em 1775, trabalhavam no Hospital Real das Caldas três capelães e cada um recebia 9.000 réis e 40 alqueires de milho<sup>71</sup>. No Hospital de Portel, o capelão – que estava consciente da sua importância – exigiu em 1782 um pagamento de 30.000 réis anuais, sob pena de abandonar o cargo<sup>72</sup>.

#### **2.3.4. Enfermeiros, médicos, cirurgião, sangrador, barbeiro e boticário**

Nos hospitais da Época Moderna, apenas os médicos, cirurgiões e sangradores precisavam de reunir competências específicas para exercer o seu trabalho, porque aos restantes assalariados que lidavam com o cuidado do corpo dos doentes não era requerido qualquer tipo de exigência a esse nível<sup>73</sup>. As qualidades procuradas nos funcionários dos hospitais estavam relacionadas com o campo moral e dos bons costumes, com a caridade e decência dos comportamentos. Além disso, características como o recato, a obediência, honra e fidelidade completavam o perfil desejado<sup>74</sup>.

No Hospital Real de Coimbra eram assistidos doentes de ambos sexos, por isso era exigido que existisse um enfermeiro de cada género, para não ocorrerem contactos que poderiam ser considerados inapropriados aos olhos da época.

No ano de 1699 entre os meses de julho a outubro três enfermeiros serviram neste hospital, porém os registos não revelam os seus nomes. A análise do anexo 1 leva-nos a concluir

---

<sup>69</sup> AUC, *Regimento...*, cit., fl. 16-21.

<sup>70</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 649.

<sup>71</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p. 45-46,

<sup>72</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna...”, cit., p. 25.

<sup>73</sup> Lopes, Maria Antónia, “A enfermagem hospitalar em Portugal entre os séculos XVI e XIX: mitos e realidades” in Constança Festas *et al.* (org.), *Sob o signo da História Comparada: a enfermagem na Europa do Sul*, Porto, Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, 2019, pp. 8-29.

<sup>74</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memórias e quotidiano: as visitas e as devassas ao Hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, p. 113-114.

que a exigência de existir um enfermeiro para cada uma das enfermarias do hospital (que estavam divididas por sexo) era satisfeita, como seria expectável. Pagava-se ao enfermeiro dos homens 1.400 réis por mês e à enfermeira das mulheres 1.040 réis. Mas além destes, era necessária a presença de outros enfermeiros, pois abriram na primavera e no outono as camadas dos males<sup>75</sup>, ou seja, a admissões dos doentes portadores de boubas. Neste ano apenas existe registo dos pagamentos feitos ao enfermeiro dos males para os meses de setembro e outubro, mas pensamos que as camadas da primavera também se realizaram, embora não tivessem sido registadas porque estes assentos de receitas e despesas padecem de omissões frequentes. Neste período, o enfermeiro dos males assistiu 32 doentes, recebendo 120 réis por cada um<sup>76</sup>. As fontes não atestam, em nenhum dos anos em apreço, a existência de enfermeiras das febres, ao contrário do que sucedeu no Hospital de Todos os Santos onde, entre 1758 e 1759, houve duas enfermeiras das febres a quem foi pago um total de 45.778 réis e, ainda, duas suas ajudantas, que receberam 44.878 réis<sup>77</sup>.

Os registos relativos ao período de junho de 1710 ao mesmo mês do ano seguinte já são mais completos. Assim, sabemos que o enfermeiro “contínuo”, ou seja, permanente, se chamava Miguel Simões e recebeu um total de 18.900 réis. A enfermeira, Maria de Carilho, ganhou 15.000 réis – mais uma vez, um valor inferior ao do seu colega masculino. Foi Bento Luís que recebeu as camadas dos males e terá tratado 89 doentes, tendo-lhe sido pago o valor de 120 réis por cada um<sup>78</sup>.

No ano económico de 1715/1716 os enfermeiros contínuos já não eram os mesmos, mas o enfermeiro dos males continuava a ser Bento Luís, que recebeu um total de 8.760 réis pelo serviço prestado neste período, mais uma vez 120 réis por doente que assistia. O enfermeiro dos homens era João de Figueiredo e a enfermeira das mulheres Maria de Pinho. Os ordenados mantiveram-se iguais aos de 1710/1711<sup>79</sup>. No Hospital de S. Marcos, em Braga, no ano de 1730 pagaram-se ao enfermeiro 60 réis por dia, 35 alqueires de pão anuais e ainda um vestido por biénio. A enfermeira, no mesmo ano, recebeu 50 réis por dia, 30 alqueires de pão e também um vestido por biénio. Passados três anos, apenas existe informação sobre os rendimentos do enfermeiro, que se mantiveram, com a exceção do pagamento diário que subiu para 70 réis. No Porto, no Hospital de Santo António é possível reunir informação sobre o pagamento do ordenado dos enfermeiros do género masculino para os anos de 1774 (12.000 réis anuais), 1779

---

<sup>75</sup> É esta a expressão que é invariavelmente se encontra nas fontes.

<sup>76</sup> Veja-se o anexo 1.

<sup>77</sup> Pacheco, António, *De Todos-os-Santos a São José...*, cit., ver anexo 6.

<sup>78</sup> Veja-se o anexo 2.

<sup>79</sup> Veja-se o anexo 3.



(12.000 réis anuais+1.200 réis+2 alqueires de milho), 1793 (18.000 réis) e 1801 (18.000 réis anuais+2.160 réis em pão e conduto) e das enfermeiras nos anos de 1775 (10.000 réis anuais+1.200 réis+ 2 alqueires de pão), 1792 (12.000 réis anuais) e 1804 (12.000 réis+ pão e conduto)<sup>80</sup>. No primeiro caso, os vencimentos eram superiores aos dos funcionários do Hospital Real de Coimbra. Relativamente ao Hospital de Santo António já existe uma maior proximidade de valores, mas o salário era superior no hospital de Coimbra.

Existiam dois médicos nesta instituição, um contínuo e o outro extraordinário, e apenas temos informação sobre os seus vencimentos para os anos económicos de 1710/1711 e 1715/1716. O Dr. António Duarte foi médico neste hospital pelo menos desde 1710 a 1721, segundo o cruzamento dos dados do livro de registo de receitas e despesas e do livro de provisões da instituição. Em ambos anos foi possível apurar o registo do seu pagamento: 1.200 réis anuais. A situação é idêntica com o médico extraordinário, o Dr. Manuel Francisco, que também recebeu essa quantia e que terá servido o hospital pelo menos entre 1710 e 1725, quando abandonou o cargo. Já o Dr. António Duarte só foi substituído após o seu falecimento<sup>81</sup>.

No Hospital de Todos os Santos, entre 1758 a 1759, existiram quatro médicos a exercer o cargo. O Dr. Pedro Esteves Oriol e o Dr. Manuel e Abreu Rosado receberam ambos 16.620 réis mensais, já o Dr. Jacinto de Almeida e o Dr. Francisco José Mendes de Carvalho tiveram um vencimento mensal de 16.644 réis<sup>82</sup>. Tendo em conta que este é um hospital muito maior em termos de dimensões e enfermos assistidos, não é de estranhar que o número de médicos seja superior, bem como o seu ordenado. Em Portel, o regimento do hospital (1593) ordenava que existisse um médico e, no século XVIII, segundo Maria Marta Lobo de Araújo, passaram a ser dois<sup>83</sup>. Nas Caldas, em 1732 o ordenado anual do médico, Dr. Francisco de Barros, era de 40.000 réis e tinha ainda direito a ração; no ano seguinte o seu vencimento foi aumentado em 4.000 réis por passar a trabalhar na Convalescença. O regimento de 1775 deste hospital levou a alterações significativas à assistência médica do hospital (como no de Coimbra, também os Loios foram afastados), passando a existir dois médicos de nomeação régia. Por ano, o primeiro recebia 150.000 réis e o segundo 50.000 réis – esta diferença de vencimentos explicasse pelas distintas competências atribuídas a cada um. Como podemos ver, quando comparamos os dados relativos aos hospitais de Lisboa e das Caldas, existe uma grande diferença nos vencimentos dos médicos.

---

<sup>80</sup> Lopes, Maria Antónia, “A enfermagem hospitalar em Portugal entre os séculos XVI e XIX...”, cit., p. 25-27.

<sup>81</sup> Veja-se o anexo 4.

<sup>82</sup> Pacheco, António, *De Todos-os-Santos a São José...*, cit., ver anexo 6.

<sup>83</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna...”, cit., p.6.

**Tabela 4 – Lista de médicos conhecidos (1710-1756)**

Ano	Nome
1710-1721	António Duarte Ferreira
1721	Amaro Rodrigues da Costa
1742	António Jorge da Costa
1756	Álvaro Antunes das Neves

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo...*, cit.

Percebe-se, pela tabela anterior, que os médicos do Hospital Real de Coimbra exerciam a sua função por um largo período e, pelo menos no caso dos médicos contínuos, só a morte ditou o fim do exercício do cargo – o que não acontece em outras funções. Relativamente ao desempenho do cargo de médico extraordinário, não foi possível recolher mais nenhuma informação, pois não há indícios no livro de provisões e o último livro de registo de receitas e despesas é de 1715/1716.

O sucessor de António Duarte Ferreira foi Amaro Rodrigues da Costa, a quem o rei concedeu carta de nomeação, tendo o médico feito juramento em fevereiro de 1722. Em 1742, António Jorge da Costa foi eleito e desempenhou o cargo até 1756, ano em que faleceu e foi substituído por Álvaro Antunes das Neves<sup>84</sup>.

Desde a Idade Média até ao século XIX, os cirurgiões estavam num escalão abaixo daquele em que se inseriam os médicos, pois o seu trabalho era feito com as mãos, algo que era visto de forma depreciativa na época. Não tinham sequer formação universitária. Isto refletia-se nos vencimentos e o ordenado de um médico era sempre superior ao de um cirurgião. As populações tendiam a recorrer aos curandeiros e aos barbeiros-sangradores. No hospital da misericórdia de Penafiel, apenas em 1710 passou a existir um barbeiro-sangrador e antes disso, pagava-se a pessoas externas para fazer o serviço. Quanto aos lugares de cirurgião e de médico, só foram criados em 1745 e 1754, respetivamente<sup>85</sup>.

No Hospital Real das Caldas, os cargos de cirurgião/barbeiro/sangrador estavam reunidos numa só pessoa<sup>86</sup>, situação diferente ao que foi possível identificar no Hospital de Coimbra, vejam-se as tabelas 5 e 6. No entanto, há que referir que Luís Coelho de Almeida, antes de ser confirmado como sangrador desta instituição em 1721, já tinha desempenhado o cargo de barbeiro, pelo menos nos anos de 1710/1711 e 1715/1716. O seu sucessor foi António Pinto de Moreira que assumiu o cargo em 1732<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> Veja-se o anexo 4.

<sup>85</sup> Fernandes, Paula Sofia, *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600-1850)*, tese de doutoramento em História Moderna apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, p. 394-395, 406-407.

<sup>86</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.56.

<sup>87</sup> Veja-se o anexo 4.

**Tabela 5. – Lista de cirurgiões conhecidos (1703-1742)**

Ano	Nome
?-1703	João de Faria
1703	Bento de Oliveira
1721	António da Silva
1742	João de Vieira

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo...*, cit.

A análise da tabela permite ainda concluir que no Hospital Real de Coimbra só existia um cirurgião para atender todos os enfermos. Já o Hospital de Todos os Santos estava provido de oito cirurgiões em 1758 e 1759. Entre estes, foi o cirurgião dos males que recebeu o ordenado mais baixo (62.364 réis anuais), sendo o anatómico o que auferia o vencimento mais elevado (240.000 réis anuais)<sup>88</sup>. No período de 1790 a 1797, o ordenado do cirurgião do Hospital Real de Coimbra era de 150.000 réis anuais<sup>89</sup>, ou seja, e inferior ao vencimento que se pagava em Lisboa, no Hospital de Todos os Santos.

Também encarregados da cura dos doentes, existiam os boticários que, tal como os outros funcionários, precisavam de ser confirmados pelo rei, o que nos permitiu recolher informação sobre eles.

**Tabela 6 – Lista de boticários conhecidos (1703-1745)**

Ano	Nome
Até 1703	Domingos Lopes Ferreira
1703	João Lopes Ferreira
1704	Manuel Francisco da Silva
1745	Francisco Duarte Peixeira

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo...*, cit.

Uma vez mais, este era um cargo que tendia a manter-se na mesma família. João Lopes Ferreira era sobrinho de Domingos Lopes Ferreira que serviu como boticário até 1703. No entanto, o seu serviço ao hospital foi curto pois faleceu pouco depois de ocupar o cargo. Assumiu então o lugar Manuel Francisco da Silva, que também era sobrinho de Domingos (e primo de João). Quanto a Francisco Duarte Peixeira, começou primeiro a servir o hospital como ajudante do boticário e só com a morte de Manuel Francisco da Silva é que foi nomeado para o lugar, pelo provedor Manuel dos Reis Evangelista<sup>90</sup>. Situações como a anterior eram comuns. Maria Marta do Lobo Araújo também as encontra no Hospital de S. Marcos, de Braga<sup>91</sup>.

<sup>88</sup> Pacheco, António, *De Todos-os-Santos a São José...*, cit., ver anexo 6.

<sup>89</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p.651.

<sup>90</sup> Veja-se o anexo 4.

<sup>91</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memórias e quotidiano...*, cit., p.114.

### 2.3.5. Cozinha, lavadeiras, amassadeira, albergueiro e estribeiro

Como já mencionámos, muitos doentes que recorriam aos hospitais da Época Moderna estavam subnutridos e a alimentação era uma grande parte do seu tratamento, o que levava a que o trabalho na cozinha devesse ser escrupuloso, exigindo-se vigor físico, limpeza e contenção nos gastos<sup>92</sup>. Através das informações constantes nos livros de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra, conclui-se que apenas existia uma pessoa com a função de cozinheira, ao contrário do que acontecia no Hospital Real das Caldas onde existia um cozinheiro e duas cozinheiras que recebiam por ano, respetivamente, 14.400 réis e 3.600 réis anuais<sup>93</sup>.

Entre junho e novembro de 1699 trabalharam no hospital de Coimbra duas cozinheiras, mas não em simultâneo. A primeira, Mariana, serviu, pelo menos, entre julho e outubro e recebeu 3.120 réis. Foi dispensada e em novembro substituída por Maria de Almeida, contratada com um salário mensal superior, de 1.500 réis. Entre junho de 1710 e o mesmo mês do ano seguinte o cargo foi entregue a Ana Fernandes que recebeu um total de 18.000 réis, ou seja, 1.500 réis mensais. Tal como aconteceu em outros cargos já mencionados, o pagamento não aumentou e em 1715/1716 a cozinheira, Maria Carvalha, recebeu o mesmo<sup>94</sup>. Comparando o pagamento efetuado às cozinheiras nos respetivos hospitais, concluímos que o ordenado era superior em Coimbra, porém o trabalho era muito maior, uma vez que só existia uma funcionária. Muitos anos depois, em 1779, já com o Hospital Real de Coimbra integrado na Universidade, pagavam-se ao cozinheiro (agora um homem) 100 réis por dia e 80 ao seu ajudante, vencimento que aumentou nas décadas de 1780 e 1790 para os mesmos 100 réis por dia, mas a que se acrescentava a ração<sup>95</sup>.

No hospital da Misericórdia de Penafiel, só em 1836 é que o regulamento veio instituir a obrigação da existência de um cozinheiro na instituição, pois até então cabia ao hospitaleiro e à sua mulher a confeção dos alimentos para os enfermos. Esta situação era comum em hospitais de pequenas dimensões, que só passavam a ter este tipo de funcionários quando o aumento da clientela hospitalar impunha essa necessidade. Assim, só no século XIX é que a figura do/a cozinheiro/a passou a estar presente na maioria dos hospitais. Na primeira metade do século XIX, eram pagos 40.000 réis aos cozinheiros, uma média de 10 réis ao dia<sup>96</sup>.

---

<sup>92</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memórias e quotidiano...*, cit., p.71.

<sup>93</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.75.

<sup>94</sup> Veja-se o anexo 1, 2 e 3.

<sup>95</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 649-651.

<sup>96</sup> Fernandes, Paula Sofia, *O hospital da misericórdia de Penafiel...*, p. 388-392.

A amassadeira era a funcionária encarregada de providenciar a feitura dos pães para os doentes e para os funcionários do hospital. Ao contrário do que acontecia nas Caldas, onde era paga uma quantia fixa à amassadeira<sup>97</sup>, no Hospital Real de Coimbra pagavam-lhe 10 réis (quantia que foi sempre igual nos livros que analisámos) por cada alqueire que amassasse e cozesse, uma vez que não existe menção ao pagamento de uma forneira ou padeira<sup>98</sup>.

As lavadeiras tinham por função entregar a roupa bem lavada ao hospital. Os requisitos para assumir o lugar passavam pela força física e o vigor, pois este era um trabalho manual, executado em tanques ou rios, de verão e de inverno, debaixo de sol ou chuva, mergulhando braços e pernas em água gelada, batendo, torcendo e transportando a pesada roupa encharcada. Ou seja, implica muita força, tempo e resistência. Trata-se de um trabalho físico violento e não podia ser qualquer mulher a assumir este ofício, que era unicamente feminino. Na hierarquia dos hospitais, as lavadeiras ocupavam um lugar inferior.

No Hospital de S. Marcos, as lavadeiras não trabalhavam exclusivamente para a instituição<sup>99</sup> e no Hospital Real de Coimbra aconteceria provavelmente o mesmo. A análise dos livros de registo de receitas e despesas permite concluir que existiam três tipos de lavadeiras: a lavadeira das enfermarias, a lavadeira da sacristia e a lavadeira dos vestidos dos doentes. Entre estas, a lavadeira dos vestidos das enfermarias dos doentes era a que recebia o pagamento mais alto: 7.000 réis anuais, decerto porque o seu trabalho era mais exigente, pois a roupa que lhe era entregue seria em grandes quantidades. A lavadeira das enfermarias recebia 6.000 réis e a da sacristia apenas metade dessa quantia<sup>100</sup>. Tal como noutros cargos, os vencimentos mantiveram-se entre 1710/1711 e 1715/1716. Se avançarmos no tempo, para o período de 1790 e 1797, altura em que o Hospital Real de Coimbra já tinha sido entregue à Universidade, verificamos que existiam três lavadeiras e cada uma recebia 1.400 réis anuais<sup>101</sup>.

No Hospital das Caldas, entre 1710 a 1722, empregavam-se seis lavadeiras para assegurar a limpeza da roupa pertencente ao hospital, sendo que uma trabalhava apenas um semestre e as restantes todo o ano. Assim, as cinco recebiam, cada, 2.400 réis e dois alqueires de trigo e a que trabalhava apenas seis meses recebia apenas metade dessa importância. Existia também uma lavadeira responsável pela limpeza da casa e da igreja a quem era pago um ordenado de 5.500 réis e trinta alqueires de trigo. A presença deste tipo de funcionárias era um fator que demonstrava que existia já preocupação de limpeza não só com as roupas, mas

---

<sup>97</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.77.

<sup>98</sup> Veja-se o anexo 1, 2 e 3.

<sup>99</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.53.

<sup>100</sup> Veja-se anexo 1, 2 e 3.

<sup>101</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 651.

também com o próprio edifício<sup>102</sup>. Mas nos hospitais de pequenas dimensões não existiam lavadeiras e exemplo desta situação era o da Misericórdia de Penafiel, onde o hospitaleiro e a sua mulher tinham de tratar da roupa dos doentes e apenas em épocas de grande volume de trabalho é que se recorria aos serviços de uma lavadeira externa<sup>103</sup>.

A análise das fontes permite-nos ainda recolher informação sobre outros trabalhadores que, a par das lavadeiras, também estariam no base da pirâmide e que recebiam os piores salários. Nos livros de registos de receitas e despesas do hospital mencionam-se pagamentos a uma aguadeira, ou seja, uma mulher responsável pelo fornecimento da água – a quem se entregavam apenas 1.000 réis anuais. Bento Luís era o albergueiro deste hospital, tanto em 1710/1711 como em 1715/1716, e recebia apenas 1.500 réis/ano. O estribeiro, responsável pelas cavaliças, coches e arreios, era o mais bem pago deste leque de servidores, com um ordenado de 6.960 réis anuais. O livro de registo de receitas e despesas de 1699/1700 refere ainda um “moço das portas”, porém não consta do registo dos pagamentos do hospital.

Na primeira metade do século XVIII, a equipa de funcionários do Hospital Real de Coimbra era composta por um número considerável de pessoas, mas a ausência de registos completos impede-nos de conhecer esse leque na totalidade.

---

<sup>102</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.79-80.

<sup>103</sup> Fernandes, Paula Sofia, *O hospital da misericórdia de Penafiel...*, cit., p. 392-394.

### Capítulo 3. Os doentes do Hospital Real de Coimbra (1705-1733)

Laurinda Abreu afirma que o universo dos utentes dos hospitais era geralmente constituído por pobres, que seriam maioritariamente homens celibatários e que face a uma abordagem mais quantitativa por parte da historiografia em relação aos hospitais modernos, devemos relembrar que o termo “pobre” é mais amplo quando aplicado aos hospitais, uma vez que a documentação deixada por estes indica apenas tendências nas variáveis e, de facto, pouca informação fornecem sobre a vida destas pessoas – sendo que este fator é agravado muitas vezes pela qualidade dos registos, especialmente até à segunda metade do século XVIII<sup>104</sup>. No entanto, esta posição não é unânime e Maria Antónia Lopes defende que pedir esmola ou ingressar num hospital era um recurso de pobres que era utilizado quando a conjuntura os empurrava para isso, sendo a miséria e o desamparo o destino frequente de muitos indivíduos que acabavam por sobrelotar os hospitais, situação que se terá feito sentir em todo o século XVIII. Porém, não quer isto dizer que, esporadicamente, pessoas com mais posses não recorressem aos hospitais, ainda que representem uma taxa bastante pequena (entre 1781 e 1849 ingressaram no Hospital Real de Coimbra 112 doentes com capacidade reconhecida de pagar as suas despesas num total de 32.406 entradas no hospital). Assim, a historiadora não tem dúvidas sobre a utilização do termo “pobre”<sup>105</sup>.

Primeiro, devemos abordar o assunto da pobreza no mundo moderno, uma vez que este é um conceito que na altura era interpretado de forma diferente. Assim, a pobreza está associada à vulnerabilidade sendo esta determinada por fatores de diversa natureza. Podemos distinguir dois tipos de pobreza: a *pobreza absoluta* e a *pobreza relativa*. O primeiro termo seria já utilizado nos finais de oitocentos e está associado a necessidades elementares (independentemente do desenvolvimento da sociedade). Já o segundo conceito é relacionado com a sociedade em que o indivíduo se integra. Na época moderna, as estruturas socioeconómicas impunham que um indivíduo possuísse propriedade para que fugisse ao espectro da pobreza – e no caso de não possuir qualquer tipo de propriedade, levava a que fosse considerado pobre. Isto associa-se ao facto de o trabalho manual ser muito mal remunerado, de nesta altura ser grande a instabilidade laboral e, ainda, à ausência de quaisquer mecanismos de segurança social – o que levava a que estes trabalhadores jornaleiros caíssem facilmente na

---

<sup>104</sup> Abreu, Laurinda, *O Poder e os pobres – as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Grávida, 2014, p. 267-272.

<sup>105</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 607-608.

pobreza e vivessem a incapacidade de prover às suas necessidades vitais, sendo obrigados a recorrer à caridade (particular e institucionalizada)<sup>106</sup>.

Segundo o regimento do Hospital Real de Coimbra, era função do capelão registar num livro próprio as informações importantes sobre os doentes para que fossem facilmente identificados. Assim, devia ficar assente o seu nome, as alcunhas (se as tivessem), a data de entrada (dia, mês, ano e hora), a naturalidade, o estado matrimonial, a filiação, a morada e se o doente levava consigo algum dinheiro ou roupa. No momento de alta, o despedimento devia ficar registado, bem como o levantamento de todos os bens que o paciente tivesse levado consigo. Caso o doente falecesse, a data também devia ser registada. No entanto, verificámos que de facto não existia um registo constante destes dados – algo que implica limitações ao nosso estudo, pois a informação é geralmente irregular.

Cada livro iniciava-se no dia de S. João (24 de junho) e estendia-se por um período de três anos e, segundo o estabelecido no regimento, o registo dos doentes fez-se, ou devia ter-se feito, desde a fundação do hospital. Contudo, apenas chegaram até nós os livros respeitantes aos seguintes intervalos: 1704-1709; 1711-1716; 1724-1733 e 1743-1755, mas o último será excluído do nosso estudo, pois já foi analisado na tese de doutoramento de Maria Antónia Lopes<sup>107</sup>. É possível que os livros em falta se tenham perdido quando o hospital foi entregue à Universidade de Coimbra e, conseqüentemente, o seu arquivo transferido levando a que alguma informação se perdesse. Contudo, não encontramos maneira de clarificar esta situação.

Os livros de registo de entradas e saídas de doentes do hospital englobando os anos de 1704 até aos finais de 1725 são bastante incompletos, pois limitavam-se a anotar o nome dos enfermos, o nome do pai ou da mãe, a sua naturalidade ou morada, o estado matrimonial e as datas de entrada e de saída (por alta ou óbito). Porém, os dados são bastante vagos e algumas das indicações do regimento não são cumpridas – como é o caso do assentamento da hora de entrada ou se o doente levava consigo algum dinheiro ou vestuário. Foi no ano de 1726 que passou a existir mais cuidado com a informação recolhida e os apontamentos nos livros começaram a ser mais completos, indicando regularmente a filiação dos doentes, o estado matrimonial e nome dos esposos e passando também a ser inscrito o vestuário dos enfermos.

Atendendo a esta informação, o objetivo deste capítulo será traçar o perfil da clientela do Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII, analisar os movimentos dos doentes, perceber as taxas de cura e de mortalidade e ainda contextualizar, de forma breve, o

---

<sup>106</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p.13-17.



processo de morrer nesta instituição, comparando sempre estes aspetos com outras instituições de recolhimento de doentes e também com dados recolhidos por Maria Antónia Lopes referentes à mesma instituição num período posterior.

Optámos por excluir os anos em que não dispomos de todos as informações. Assim sendo, iremos analisar os dados dos seguintes 17 anos: 1705 a 1708; 1712 a 1715 e 1725 a 1733.

### **3.1. Movimentos anuais e mensais dos doentes**

O nosso objetivo nesta parte do trabalho será perceber os movimentos de doentes e para isso iremos analisar primeiro o número de entradas anuais e depois os fluxos mensais, visando perceber se estes se enquadram nos ritmos já determinados por outros historiadores. Para esta análise dividiremos os anos em quatro períodos semelhantes aos das estações dos anos, uma vez que considerámos que será a melhor forma de abordar os dados.

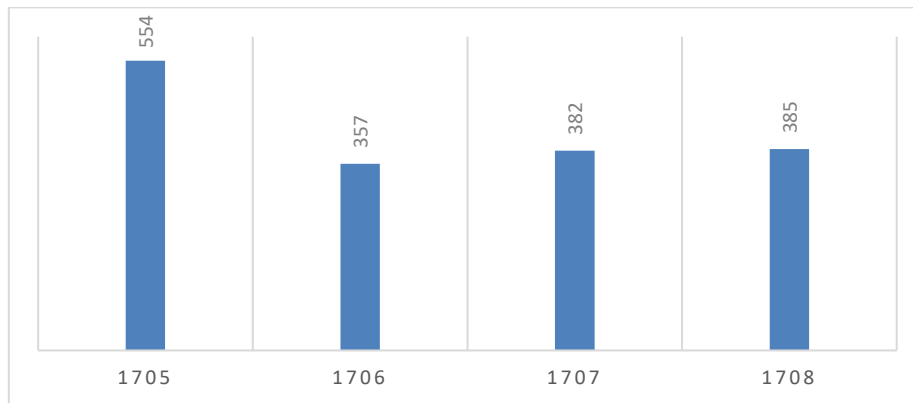
Maria Antónia Lopes afirma que o volume das admissões do Hospital Real de Coimbra quando comparado com outros é mais baixo, como é o caso do Hospital de Lisboa, porém alerta que as cidades diferem na quantidade de habitantes, o que influencia diretamente no número de doentes a recorrer aos hospitais. A mesma afirma que de modo geral existiu para o período entre 1740 a 1749 um decréscimo do número de entradas no inverno e um aumento relativo nos meses de abril e maio (primavera), sendo que o pico se dava entre julho a setembro (verão) ou agosto a outubro – estes picos explicam-se segundo a mesma com o recebimento dos doentes das boubas, que iremos analisar mais à frente. Este modelo insere-se no que já tem vindo a ser apresentado pelos historiadores relativamente aos hospitais de Espanha e de França<sup>108</sup>. Deste modo, esperamos que o nosso estudo permita perceber se para o período que recolhemos os dados também se integram neste modelo ou se existe alguma variação.

Entre 1705 a 1708 entraram no hospital 1680 doentes, ou seja, existiu uma média de 420 internamentos anuais. Em 1705, o número de entradas foi bastante superior relativamente aos restantes, como se pode ver no seguinte gráfico:

---

<sup>108</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 681-702.

**Gráfico 1 – Distribuição anual das entradas (1705-1708)**



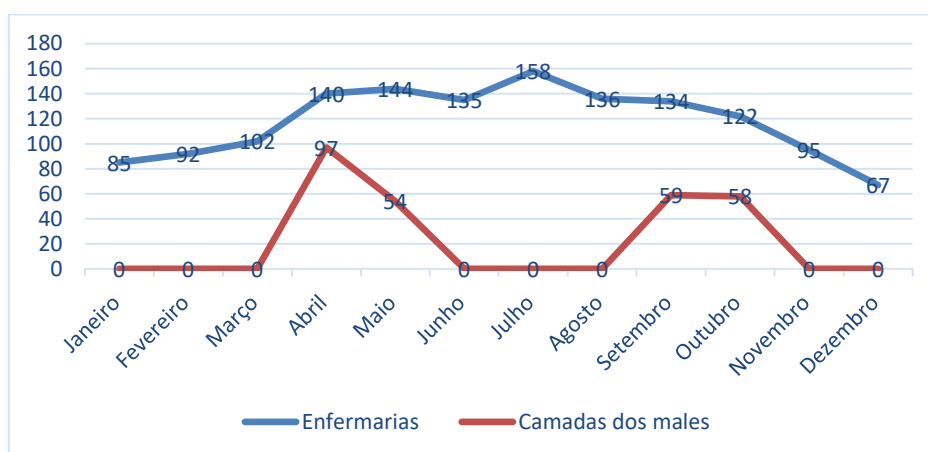
Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1704-1707)* e *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1707-1709)*.

A partir de finais do século XVII existiram alterações nas características das sobremortalidades, sendo uma das justificações para isso a proliferação das chamadas epidemias sociais, ou seja, o tifo, a cólera e a febre que tendiam a manifestar-se em áreas de maior densidade e zonas mais insalubres, que geralmente eram frequentadas pelos mais pobres. Nesse contexto, inseriu-se uma grave crise de mortalidade que se fez sentir em Portugal em 1705, causada por epidemia de tifo e de gripe<sup>109</sup>. Esta conjuntura pode explicar o disparar do número de entradas de doentes no hospital, em relação aos outros anos.

Analisando os dados relativos aos fluxos mensais dos movimentos dos doentes, podemos observar que no período entre 1705 e 1708 existiu uma variação acentuada ao longo dos anos, com picos em abril-maio e setembro-outubro. No intervalo junho-agosto, as entradas diminuem, sendo, porém, superiores às dos meses novembro a março. A afluência verificada nos meses da primavera e do outono pode ser explicada pelas entradas das camadas dos males, que quando abriam não faziam cessar as restantes entradas. Veja-se no seguinte gráfico:

<sup>109</sup> Rodrigues, Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008, p. 273-275.

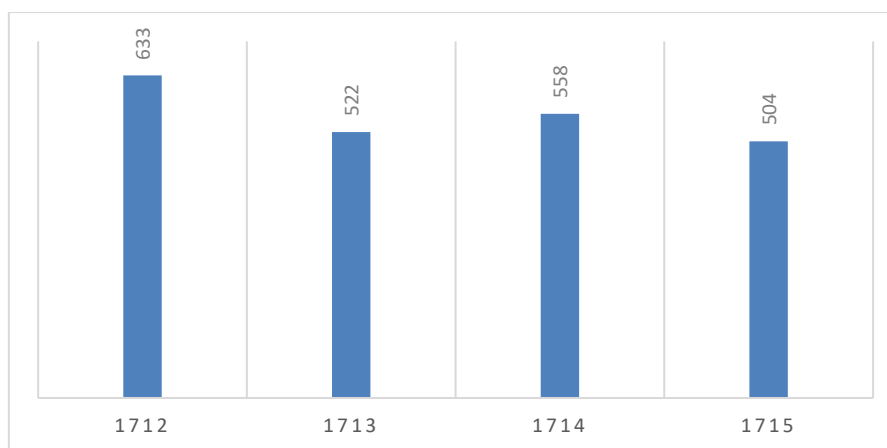
**Gráfico 2 – Distribuição mensal das entradas (1705-1708)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1704/1707), cit. e *Livro de entrada e saída de doentes...*(1707/1709), cit.

Entre os anos de 1712 a 1715 foram internados no Hospital Real da Cidade de Coimbra 2.217 doentes, o que resulta numa média anual de 554 entradas. Em relação ao período anterior analisado (que também abrange o espaço temporal de quatro anos), é possível ver que existiu um crescimento da clientela hospitalar. Em 1712, o número de entradas destaca-se. Porém, os restantes anos são muito consistentes e não variam muito, como pode ser comprovado no gráfico seguinte:

**Gráfico 3 – Distribuição anual das entradas (1712-1715)**

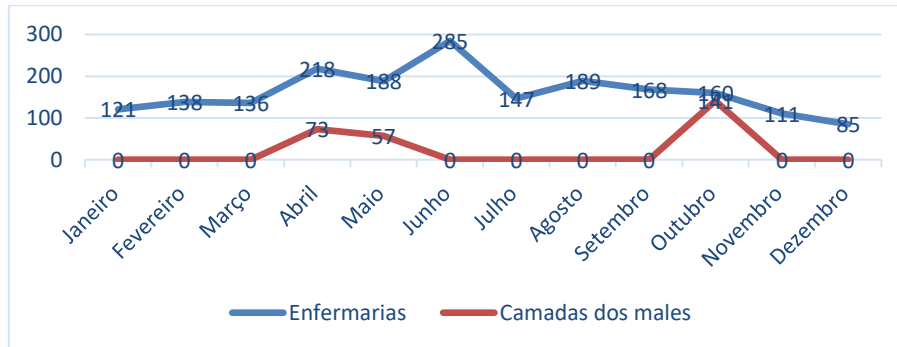


Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1711/1713)* e *livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1713/1716)*.

Entre 1712 a 1715, a análise dos fluxos mensais permite entender que o maior número de entradas se registou nos meses de abril a junho e em outubro. Entre novembro e março, a procura pelos cuidados hospitalares oferecidos pela instituição não era tão frequente. Esta situação é muito idêntica à que identificámos no intervalo anterior, mas tem também as suas diferenças. Entre 1705 a 1708, o primeiro pico no número de entradas sentiu-se apenas entre

abril e maio, já neste caso durou três meses (abril-junho), existindo um decréscimo no número de entradas em de maio. Além disso, ao contrário do que aconteceu no período anterior, no outono só existe um mês onde a clientela aumenta exponencialmente, em outubro, pois as camadas dos males só abriram nos meses de abril, maio e outubro.

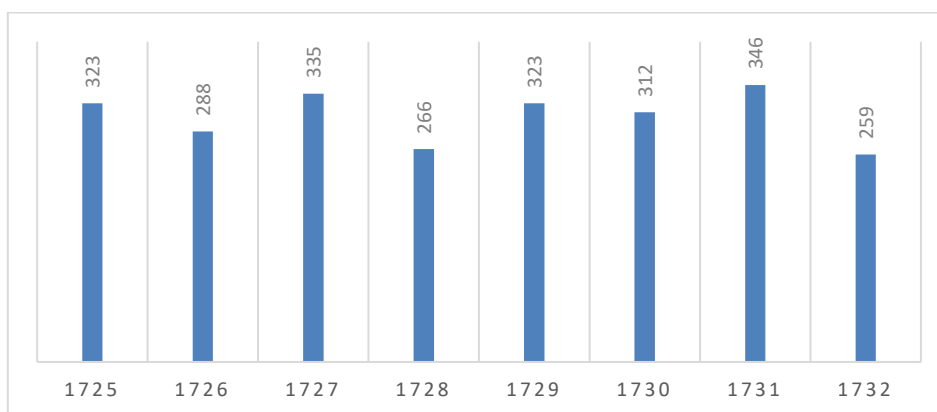
**Gráfico 4 – Distribuição mensal das entradas (1712-1715)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...(1711/1713)*, cit. *e(1711/1713)* e *livro de entrada e saída...(1713/1716)*, cit.

Entre 1725 e 1732 deram entrada no hospital 2.452 doentes, ou seja, em média de 307 enfermos anuais. O gráfico 4 permite entender que não existiu um padrão de crescimento ou decréscimo da clientela hospitalar, antes pelo contrário, num ano subia o número de internados e no seguinte já decrescia. Conclui-se que a admissão de doentes nas enfermarias desta instituição diminuíram, quando comparados com os dados anteriores apresentados. Talvez o número de internamentos viesse a diminuir ao longo dos anos. Porém, existindo uma lacuna nas fontes para o período de 1716 a 1724, não podemos afirmá-lo com certeza.

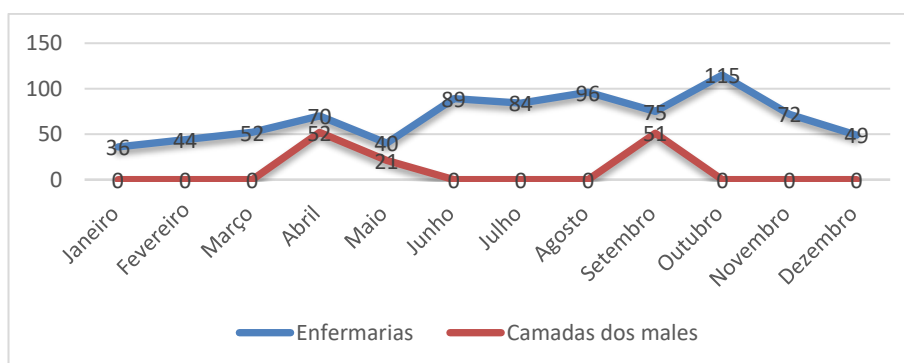
**Gráfico 5– Distribuição anual das entradas (1725 -1732)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1724/1727)* e *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1727/1730)*, e *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1730/1733)*.

Para entendermos a distribuição mensal das entradas entre 1725 a 1732 decidimos dividir a análise em dois períodos. O primeiro (1725 a 1727), em que ainda existe informação nas fontes sobre as camadas do gálico, e o segundo (1728 a 1732), altura em que já não são registadas essas admissões. Observando o seguinte gráfico, entendemos que não existem diferenças significativas relativamente aos ritmos que já apresentámos. Os dois picos na afluência de doentes sentiram-se em abril e setembro, meses que correspondem ao tratamento das boubas no Hospital Real de Coimbra.

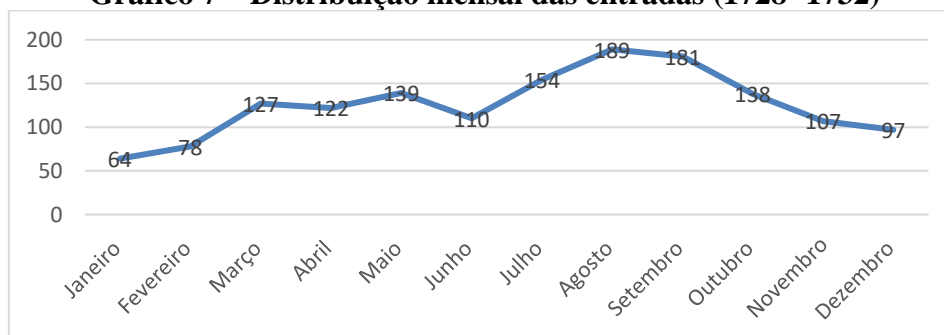
**Gráfico 6 – Distribuição mensal das entradas (1725 -1727)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1724/1727)*, cit. e *Livro de entrada e saída... Coimbra (1727/1730)*, cit.

Como podemos ver, o cessar da informação sobre as camadas dos males tem um impacto direto na distribuição das entradas mensais dos enfermos. Existem duas fases de maior afluência: a primeiro que decorre entre março e maio e a segundo que resulta de um crescimento que se começa a sentir a partir de julho e que atinge o seu pico em setembro. Infelizmente, os registos de entrada e saída dos doentes não incluem dados sobre os motivos de internamento. No entanto, podemos considerar que o ritmo de admissão de enfermos seria influenciado pela variação dos preços dos produtos alimentares e que quando os mesmos estavam demasiado altos, surgiam períodos de carência entre as camadas sociais mais baixas, aumentando a afluência ao hospital<sup>110</sup>.

**Gráfico 7 – Distribuição mensal das entradas (1728 -1732)**



<sup>110</sup> Costa, Bruno A; Martins, Maria C., "O corpo enfermo...", cit., p. 210.

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...(1727/ 1730)*, cit. e *Livro de entrada e saída(1730/1733)*, cit.

A análise dos períodos de 1705 a 1708, 1712 a 1715 e de 1725 a 1732 permite perceber que existiu no Hospital Real de Coimbra um crescimento dos ingressos hospitalares entre as duas primeiras séries, mas que na última diminuíram. No caso do Hospital do Espírito Santo de Portel, Maria Marta do Lobo Araújo aponta a irregularidade na procura da assistência hospitalar pelos doentes, que sofre uma ascensão a partir de 1699 e que revela dados muito diferentes do panorama conhecido para o século XVIII (ainda que só existam fontes para o estudo da clientela hospitalar na primeira década desse mesmo século)<sup>111</sup>. No caso do Hospital Real de Coimbra, consideramos que para as duas primeiras séries existiu estabilidade, tal como no Hospital Real das Caldas nos anos de 1760 e 1769<sup>112</sup>, mas que a situação se inverteu no período de 1725 a 1732.

Podemos também concluir, como já tinha sido referido para o período de 1740 a 1749 por Maria Antónia Lopes relativamente aos movimentos mensais de doentes no hospital, que também para as séries que estudámos se verificou uma tendência para o número de entradas decrescer no inverno, seguindo-se um aumento relativo na primavera e atingindo o seu pico no verão e inícios do outono. Esta situação também é retratada por Bruno Abreu Costa e Maria Cristina Martins relativamente ao “corpo enfermo” do Hospital de Santa Isabel do Funchal entre 1784 e 1786<sup>113</sup>.

Os dados relativos à distribuição mensal dos doentes podem ser resultado das entradas das camadas dos males nos meses de primavera e outono, como já mencionámos será analisado mais à frente, porém consideramos que ainda existe outro aspeto com muita influência: o facto de Coimbra ser na altura uma cidade agrícola. A nosso ver, a percentagem elevada de entradas nos meses de verão (julho a setembro) pode ser explicada por serem períodos de intenso trabalho que se refletiam nos doentes, que seriam na maioria pobres trabalhadores que neste período trabalhavam excessivamente – o que os poderia enfraquecer.

### **3.2. Distribuição dos doentes por género**

Como já foi referido, entraram 1.678 enfermos no Hospital Real da Cidade de Coimbra no período entre 1705 e 1708. O seguinte gráfico permite-nos concluir que foram

---

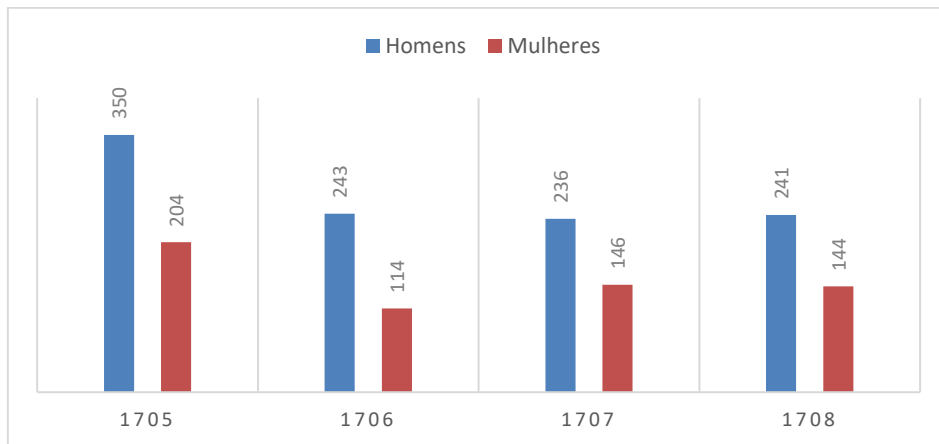
<sup>111</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O Hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna...”, cit., p. 18.

<sup>112</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p. 146.

<sup>113</sup> Costa, Bruno A; Martins, Maria C., “O corpo enfermo...”, cit., p. 206.

maioritariamente os homens a recorrer à assistência prestada nesta instituição, representando 64% dos enfermos, mais de metade da clientela hospitalar neste período.

**Gráfico 8 - Distribuição das entradas anuais por género (1705-1707)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1707/1707)*, cit. e *Livro de entrada e saída (1707/1709)*, cit.

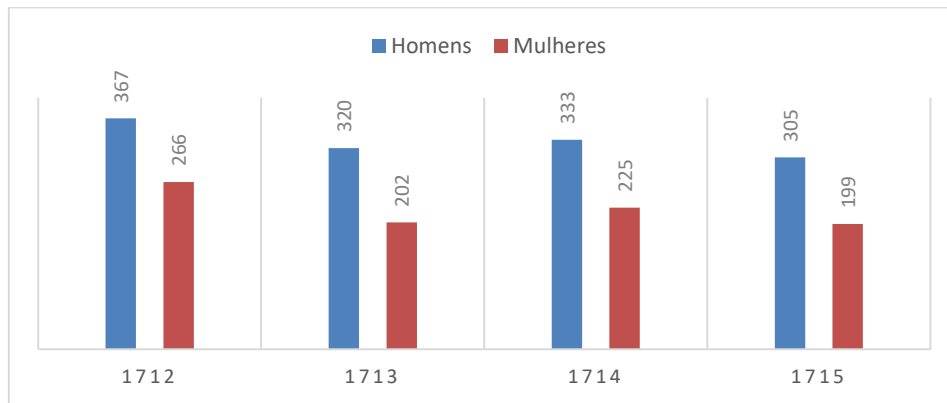
O gráfico demonstra não só que a clientela do Hospital Real de Coimbra foi maioritariamente masculina, como também que nos diferentes anos não existiram variações significativas na distribuição por género, ou seja, mantiveram-se sempre semelhantes com pequenas oscilações que são explicadas pelo maior ou menor movimento de enfermos, pois as percentagens anuais foram, sucessivamente de 63%, 68%, 62% e 63%. Embora com menos desequilíbrio entre os sexos, estes dados enquadram-se nos que são apresentados por Isabel Rodrigues relativos aos internados no Hospital Real das Caldas em 1706<sup>114</sup>: 79% de enfermos e 21% de enfermas<sup>115</sup>.

No período entre 1712 a 1715 o número de entradas no hospital aumentou. Porém, a tendência para uma clientela hospitalar sobretudo masculina manteve-se, embora menos acentuada: os homens representam agora 58% dos ingressos.

<sup>114</sup> Devido às limitações das suas fontes, a autora decidiu analisar apenas três anos da clientela do Hospital Real das Caldas: 1706, 1760 e 1769.

<sup>115</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.146.

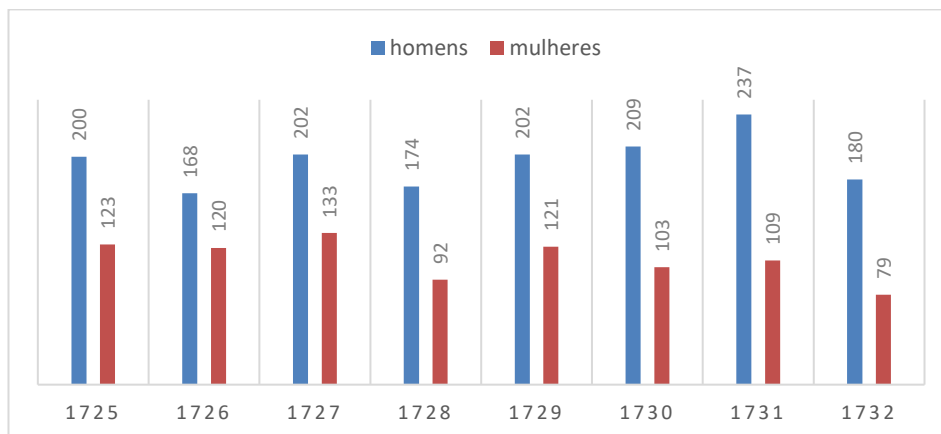
**Gráfico 9 - Distribuição das entradas anuais por género (1712-1715)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1711/1713)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1713/1716)*, cit.

Como sucedido entre 1705 a 1708, no período de 1712 a 1715 não existiram oscilações nas distribuições das entradas de enfermos por género. As percentagens de homens, foram sucessivamente de 60%, 53%, 60% e 61%.

**Gráfico 10 - Distribuição das entradas anuais por género (1725-1732)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1724/1727)*, cit. e *Livro de entrada e saída... (1727/1730)*, cit. e *Livro de entrada e saída... (1730/1733)*, cit.

Entre 1725 e 1732 entraram 2.452 doentes e, uma vez mais, a clientela foi predominantemente masculina, como é possível ver no gráfico 10. Tal como na primeira série analisada, os homens representam 64% das entradas. A análise do gráfico permite ainda concluir que não existiram grandes oscilações nesta distribuição, tal como nos outros períodos. Entre 1725 a 1732, as percentagens dos doentes do género masculino são, respetivamente, as seguintes: 62%, 58%, 60%, 65%, 63%, 67%, 68% e 69%.

O estudo de Isabel Rodrigues sobre a clientela do Hospital Real das Caldas em 1706, 1760 e 1769 permitiu-lhe concluir que 69% era do sexo masculino<sup>116</sup>. Relativamente ao

<sup>116</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.146.



Hospital de Santa Isabel do Funchal no período de 1784 a 1786 registou-se a hospitalização de 3.427 enfermos, sendo que 54% eram homens<sup>117</sup>. Ainda que exista um maior equilíbrio nos dados, também é possível afirmar que existe tendência para uma clientela hospitalar maioritariamente masculina. E essa tendência podia ser muito mais acentuada, pois no Hospital do Espírito Santo de Portel, analisado por Maria Marta do Lobo Araújo, entre 1642 a 1709, os homens representavam 84%<sup>118</sup>. No Hospital de Elvas, a média anual de entradas atingiu os 800 doentes entre 1781 e 1787, altura em que a representação das mulheres variou entre os 10% a 20%<sup>119</sup>, ou seja, a clientela era maioritariamente masculina. O predomínio dos homens dentro das instituições hospitalares pode estar relacionado com a preferência das mulheres em serem tratadas em casa e deixando apenas para casos muito graves o internamento em hospitais<sup>120</sup>. No entanto, existe pelo menos um caso em que o contrário acontece e é de destacar. No Hospital de S. Marcos de Braga, entre 1617 e 1624, foram as mulheres que ocuparam mais camas: 51,5% dos registos de entrada representam enfermos do sexo feminino. Porém, a situação alterou-se no final do século XVII quando os homens passaram a ser os principais utentes<sup>121</sup>.

Anos mais tarde, entre 1750 a 1754, no Hospital Real de Coimbra, o número máximo de doentes do género masculino foi atingido em 1752, quando os homens ocupavam 67% das camas desta instituição. Em 1778 representavam 66% da clientela hospitalar e nos anos de 1781 a 1782, 61%. No último triénio do século XVIII, os enfermos masculinos correspondiam a 59,4% das entradas no hospital. Deste modo, Maria Antónia Lopes aponta que ao longo dos anos setecentistas, a diferença entre as entradas de homens e mulheres tendeu a atenuar-se<sup>122</sup>.

### 3.3. Distribuição dos doentes por estado matrimonial

A análise dos estados conjugais dos doentes do Hospital Real de Coimbra também já foi feita para os anos entre 1778 a 1849, concluindo-se que na sua maioria eram celibatários -

---

<sup>117</sup> Costa, Bruno A; Martins, Maria C., "O corpo enfermo...", cit., p. 206.

<sup>118</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "O Hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna...", cit., p. 18.

<sup>119</sup> Abreu, Laurinda, "Apontamentos sobre o Hospital da Misericórdia de Elvas (sec. XVI-XVIII)", *Cubo*, 2007, p. 1.

<sup>120</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "A pobreza e os meandros da assistência: a Misericórdia de Vila Viçosa (séculos XVI-XVII)", *Callipole*, n.º 20, 2012, p. 48.

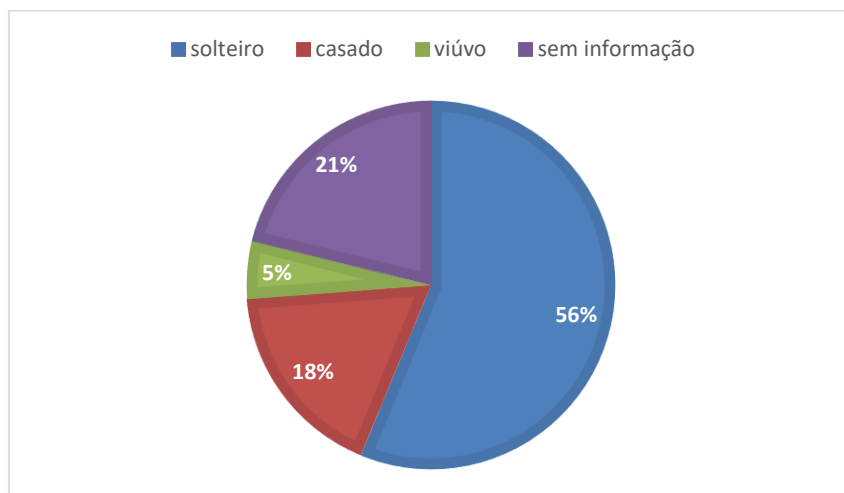
<sup>121</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "Os serviços de saúde e assistência à doença", in Capela, José Viriato, Araújo, Maria Marta Lobo de, "A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013", Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, p. 375.

<sup>122</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 683-684.

o que podia ser um reflexo da sua juventude<sup>123</sup> – que, dentro dos casados, os homens representavam a maior fatia e que nos viúvos predominava o sexo feminino<sup>124</sup>.

Como já referimos, os registos dos Loios nem sempre foram os mais consistentes, sendo exemplo disso o assentamento do estado matrimonial dos doentes que se inicialmente era sistemático, sobretudo no último período do nosso estudo foi cada vez mais escasso. Este descuido levanta-nos, obviamente, algumas questões sobre os resultados que apresentamos, pois podem ser influenciados pela falta de informação. Contudo, os dados para o período entre 1705 e 1708, são bastante sólidos para ambos géneros: no caso dos homens apenas 21% não apresentou o seu estado civil, já no das mulheres a percentagem é inferior (11%).

**Gráfico 11 - Distribuição dos doentes do género masculino por estado conjugal (1705-1708)**

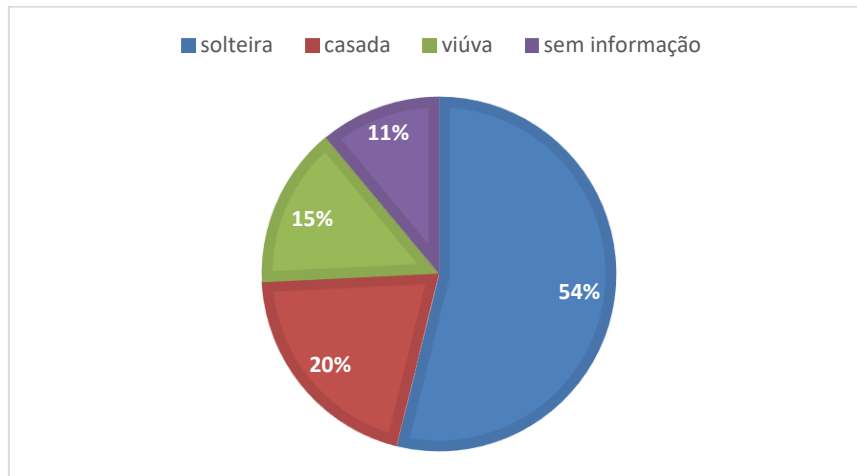


Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (17074/1707)*, cit. e *Livro de entrada e saída... (1707/1709)*, cit.

<sup>123</sup> Destacamos que a autora conseguiu determinar as faixas etárias da clientela hospitalar, mas que no nosso caso as fontes não o permitem.

<sup>124</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 724-726.

**Gráfico 12 - Distribuição dos doentes do género feminino por estado conjugal (1705-1708)**

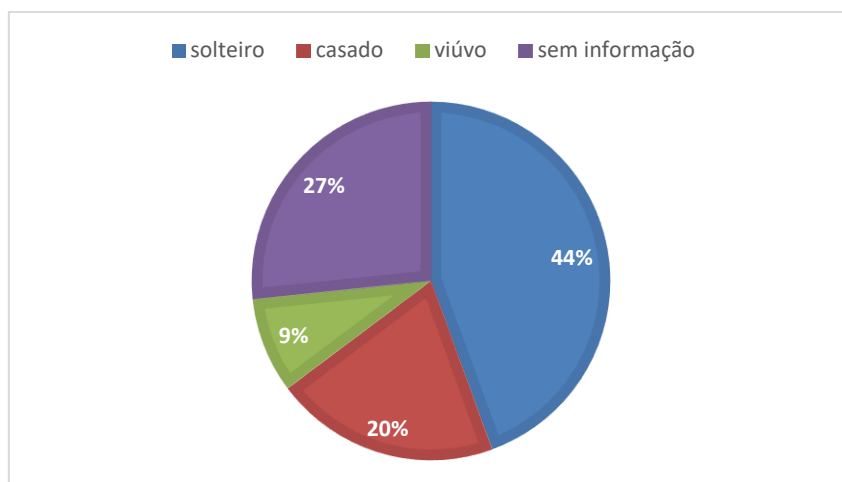


Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1704/1707)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1707/1709)*, cit.

Os gráficos anteriores permitem entender que os enfermos de ambos sexos a procurar assistência no Hospital Real da cidade de Coimbra eram maioritariamente solteiros. No caso dos homens, os casados suplantavam em muito os viúvos, mas nas mulheres tinham proporções próximas.

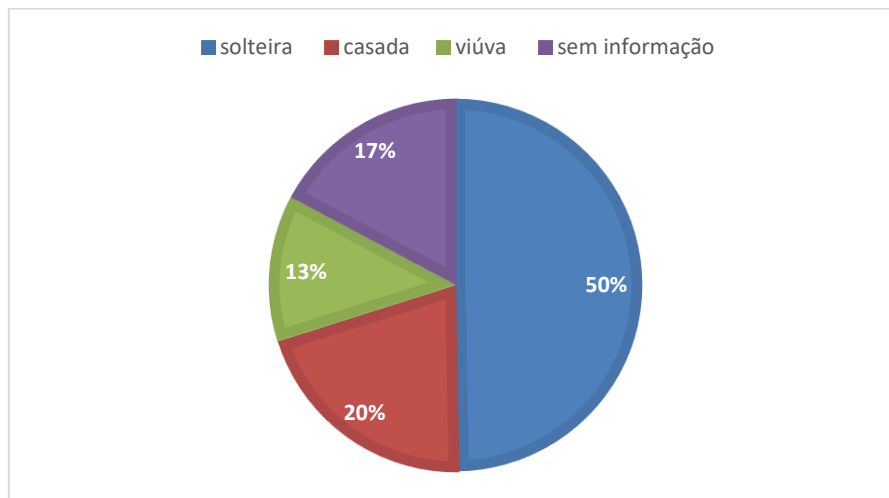
Os gráficos 13 e 14 permitem perceber que não existiram alterações significativas no período entre 1712 a 1715 – apesar do aumento que se fez sentir no número de entradas no hospitalar, o padrão foi bastante semelhante.

**Gráfico 13- Distribuição dos doentes do género masculino por estado conjugal (1712-1715)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1711/1713)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1713/1716)*, cit.

**Gráfico 14- Distribuição dos doentes do género feminino por estado conjugal (1712-1715)**

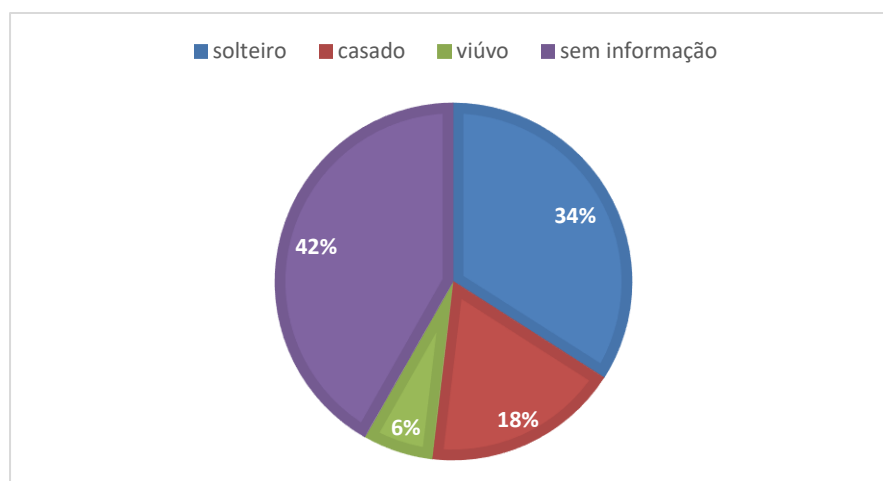


Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1711/1713)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1713/1716)*, cit.

Como já tínhamos referido, os registos dos Loios não foram consistentes ao longo do tempo. Deste modo, para o período de 1725 a 1732 é mais difícil perceber a verdadeira realidade conjugal dos doentes, uma vez que a percentagem de casos omissos atinge nos homens os 42% e nas mulheres 34%.

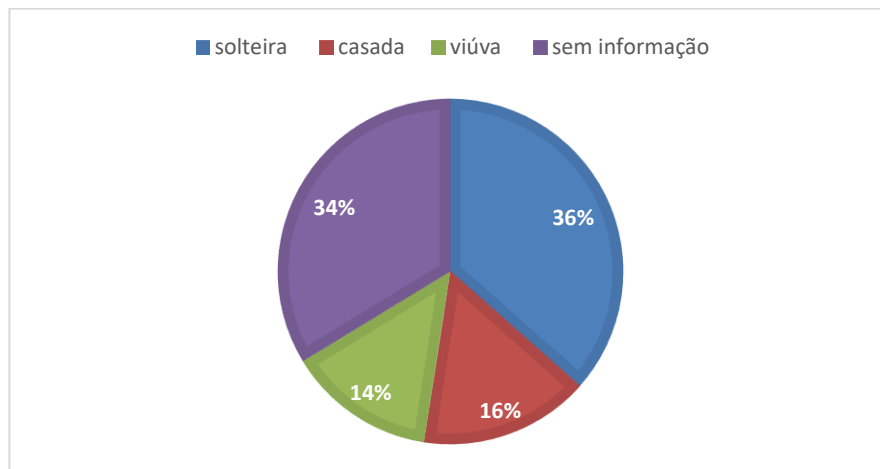
Apesar do número de registos omissos sobre o estado matrimonial dos doentes, nos restantes casos os padrões já referidos para os períodos anteriores mantêm-se, ou seja, dentro dos solteiros e casados os homens aparecem em maior número e dentro das pessoas viúvas a procurar assistência, são as mulheres que apresentam a maioria.

**Gráfico 15 - Distribuição dos doentes do género masculino por estado conjugal (1725-1732)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1724/1727)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1727/1730)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1730-1733)*, cit.

**Gráfico 16 - Distribuição dos doentes do género feminino por estado conjugal (1725-1732)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1724/1727)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1727/1730)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1730-1733)*, cit.

Em Penafiel, entre 1781 a 1850, o estado conjugal não foi referido em 79,12% dos registos de entrada de doentes no hospital da Misericórdia. No entanto, naqueles que apresentam informação é possível entender que existe uma tendência para a prevalência dos celibatários: 70% são solteiros; 17% viúvos e 13% casados<sup>125</sup>. No Hospital de Santa Isabel, no Funchal, entre 1784 a 1786, as mulheres patenteiam uma diferença de uma décima entre as casadas e solteiras (ambas correspondem a 37% dos casos) e as viúvas constituem 22% da clientela hospitalar. Relativamente aos homens, 29% eram casados, 27% solteiros e 8% viúvos<sup>126</sup>. Para o Hospital Real das Caldas, apenas foi possível levantar informação sobre 862 doentes para os anos de 1706, 1760 e 1769. Destes, 60% eram casados, 25% solteiros e 15% viúvos<sup>127</sup>.

### 3.4. Taxas de cura e de mortalidade

Entre meados do século XVIII e meados do século XIX as perspetivas dos doentes que entravam no Hospital Real de Coimbra eram positivas, pois, como acontecia em hospitais de França e Espanha, a taxa de cura era muito superior à taxa de mortalidade. Este fator, segundo Maria Antónia Lopes, é explicado pela alimentação provida na instituição. Em Coimbra, quando os doentes eram internados os médicos não lhes receitavam imediatamente medicamentos, mas sim repouso e uma alimentação reforçada (3 refeições por dias). Ora, isto

<sup>125</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos na cura dos corpos no hospital de Penafiel ...”, cit., p. 146.

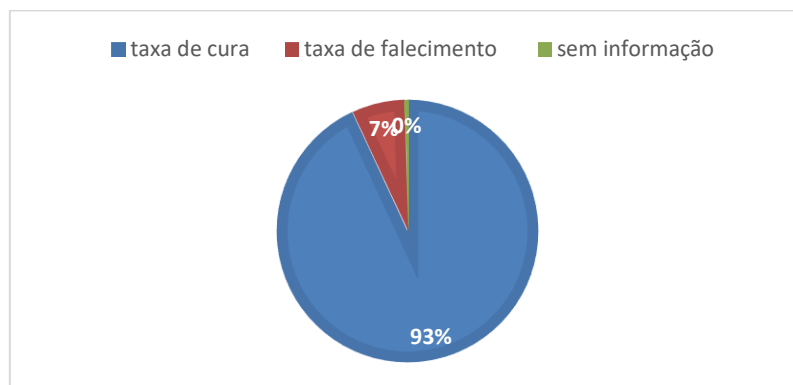
<sup>126</sup> Costa, Bruno A; Martins, Maria C., “O corpo enfermo...”, cit., p. 210.

<sup>127</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p.

vai ao encontro do facto de a maioria dos enfermos ser constituída por pessoas desnutridas, que não estariam propriamente doentes, mas sim num estado de cansaço e de grave subnutrição. No período de estudo abordado pela mesma autora, posterior ao que nos propomos estudar, a taxa de cura era bastante elevada: 73% dos homens curaram-se, 12% morreram e desconhece-se o destino de 15% dos pacientes masculinos; relativamente às mulheres, 84% recuperaram, 11% morreram e de 5% desconhece-se o resultado. Apesar de alguns investigadores considerarem que uma taxa de mortalidade superior a 10% é um fracasso, tal como Maria Antónia Lopes, defendemos que mesmo que essa seja ligeiramente superior, os valores são ótimos atendendo a que os hospitais eram estruturas desmunidas e os tratamentos ainda eram muito incipientes. A mesma autora concluiu que entre 1750 a 1754 foram anos em que a taxa de mortalidade foi muito baixa (cerca de 10%) e que os mesmos valores só voltam a ser repetidos cem anos depois<sup>128</sup>. Neste capítulo visamos perceber quais eram as taxas de cura e de mortalidade e se as mesmas se enquadram ao que foi descrito pela autora relativamente aos anos posteriores.

Já foi referido que entre o período de 1705 a 1708 entraram 1.680 doentes no Hospital Real de Coimbra. A análise detalhada dos registos de entrada e saída permitiram concluir para este período o desfecho do internamento de todos os doentes com a exceção de um, no ano 1707. Isto leva-nos a concordar com Maria Antónia Lopes que afirmou que os Loios eram exemplares no registo das datas de entrada, saída e falecimento dos enfermos (pelo menos neste intervalo) ao contrário do que aconteceu para o seu período de estudo.

**Gráfico 17 – Doentes curados e falecidos (1705-1708)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (17074/1707)*, cit. e *Livro de entrada e saída... (1707/1709)*, cit.

Para este período só não conseguimos recolher informação sobre as datas de altas ou óbitos no caso de 7 doentes. O gráfico demonstra que a percentagem dos doentes que se curaram foi muito superior à taxa dos doentes que acabaram por falecer – o que vai ao encontro dos

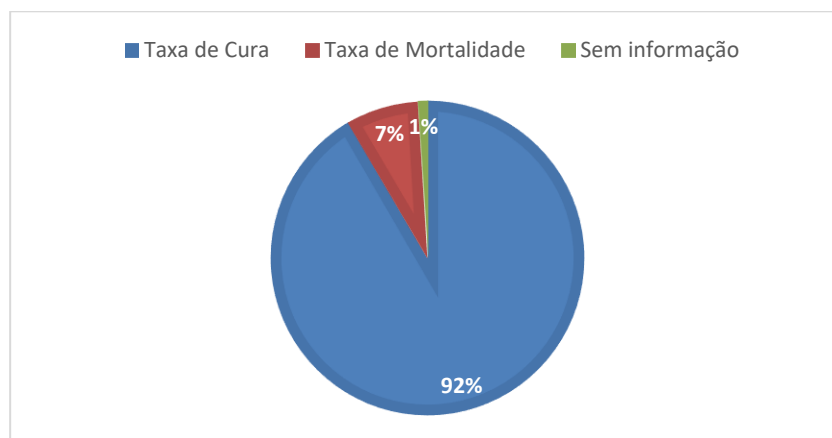
<sup>128</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, cit., p. 764-767.

padrões apresentados por outros historiadores. Comparando a taxa de cura e a taxa de mortalidade, afirmamos que já nesta altura os enfermos não se dirigiam ao hospital para morrer, mas sim para se curarem. Deste modo, os valores encontrados são muito positivos e semelhantes aos de 1750 a 1754 na mesma instituição.

Relativamente à distribuição dos falecimentos por géneros, existe uma maior percentagem de óbitos dentro do sexo masculino. De facto, os homens representam 64% da clientela, como já foi referido, mas 70% dos doentes que acabaram por falecer.

Na série seguinte não foi possível perceber o destino de 21 doentes, mas a taxa de mortalidade é também de 7%.

**Gráfico 18– Doentes curados e falecidos (1712-1715)**

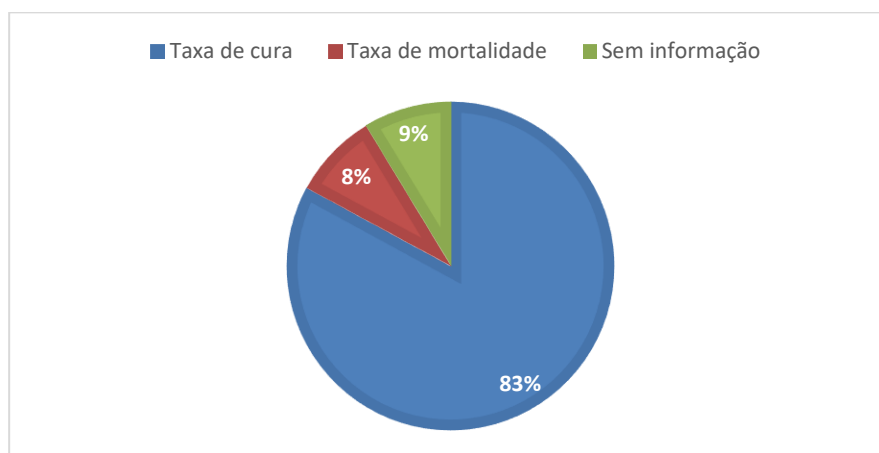


Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída... (1711/1713)*, cit. e *livro de entrada e saída... (1713/1716)*, cit.

Relativamente à distribuição dos óbitos por géneros, nos anos 1712 a 171 a taxa de mortalidade foi também superior para os homens. O sexo masculino representa 58% das entradas neste intervalo, como já foi referido, mas 70% dos enfermos que acabaram por morrer.

Entre 1725 a 1732 a taxa de mortalidade corresponde a 8%, ou seja, continua dentro do perfil que já veio a ser traçado para os períodos anteriores, mas as lacunas das fontes levam-nos a questionar os dados apresentados, pois em 212 casos não foi registada a data de óbito ou de alta dos pacientes – o que representa uma percentagem considerável que pode influenciar as nossas conclusões.

**Gráfico 19– Doentes curados e falecidos (1725 -1732)**



Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1724/1727), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1727-1730), cit., e *Livro de entrada e saída...*(1730/1733), cit.

Uma vez mais, os homens representam a maior percentagem dos enfermos a morrer. Entre 1725 a 1732, os homens representaram 64% da clientela hospitalar e 69% dos enfermos que faleceram.

A análise de dados permite-nos concluir que em todos os períodos que foi possível averiguar, a taxa de mortalidade foi sempre inferior a 10%, ou seja, rondou um valor que é aceitado como baixo. Este fator contribui para sustentar a nossa posição de que, na maioria, as pessoas que entravam no Hospital Real de Coimbra na verdade não se encontravam num estado de doença grave, mas sim extremamente cansadas e que os cuidados prestados nesta instituição, como já referimos, eram básicos (tal como acontecia noutros hospitais tanto em Portugal como pela Europa) mas revelavam-se eficazes, pois baseavam-se numa alimentação reforçada e em repouso – algo que não seria suficiente em casos de doenças extremas.

Isabel Rodrigues levantou também informação sobre os falecimentos no Hospital Real das Caldas. Não foram localizados os livros de admissão, mas a autora conseguiu perceber que entre 1743 e 1777 morreram 211 doentes, dos quais 73% eram do género masculino, o que se relaciona também com a discrepância de género dos internados, pois também aqui prevalecia o masculino<sup>129</sup>. No Hospital da Misericórdia de Penafiel, entre 1631 e 1782, apenas foi possível detetar um total de sessenta e quatro registos de falecimentos, já para 1801 a 1841 encontraram-se cento e trinta e seis – em ambos os períodos foi impossível saber o número total de entradas na instituição. Paula Fernandes justifica a disparidade de resultados com o facto de os registos passarem a ser mais complexos e pelo aumento da população de Penafiel. Também neste hospital eram os homens a morrer mais: entre 1840 a 1841, 72% dos falecimentos são de

<sup>129</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p. 83-84.



enfermos masculinos<sup>130</sup>. No Hospital de Espírito Santo de Portel, entre 1624 e 1709, a taxa de mortalidade foi de 15% e subiu no século XVIII, após o escrivão passar a anotar os expostos que eram internados e acabavam por morrer<sup>131</sup>.

O *Livro de registo de receitas e despesas de 1699/1700* permite-nos retirar informação sobre os gastos com as despesas dos rituais dos doentes falecidos relativas a alguns períodos. De junho a novembro do ano de 1699, despenderam-se com o pagamento da cova e do noturno a quarenta e dois doentes que faleceram 14.500 réis. O hospital pagou 350 réis nos preparativos fúnebres de cada enfermo falecido, salvo em quatro casos sem noturno, em que apenas se despenderam 300 réis em cada<sup>132</sup>. No ano de 1710/1711 morreram 35 pessoas e a despesa com a preparação dos rituais fúnebres foi de 12.600 réis<sup>133</sup>. A quantia gasta com cada doente aumentara, portanto, em 10 réis. Em 1715/1716, o valor conjunto da cova e do noturno já era de 400 réis, tendo-se despendido 13.200 réis<sup>134</sup>. Deste modo, não foi a taxa de mortalidade do Hospital Real de Coimbra que aumentou, mas sim os custos associados à cova e ao noturno dos doentes.

### 3.5. As camadas dos males

Foi no início da Idade Moderna que surgiu a sífilis e, apesar do seu impacto ter sido leve quando comparado com doenças como a varíola ou a peste, a doença sofreu um grande incremento durante este período – o que levou a que existissem hospitais a especializarem-se no seu tratamento e algumas instituições a aceitarem cuidar destes doentes, embora sempre em números reduzidos, pois as despesas associadas às curas eram elevadas. Na altura, a doença recebeu o nome de “boubas”, “males” ou “gálico”, designações que englobavam um grande número de doenças sifilíticas<sup>135</sup>.

As boubas atacavam homens, mulheres e até crianças de todos os estratos sociais e eram associadas frequentemente a uma vida dissoluta, mesmo não sendo uma doença transmitida unicamente pela via sexual. Referindo-se à primeira década de seiscentos, Maria Marta do Lobo Araújo revela que as boubas já eram tratadas no Hospital de S. Marcos durante dois momentos

---

<sup>130</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos na cura dos corpos no hospital de Penafiel ...”, cit., p. 109-110.

<sup>131</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna...”, cit., p. 19.

<sup>132</sup> AUC, *Livro de registo de receitas... (1699/1700)*, cit., fl. 155-158.

<sup>133</sup> AUC, *Livro de registo de receitas... (1710/1711)*, cit., fl. 111-118.

<sup>134</sup> AUC, *Livro de registo de receitas... (1715/1716)*, cit., fl. 111-118.

<sup>135</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no Hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna”, in Álvarez, Maria José Pérez, Araújo, Maria Marta Lobo de (coord), “*La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*”, Universidad de León, 2014, p. 33.

do ano: a primavera e o outono, períodos que se consideravam com as condições mais adequadas à cura. Em S. Marcos, o internamento estava estipulado em 12 dias, mas em vários casos ultrapassava-se esse período. As camadas, ou seja, as vagas que se abriam para cuidar deste tipo de doentes consoante o volume de procura, decorriam em março ou abril e em setembro ou outubro, mas quando existia uma grande procura podiam abrir durante todos estes meses. Nessa instituição, os portadores de boubas eram internados num espaço que se situava no rés-de-chão do edifício, o que evitava o contacto com os outros doentes para impedir a transmissão de doenças e eram ainda separados por sexos. Também em Lisboa e no Porto, as enfermarias para o tratamento deste tipo de doenças eram separadas das restantes – algo comum nos hospitais de maior dimensão. No entanto, nas instituições mais pequenas, o tratamento realizava-se nas enfermarias de doentes comuns, mas em camas separadas. No Hospital de S. Marcos, que recebia doentes de um espaço geográfico alargado, sentiu-se um aumento da procura de assistência aos sífilíticos nos meados do século XVII e inícios do século XVIII, embora não existam fontes que permitam conhecer a evolução<sup>136</sup>.

Como já referimos, o tratamento era caro e era composto por mezinhas, unções mercuriais e suadores e requeria resguardo e temperaturas amenas. Sabe-se que o médico de S. Marcos, estipulou uma receita para ao tratamento das boubas, mas esta era adaptada de acordo com a necessidade de poupar nos ingredientes devido aos problemas financeiros que a instituição enfrentava. O tratamento também implicava grandes gastos com a alimentação e alojamento e ainda com o pagamento a assalariados, pois além do cirurgião deviam ser contratadas untadeiras e cobrideiras<sup>137</sup> que trabalhavam nas enfermarias das mulheres. Além disto, eram necessárias condições logísticas adequadas, pois como mencionámos, os doentes de boubas não se deveriam juntar aos restantes doentes. A sífilis podia ser transmitida pela partilha de objetos o que requeria isolamento e separação de roupas e calçados para combater a sua disseminação<sup>138</sup>.

O Hospital Real de Coimbra também tratava de portadores das boubas, mas ao descaminho de fontes já mencionado, acresce que os registos de entrada desses doentes cessam em 1727, situação para a qual não encontrámos esclarecimento. O tratamento de enfermos do gálico é assinalado pela interrupção do registo dos outros pacientes e pelo anúncio de que se

---

<sup>136</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no Hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna...”, cit. 37-42.

<sup>137</sup> A untadeira, segundo Maria Marta do Lobo Araújo, estaria responsável por fazer untadoras (friccionar ou esfregar com unto ou qualquer substância oleosa), já a cobrideira cobria os doentes enquanto os mesmos estavam nos suadouros.

<sup>138</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “ O tratamento das boubas no Hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna...”, cit., p. 38-40.

abria uma nova camada dos males, registando-se o número de doentes que nela se curavam, seguido da lista nominativa que normalmente era dividida por género.

Nesta análise iremos excluir os anos em que não é possível apurar o número total de camadas que se abriram para o tratamento das doenças sífilíticas (1704, 1711, 1716 e 1724) e ainda o ano de 1710, para o qual não existe qualquer registo de admissões. No primeiro período analisado (1705-1708) a média anual de entradas é de 67 doentes, dos quais 53% são homens. A percentagem de entradas do género masculino foi sempre superior até 1708, ano em que a situação se inverteu, como podemos verificar na seguinte tabela:

**Tabela 7 - Número de entradas anuais por género nas enfermarias dos males (1705-1707)**

Ano	Homens	Mulheres	Total
1705	45	33	78
1706	30	28	58
1707	40	35	75
1708	26	31	57
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>127</b>	<b>268</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1704/1707), cit., e *Livro de entrada e saída*,(1707/1709), cit.

Entre 1712 e 1715 entraram em média 68 pessoas por ano. A seguinte tabela permite perceber que o número de mulheres entre os portadores das boubas aumentou ligeiramente e os dois sexos aproximam-se – tendência que identificámos já no ano de 1708. Contudo, o género masculino continua a representar a maioria dos doentes, com uma taxa de 51% das entradas.

**Tabela 8 - Número de entradas anuais por género nas enfermarias dos males (1712-1715)**

Ano	Homens	Mulheres	Total
1712	38	36	74
1713	27	29	56
1714	35	35	70
1715	39	31	70
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>131</b>	<b>270</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1711/1713), cit. e *livro de entrada e saída...*(1713/1716), cit.

No período de 1725 a 1727 a média desceu para metade, 34 doentes por ano, e o número de mulheres portadoras de boubas é já superior dos homens. Deste modo, 57% das entradas nas enfermarias dos males são do género feminino.

**Tabela 9 - Número de entradas anuais por género nas enfermarias dos males (1725-1727)**

Ano	Homens	Mulheres	Total
1725	8	14	22
1726	21	18	39
1727	15	27	42
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>59</b>	<b>103</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...* (1724/1727), cit. e *livro de entrada e saída...* (1727/1730), cit.

A análise destes dados permite concluir que o número de doentes de gálico aceites para tratamento no hospital diminuiu com o tempo. No entanto, o facto de não existirem alguns livros de registo de entrada e saída dos doentes limita a nossa análise e prejudica conclusões mais rigorosas. Dos três períodos que analisámos foi no segundo, referente aos anos de 1712 a 1715, que se abriram mais camadas (15). As tabelas em anexo 7, 8 e 9 permitem perceber que também no Hospital Real de Coimbra, os tratamentos aos doentes do gálico eram realizados na primavera e no outono. O período de 1705 a 1708 é bastante semelhante ao seguinte e o intervalo temporal para o qual não temos informação é reduzido. Contudo, em 1725-1727 já se notam mais diferenças. Não existindo fontes para 1709-1724, um intervalo grande, o facto tem impacto na análise destes dados, uma vez que não nos permite entender qual foi a tendência. Mas sabemos que em 1725 apenas se abriu uma camada dos males, o que nos leva a perguntar se o registo feito pelo capelão foi descuidado ou se de facto só existiu este momento para o tratamento deste tipo de doentes.

**Tabela 10 - Número de camadas dos males (1705-1708)**

Ano	Primavera	Outono	Total
1705	2	2	4
1706	2	1	3
1707	2	2	4
1708	2	1	3
1712	2	2	4
1713	1	2	3
1714	2	2	4
1715	2	2	4
1725	0	1	1
1726	1	1	2
1727	2	1	3

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*, cit., e *livro de entrada e saída...*(1707/1709), cit. e (1707/1709), *livro de entrada e saída...* (1711/1713), cit., e *livro de entrada e saída...* (1713/1716), cit., *livro de entrada e saída de doentes...*(1724/1727), cit., e *livro de entrada e saída ...*, cit.(1727/1730).

Depois de 1727 não existem mais registos de entradas de camadas dos males. Isto poderá estar relacionado com o aparecimento do Hospital de Góis, especializado em doenças véneras e onde acorriam pessoas de Coimbra e, por isso, provavelmente receberia os doentes que anteriormente eram tratados no Hospital Real. No entanto, em 1812 os doentes do gálico já não procuravam a instituição de Góis, pelo menos os que eram subsidiados pela Misericórdia<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., vol. I, p. 850 e vol. II, p. 88.

## Capítulo 4. A alimentação no Hospital Real de Coimbra em 1699/1700, 1710/1711 e 1715/1716

Hipócrates teve um papel essencial na relação entre a medicina e a alimentação que se verificou ao longo dos séculos na Europa. Segundo esse autor, a fisiologia humoral explicava o funcionamento do corpo com base no equilíbrio de quatro humores corporais: o sangue, a linfa, a bÍlis amarela e a bÍlis negra. Estes eram associados a quatro elementos – ar, Água, terra e fogo – e também a quatro qualidades: o seco, o húmido, o quente e o frio. A mistura destes originava o temperamento individual que era classificado como sanguíneo, fleumático, colérico ou melancólico – denominações que derivavam do humor predominante de cada pessoa. Era ainda concedida relevância à constituição corporal do suspeito – uma vez que esta podia predispor-lo a doenças. Os conceitos de temperamento e constituição escoravam a ideia da natureza individual levando a que a teoria humoral influenciasse a medicina europeia durante vários séculos. Embora Hipócrates não tenha sido pioneiro na construção da ideia que a alimentação era essencial para a terapia, os seus escritos tornaram-se ideais para que essa ideia prevalecesse durante séculos na Europa<sup>140</sup>.

Assim, à cura das enfermidades – mediante a teoria de Hipócrates, que defendia que os alimentos eram responsáveis pela gestão da harmonia que devia reinar entre os humores e os constituintes do corpo – estaria sempre associada um tipo de dieta própria, o que levava a que à recuperação dos mais pobres estivesse ligada uma dieta muito rica em glÍcidos, pois estes injetavam grandes quantidades de energia no organismo (algo que ajudava não só na cura dos corpos, como também na recuperação das forças)<sup>141</sup>.

A preocupação com os alimentos foi muito importante na medicina praticada no Antigo Regime e, portanto, não foi desprezada por quem tinha a seu cargo a cura dos corpos<sup>142</sup>. Os mais ricos conseguiam seguir as recomendações médicas sobre as dietas, porém os mais pobres, que no seu quotidiano normal comiam apenas o necessário para trabalhar e sobreviver, o que causava inúmeras carências nutricionais e os tornava mais expostos a doenças, também não tinham capacidade para custear uma boa alimentação quando enfermavam. Note-se, ainda, que

---

<sup>140</sup> Rodrigues, Eugénia, Discurso médico e práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique no início do século XIX, *História, Ciências, Saúde – Manquinhas*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, 2014, p. 609-613.

<sup>141</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “ O papel dos alimentos na cura dos corpos no hospital de Penafiel (séculos XVIII-XIX), in Lobo, Maria Marta Lobo de (coord.), *HÁBITOS ALIMENTARES E PRÁTICAS QUOTIDIANAS NAS INSTITUIÇÕES PORTUGUESA DA IDADE MODERNA AO PERÍODO LIBERAL*”, Lab2PT, Braga, 2015, p. 80-81.

<sup>142</sup> Idem, *ibidem*, p. 85-104.

os tratamentos também eram muito agressivos e podiam deixar os enfermos mais frágeis, uma vez que se baseavam em práticas como sangrias e purgas<sup>143</sup>. Deste modo, o ingresso na enfermaria de um hospital permitia aos doentes descanso, mas também acesso a uma alimentação que não tinham capacidade de adquirir em condições normais – o que levava a que o internamento lhes permitisse restabelecer as forças, ainda que em alguns casos não os curasse das enfermidades.

Uma vez que para a época que estudamos não existe documentação específica sobre a dieta alimentar praticada no Hospital Real de Coimbra, a única forma de a conhecer (ainda que em termos pouco precisos) é através da análise dos livros de registo de receitas e despesas do Hospital. Assim, seleccionámos três livros – o primeiro corresponde ao ano de 1699/1700, o segundo a 1710/1711 e o terceiro a 1715/1716. No entanto, o primeiro livro está incompleto, o que nos impede de fazer uma pesquisa mais completa e nos limita ao intervalo entre junho e novembro de 1699.

Assim, presumindo que os géneros comprados seriam para consumo, pretendemos perceber quais eram os alimentos que circulavam no hospital e quais as despesas que se tinham com os mesmos.

#### **4.1. Despesas com produtos alimentares em 1699**

A análise deste primeiro livro é restrita, como já mencionado, uma vez que o responsável pelas anotações – o escrivão – não cumpriu a sua tarefa corretamente, o que nos impossibilita de fazer comparações anuais. De facto, apenas foram registadas as despesas entre 27 de junho de 1699 e novembro do mesmo ano, quando era provedor o padre Manuel de Santa Maria, o cargo de almoxarife era desempenhado pelo padre Manuel da Conceição e o responsável pela elaboração do livro de registo de receitas e despesas, o escrivão Agostinho Maldonado.

No período mencionado, a carne mais consumida era a de galinha e de frango (por ser mais barata do que a primeira). Assim, foi registada a compra de 1.002 galinhas e 514 frangos – o que resultou numa despesa de 237.745 réis<sup>144</sup>. A galinha era extremamente importante na terapêutica moderna. No entanto, não era um alimento frequentemente consumido pelos mais pobres, uma vez que era cara e a sua criação era destinada a produção de ovos e à venda nas feiras, tanto dos ovos como dos próprios animais – consequentemente o seu consumo regular

---

<sup>143</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos na cura dos corpos no hospital de Penafiel...”, cit., p. 78-80.

<sup>144</sup> Veja-se o anexo 28.

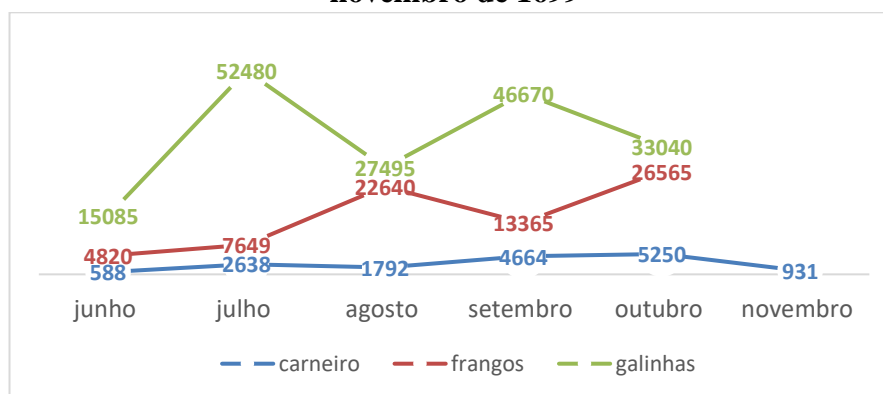
por parte dos camponeses e dos grupos populares urbanos era impraticável. A galinha e o frango podiam ainda ser utilizados na preparação de medicamentos, o que revela a importância que estes assumiam na época – chegando a ser vendida nas boticas dos hospitais<sup>145</sup>. Ao nível das despesas, no que respeita a carne, segue-se o carneiro. Entre junho e novembro de 1699 foram comprados 549 arráteis de carneiro, no valor de 15.863 réis<sup>146</sup>. Já no caso do Hospital de Penafiel, Paula Sofia Costa Fernandes realça a ideia de que não existiram gastos com a compra deste último tipo de carne. Contudo, adverte que a ausência da compra não significa que não fosse consumida – esta poderia entrar no hospital através do pagamento de rendas e foros, mas seria certamente usada em pequena escala<sup>147</sup>, tal como sucedia com as galinhas, que eram frequentemente criadas neste tipo de instituições.

**Tabela 10 – Despesa em réis com carneiro, galinhas e frangos entre junho a novembro de 1699**

Mês	Carneiro	Frangos	Galinhas
Junho (apenas 3 dias)	588	4.820	15.085
Julho	2.638	7.649	52.480
Agosto	1.792	22.640	27.495
Setembro	4.664	13.365	46.670
Outubro	5.250	26.565	33.040
Novembro (até ao dia 4)	931	Sem informação	Sem informação

Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas... (1699/1700)*, cit.

**Gráfico 20- Despesa na compra de carne de carneiro, galinhas e frangos entre junho e novembro de 1699**



Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas... (1699/1700)*, cit.

Observando a distribuição mensal das despesas na compra de carne no período entre junho e novembro de 1699 podemos concluir que se compravam mais frangos, quando não era possível adquirir galinhas. Veja-se que em agosto e outubro desse ano, as despesas com galinhas

<sup>145</sup> Fernandes, Paula Sofia, *O hospital da misericórdia de Penafiel...*, cit., p. 343.

<sup>146</sup> Veja-se o anexo 28.

<sup>147</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos...”, cit., p. 90-91.



diminuíram e existiram picos na aquisição de frangos, que eram mais baratos, como já mencionámos. Os dados que foram possíveis levantar, são referentes ao tempo do verão e inícios do outono. Deste modo, entendemos que a despesa mais acentuada com galinhas e frangos é normal, uma vez que este era o período em que geralmente aumentavam as doenças agudas e, por isso, se alimentava os doentes com carnes brancas<sup>148</sup>.

A dieta do hospital também passava pelo trigo e neste período foram comprados 114 alqueires do mesmo, que custaram ao hospital 39.012 réis<sup>149</sup> – sendo que o pão assumia um lugar importante na dieta alimentar em todos extratos sociais. A compra de vinho foi expressiva e para este período despenderam-se 10.290 réis no mesmo<sup>150</sup>. O vinagre também era comprado e gastaram-se com esse produto 9.800 réis<sup>151</sup>. Tenha-se em atenção que, para além da alimentação, podia servir como desinfetante. Entre as especiarias, existe o registo da compra de coentros, açafraão, canela – tendo-se despendido respetivamente com cada uma 200, 6.500 e 500 réis<sup>152</sup>.

Existe ainda o registo da compra de açúcar, doces e ovos que deveriam ser adquiridos para alguma altura festiva – de açúcar foram comprados 27 arráteis, de doce 144 e com os ovos gastaram-se 5.610 réis<sup>153</sup>. Paula Fernandes refere que a aquisição de doces nos hospitais poderia assumir alguma expressão, embora a sua finalidade pudesse estar relacionada com a produção de medicamentos<sup>154</sup>.

São ainda mencionadas as despesas quotidianas em relação ao “conduto dos padres e criados”, a hortaliças, frutas e, ainda, a dietas dos doentes e em ovos. Assim, para o período entre 24 de junho e 7 de novembro foram registadas despesas quotidianas nessas três rubricas, e onde se assinalou maior gasto foi no conduto dos padres e criados, que atingiu um total de 19.930 réis, mais 10.319 réis do que aquilo que se despendia com os enfermos que se pretendiam assistir (com os quais se gastaram apenas 9.611 réis<sup>155</sup>). Apesar das indicações das despesas que se faziam com as refeições para os padres, criados e pobres, não se clarifica o tipo de alimentos que de facto se comprava, algo que limita a nossa investigação.

---

<sup>148</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p.660.

<sup>149</sup> Veja-se o anexo 36.

<sup>150</sup> Veja-se o anexo 25.

<sup>151</sup> Veja-se o anexo 26.

<sup>152</sup> Veja-se o anexo 24.

<sup>153</sup> Veja-se o anexo 27.

<sup>154</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos ...”, cit., p. 97-98.

<sup>155</sup> Veja-se o anexo 29.

#### 4.2. Despesas com produtos alimentares em 1710/11

Os registos das receitas e despesas para o ano compreendido entre o dia de S. João de 1710 e o de 1711, são mais completos e foram elaborados pelo escrivão António da Silva – altura em que era provedor o padre Manuel Pereira da Conceição e almoxarife o padre José de Santos Tomás.

Entre 27 de junho de 1710 e o mesmo dia do ano seguinte, foram gastos no hospital 1.442 arráteis de carne de carneiro. Em segundo lugar vai-nos aparecer a carne de galinha – que como já mencionámos era essencial no tratamento dos enfermos nesta altura –, tendo sido consumidas 3.242 aves. Ainda que existisse um galinheiro nesta altura, a sua produção não era suficiente e, por isso, foi necessário comprar um total de 3.218 galinhas (quase a totalidade consumida neste ano), o que correspondeu a um gasto de 457.935 réis – em média, cada galinha custou 142 réis ao hospital<sup>156</sup>. O frango, como mencionámos, também era um recurso, uma vez que o seu preço era mais acessível. Assim, consumiram-se nas enfermarias e botica do Hospital Real de Coimbra 947 frangos – sendo que existiu necessidade de comprar 961, tendo-se gasto 30.289 réis na totalidade. Em média, cada frango custou 32 réis, um preço com uma diferença significativa em relação ao das galinhas.

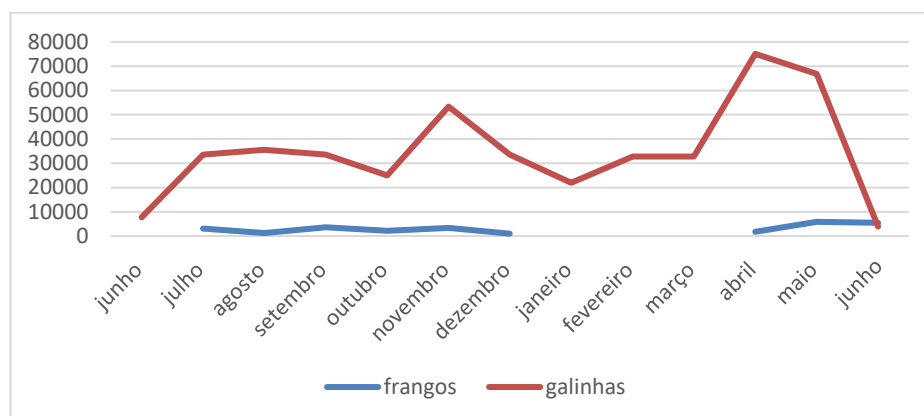
**Tabela 11 - Despesa na compra de carne de carneiro, galinhas e frangos entre junho de 1710 e junho de 1711**

Mês	Carneiro	Frangos	Galinhas
Junho (apenas 3 dias)	Sem informação	Sem informação	7.700
Julho	2.274	3.070	33.490
Agosto	992	1.187	35.540
Setembro	Sem informação	3.600	33.543
Outubro	Sem informação	2.135	24.930
Novembro	Sem informação	3.365	53.340
Dezembro	Sem informação	960	33.555
Janeiro	Sem informação	0	21.880
Fevereiro	Sem informação	50	32.790
Março	Sem informação	0	18.580
Abril	Sem informação	1.750	75.080
Maiο	Sem informação	5.840	66.850
Junho (até ao dia 28)	Sem informação	5.410	3.880

Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas... (1710/1711)*, cit.

<sup>156</sup> Veja-se o anexo 39.

**Gráfico 21 - Despesa na compra de carne de carneiro, galinhas e frangos entre junho de 1710 e junho de 1711**



Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas... (1710/1711)*, cit.

Excluimos do gráfico 21 a informação relativa à distribuição mensal da compra de carne de carneiro, pois apesar de sabermos que foram despendidos 46.776 réis neste tipo de carne, o escrivão não apontou as compras que eram feitas semanalmente. Uma análise do gráfico anterior permite entender que, uma vez mais, as despesas com as galinhas eram muito superiores. No ano de 1710/1711 existiram mesmo períodos em que não se compraram frangos. Existiram dois picos na compra de galinhas para o hospital, um em novembro e outro em abril e maio, o que pode ser explicado com a abertura das camadas dos males.

Ao contrário do que aconteceu na análise feita anteriormente, neste período existe o registo de carne de porco. No entanto, apenas é possível apurar que foram gastos 3.850 réis, uma vez que a quantidade não é referida. Sabe-se que ao longo do século XVII, noutras unidades hospitalares, a compra de presunto, ainda que esporádica, passou a fazer parte das despesas dos hospitais, já que o seu consumo contribuía para o reforçar das proteínas na alimentação dos enfermos<sup>157</sup>. Também no Hospital Real de Coimbra detetámos a compra de presunto num valor de 2.800 réis – o que demonstra que neste ano, este tipo de alimento ainda foi pouco significativo. Relativamente ao peixe, existe somente o registo da compra de bacalhau apenas uma vez, numa quantia de 5.250 réis,<sup>158</sup> algo que deveria estar mais relacionado, segundo Paula Fernandes, com os costumes alimentares, gostos e tradições do que à inexistência de pescado<sup>159</sup>. Já Maria Antónia Lopes defende que isto acontecia porque não se

<sup>157</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos ...”, cit., p. 90.

<sup>158</sup> Veja-se o anexo 39.

<sup>159</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos ...”, cit., p. 82.

impunham aos enfermos restrições ao consumo de carne, pois esta seria melhor para restabelecer as suas forças<sup>160</sup>.

Relativamente aos cereais, o favorito foi o trigo e com ele gastaram-se 632 alqueires<sup>161</sup>. Depois segue-se o milho— sendo que as despesas relativamente a este tipo de cereal não estão relacionadas apenas com alimentação, mas também com os gastos que se faziam na manutenção do galinheiro e do pombeiro do hospital. Assim, retiraram-se do celeiro 208 alqueires de milho, metade despendidos na alimentação das galinhas e pombas e a outra metade com os criados desta instituição (o que significa que comiam pão de milho)<sup>162</sup>. No entanto, a análise das fontes permite saber que no período entre 1710 e 1711 faltou pão pelo menos duas vezes no hospital, o que levou a que fosse despendida a quantia de 310 réis na sua aquisição. Gastaram-se ainda 13.570 réis na compra de 11.5 arrobas de arroz<sup>163</sup> – o que nos leva a afirmar que este não era dos cereais preferidos dentro do hospital.

A compra de fruta parece assumir um importante lugar nas despesas desta instituição. Contudo, os registos são pouco concretos em relação à variedade, o que nos impede de afirmar com certeza quais seriam essas frutas. Entre 1710/1711 gastaram-se 11.340 réis em fruta, dos quais 5.120 réis para comprar ameixas e 140 réis para obter azeitonas –as primeiras já se tinham destacado nos registos de despesas do hospital do ano de 1699/1700<sup>164</sup>. Dentro dos legumes, apenas foram encontradas referências ao alho (1.610 réis) e às lentilhas, com as quais se gastaram 1.200 réis, que eram usadas frequentemente na alimentação dos enfermos como acompanhamento.

Relativamente aos ovos, é possível perceber que os gastos eram elevados, o que revela que o galinheiro não produzia a quantidade necessária e que assumiam um papel de destaque na alimentação dentro deste hospital. De facto, em apenas um ano foram gastos 13.840 réis na compra de ovos<sup>165</sup>. Através da análise dos registos deixados por António Silva, escrivão do Hospital no período abordado, percebemos ainda que se compravam alimentos para confeccionar

---

<sup>160</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p

<sup>161</sup> Veja-se o anexo 36.

<sup>162</sup> Veja-se o anexo 34 e 35.

<sup>163</sup> Veja-se o anexo 39.

<sup>164</sup> Veja-se o anexo 39.

<sup>165</sup> Veja-se o anexo 39.

doces, tal como aconteceu no ano de 1699. Assim, na compra de açúcar, abóbora e marmelo foram gastos 22.480 réis<sup>166</sup>.

Entre as especiarias, para este período identificamos alecrim, açafão, pimenta e cravo. Estas despesas resultaram num total de 7.165 réis, sendo que o açafão representa a maior porção<sup>167</sup> – o que não significa que fosse o que mais se utilizava no hospital, mas sim que o seu preço era elevado. O quadro relativo às especiarias, consoante os seus registos, permite ainda concluir que não seriam variadas. Nas despesas aparece ainda o registo da compra de sal, com o qual se gastaram 1.500 réis<sup>168</sup>.

Quanto às gorduras utilizadas nesta instituição, o *Livro de registo de receitas e despesas* permite perceber que existia o recurso à manteiga. No entanto, apenas foi despendida a quantia de 1.650 réis<sup>169</sup>. Já de azeite, cujo o uso não se limitava à alimentação, mas também ao pagamento de funcionários (neste ano gastaram-se 19.5 alqueires no pagamento de ordinárias<sup>170</sup>) e à iluminação, despenderam-se 106 alqueires – o que nos leva a acreditar que a sua importância vinha a aumentar dentro do hospital<sup>171</sup>. Não existe registo da compra de azeite, uma vez que este era recebido pelo almoxarife através pagamento de rendas da instituição.

O vinho não é mencionado neste ano, o que é atípico. O leite só é referido uma vez e terá sido usado com o provedor, que estaria doente. Entre os derivados dos leites, aparece-nos o queijo, mais especificamente do Alentejo, com o qual se despendeu uma quantia de 1.650 réis<sup>172</sup> – tal como foi gasto com a manteiga (também um derivado do leite). O queijo não era por norma um alimento adquirido para os hospitais, pois eram curados e salgados e, por isso, de difícil digestão. Já o queijo fresco tinha pouco valor alimentar<sup>173</sup>.

Ainda que não sejam explicados quais os alimentos usados, o escrivão anotou os gastos com a dieta dos enfermos. Assim, neste período terão sido gastos 1.310 réis com a sua alimentação<sup>174</sup>. No entanto, não podemos relacionar estes dados com os anteriormente apresentados, porque os mesmos correspondem apenas a alguns meses e não a um ano completo

---

<sup>166</sup> Veja-se o anexo 37.

<sup>167</sup> Veja-se o anexo 38.

<sup>168</sup> Veja-se o anexo 38.

<sup>169</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos ...”, cit., p. 101.

<sup>170</sup> AUC, *Livro de registo de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra (1710-1711)*, fl. .11.

<sup>171</sup> Veja-se o anexo 30.

<sup>172</sup> Veja-se o anexo 39.

<sup>173</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos ...”, cit., p.101.

<sup>174</sup> AUC, *Livro de registo de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra (1710-1711)*, fl. 60.

e também não existe neste livro o registo da despesa da alimentação dos funcionários, o que nos impede de fazer comparações.

### 4.3. Despesas com produtos alimentares (1715/16)

O último livro de registo de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra é o mais completo e, por isso, o que nos permite retirar mais informações, embora as informações registadas não permitam estabelecer comparações com os períodos antecedentes.

Tal como se sucedeu no período anterior, as carnes com mais destaque são as de carneiro, galinha e frango. Entre junho de 1715 e o mesmo mês do ano seguinte, gastaram-se para a casa 1472,5 arráteis de carne de carneiro – sendo que foi registada uma despesa de 53.765 réis na sua compra. As galinhas continuam a ter destaque nas despesas do hospital, pois como já referimos existia um galinheiro, mas a sua produção não era suficiente. Deste modo, para este período gastaram-se 353.430 réis e foram despendidas 2.645 galinhas nas enfermarias. A carne de frango, mais barata, também se continuou a afirmar nas despesas deste hospital: foram consumidos 1.046 frangos com os quais se gastaram 29.740 réis<sup>175</sup>.

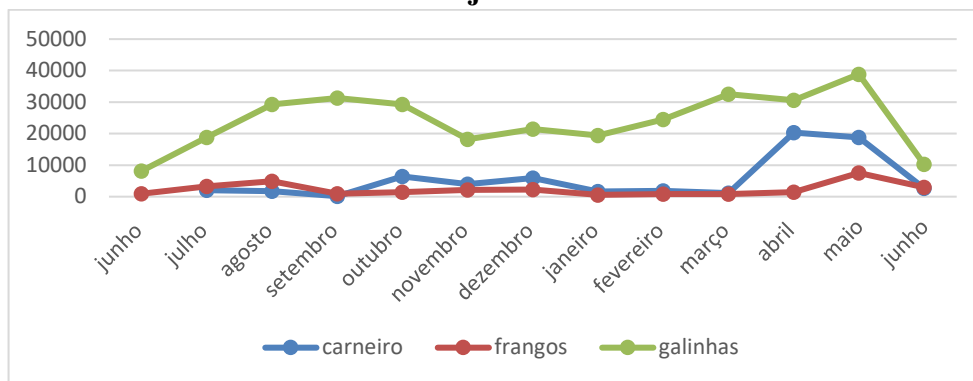
**Tabela 12 - Despesa na compra de carne de carneiro, galinhas e frangos entre junho de 1715 e junho de 1716**

Mês	Carneiro	Frangos	Galinhas
Junho (apenas 3 dias)	Sem informação	900	8.160
Julho	2.082	3.215	18.780
Agosto	1.754	4.915	29.296
Setembro	152	910	31.330
Outubro	6.460	1.410	29.040
Novembro	4.028	2.100	18.200
Dezembro	5.929	2.215	21.500
Janeiro	1.596	570	19.440
Fevereiro	1.824	825	24.500
Março	1.134	810	32.560
Abril	20.336	1.400	30.590
Maiο	18.819	7.525	38.870
Junho (até ao dia 20)	2.643	2.945	10.320

Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas... (1715/1716)*, cit.

<sup>175</sup> Veja-se o anexo 51.

**Gráfico 22 - Despesa na compra de carne de carneiro, galinhas e frangos entre junho de 1715 e junho de 1716**



Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas... (1715/1716)*, cit.

A despesa na compra de galinhas é, novamente superior aos restantes tipos de carne. No entanto, podemos ver, pela primeira vez no nosso caso de estudo, os gastos com carneiro a ultrapassarem a quantia despendida na aquisição de frangos. Isto acontece quando há uma diminuição na compra de galinhas (maio) e pode ser explicado pelo facto de o carneiro ser habitualmente um género mais barato. Podemos ainda verificar que tal como aconteceu mais tarde, em 1802, no mesmo hospital, existiu uma tendência para a quebra da despesa na compra de carne de galinha nos meses finais do ano<sup>176</sup>. Outro aspeto a destacar é o facto de as despesas aumentarem em períodos que habitualmente a clientela hospitalar era maior. Fazendo uma comparação com o gráfico anterior e o referente à distribuição mensal das entradas no Hospital Real de Coimbra para o intervalo de 1712 a 1715 (gráfico 4) compreendemos que os picos no aumento da clientela têm influência direta na aquisição de carne para esta instituição. Veja-se que entravam mais doentes no hospital entre março e junho e entre setembro e outubro, o que se reflete claramente no gráfico 22.

A carne de porco parece ter ganho mais importância dentro do hospital. Assim, em 1715/1716 gastaram-se 10.335 réis na compra da mesma, ou seja, o dobro do que havia sido registado para o mesmo período de 1710/1711. A comparação entre eles também leva a concluir que o consumo do presunto aumentou ligeiramente, tendo sido gastos 3.500 réis na compra de três presuntos, porém a afirmação de que este era um alimento consumido esporadicamente mantém-se. Relativamente ao consumo de peixe, só existiu uma menção à sua compra, sendo que foram gastos 6.000 réis na compra de um bacalhau<sup>177</sup>.

<sup>176</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 660-662.

<sup>177</sup> Veja-se o anexo 51.

O milho, como já referimos, não era utilizado unicamente na alimentação dentro do hospital. O escrivão registou o gasto de 110 alqueires com a alimentação dos criados, mas o resto das despesas – 104 alqueires de milho – são relativas à manutenção do pombeiro, o que revela que a carne de pombo também era consumida no hospital, ainda que não seja possível afirmar em quais quantidades, e ainda ao pagamento de ordinárias ao albergueiro (14 alqueires), ao barbeiro (6 alqueires), a uma servideira (10 alqueires) e a uma das lavadeiras. Outro exemplo de um alimento presente no livro de registo de receitas e despesas que não se destinava para a alimentação das pessoas é o da cevada, sendo que o hospital recebeu 246 alqueires da mesma como pagamento, dois quais se gastaram 235 alqueires para alimentar animais. Neste período compraram-se 766 alqueires de milho, consumindo-se 612<sup>178</sup>.

Ainda que a fruta se continue a destacar-se nas despesas do hospital, os registos persistem em não ser específicos, mas a fruta comprada seria a da época. Despenderam-se 9.790 réis na sua compra, sendo gastos 4.650 réis em ameixas, 480 réis em cerejas, 520 réis em castanhas e 880 réis em passas. Dentro dos legumes, conseguimos identificar apenas as lentilhas, com as quais foi feita a despesa de 400 réis, as cebolas, que custaram 1.100 réis ao hospital e o alho com o qual se gastaram 180 réis<sup>179</sup>.

O galinheiro do hospital continuava a produzir uma quantidade de ovos inferior à necessária, como em anos anteriores. Assim, em 1715/1716 despenderam-se 11.690 réis na compra de ovos, um valor inferior ao que foi registado em 1710/1711<sup>180</sup>. Os doces entravam na dieta alimentar praticada no hospital e neste período gastaram-se 23.250 réis na compra de açúcar para a sua confeção, 2.220 réis em abóboras e marmelos e pagou-se a uma mulher 1.200 réis para fazer os doces. No livro de registo de receitas e despesas deste ano é referido que sobraram sete tigelas de doce para o ano seguinte<sup>181</sup>.

Existe ainda o registo da despesa de 11.625 réis na compra de especiarias, entre as quais estão o alecrim (2.255 réis), o açafrão (7.800 réis), a pimenta (1.110 réis) e o cravo e canela (460 réis)<sup>182</sup>. A quantia gasta nas especiarias aumentou, mas de um modo geral as não se alteraram, sendo que não encontramos registo da compra de coentros, como em anos anteriores.

---

<sup>178</sup> Veja-se os anexos 46 e 47.

<sup>179</sup> Veja-se o anexo 51.

<sup>180</sup> Veja-se anexo 51.

<sup>181</sup> Veja-se o anexo 49 e 51.

<sup>182</sup> Veja-se o anexo 50.



Novamente, a manteiga aparece entre as gorduras utilizadas dentro do hospital, mas a quantia despendida, apesar de existir um ligeiro aumento quando comparado com o período anterior, é ainda pouco expressiva. Assim, gastaram-se 1.960 réis em manteiga no ano de 1715/1716<sup>183</sup>. O azeite continuava a ser a gordura que mais se consumia, 101 alqueires “para a casa”<sup>184</sup>, além das ordinárias aos funcionários que também o incluíam<sup>185</sup>.

No *Livro de registo de receitas e despesas de 1715/1716*, os dados sobre a compra de vinho são muito superiores quando comparado com anos anteriores, bem como o valor da despesa. Neste intervalo gastaram-se 31.230 réis em vinho, dos quais 480 réis aplicados em vinho branco para as enfermarias – esta é a primeira vez que nos aparece o tipo de vinho comprado e a quem se destinava. A compra de vinagre volta a ser referida e neste período foram adquiridos 39 alqueires que custaram ao hospital 9.440 réis, um valor inferior ao do primeiro livro de registo de receitas e despesas que analisámos<sup>186</sup>.

O leite continua a ter pouca expressão nas despesas do Hospital Real de Coimbra e em 1715/1716 despenderam-se com este género apenas 220 réis. Entre os seus derivados, aparece registada a despesa de 1.720 réis em queijo, dos quais 1.200 réis são referentes a queijo do Alentejo<sup>187</sup>, que já tinha surgido anteriormente.

O escrivão volta a registar as despesas com as dietas dos enfermos, porém continua sem especificar os alimentos. Podemos afirmar que em 1715/1716 existiu um aumento das despesas com a alimentação dos doentes, uma vez que o seu valor foi de 15.440 réis, ou seja, um acréscimo de 2.030 réis, o que, provavelmente, é justificado pelo aumento da clientela hospitalar<sup>188</sup>.

A alimentação dentro do Hospital Real de Coimbra foi monótona, rica em hidratos de carbono e proteína, sendo acima de tudo fortificante<sup>189</sup>. O facto de existir pouca variedade, levamos a afirmar que as refeições diárias eram normalmente constituídas pelo mesmo tipo de alimentos.

---

<sup>183</sup> Veja-se o anexo 51.

<sup>184</sup> Veja-se o anexo 40.

<sup>185</sup> No ano de 1715/1716 despenderam-se 7,5 alqueires de azeite em ordinárias: o albergueiro recebeu 2 alqueires; o barbeiro 4 alqueires; uma servideira recebeu um alqueire e a lavadeira das enfermarias meio alqueire.

<sup>186</sup> Veja-se o anexo 51.

<sup>187</sup> Veja-se o anexo 51.

<sup>188</sup> Veja-se o anexo 43.

<sup>189</sup> Fernandes, Paula Sofia Costa, “O papel dos alimentos ...”, cit., p. 86.

Entre 1699 a 1716, no Hospital Real de Coimbra o tipo de carne gasto variou entre a carne de galinha/frango e a de carneiro – sendo que apenas nos foi possível detetar a compra de carne de porco num número reduzido de vezes (existindo um aumento no último livro que analisámos), motivo pelo qual podemos considerar que ou seria feita criação própria neste hospital ou pura e simplesmente não se consumia, como foi prática anos mais tarde. No Hospital Real das Caldas, entre 1749-1774, os gastos feitos com a alimentação dos doentes eram essencialmente em carne de carneiro, que era um género mais barato. Já com uma representatividade diminuta surgem as carnes de frango e vaca – o que podia ser justificado por criação própria do hospital e de algumas rendas serem pagas em géneros alimentares, levando a que não fosse necessário despender tanto dinheiro na compra desses bens<sup>190</sup>.

Mais tarde, em 1802, o consumo da carne de carneiro é expressivo e absorve 69% das rações fornecidas no Hospital Real de Coimbra, seguindo-se a carne de galinha que corresponde a 13% das despesas com alimentação<sup>191</sup>. No mesmo período, cada doente tinha direito a meio pão ao jantar e à ceia. Aqueles que eram alimentados com galinha recebiam a cada refeição uma quarta parte do animal e aos que estava prescrita uma alimentação à base da carne de carneiro era-lhes dada uma quantidade que variava: ao jantar podia ser entre 300 a 345 gramas e na ceia 230 gramas. Regularmente, os enfermos recebiam 115 gramas de arroz – estes eram os três géneros alimentícios que constituíam a base da dieta alimentar do Hospital Real na altura e resultavam num consumo de 3.700 a 3.880 calorias diárias. Tendo em conta que na época os internados, na maioria, não sofriam de nada mais do que fome e cansaço, o grande número de calorias ingerida não era prejudicial e acabava por os ajudar na cura<sup>192</sup>.

A distribuição mensal da compra de carne do Hospital Real de Coimbra entre 1699 e 1716 segue um padrão semelhante ao que Maria Antónia Lopes aponta para a mesma instituição em 1802, como já fomos mencionando. A carne mais adquirida foi a de galinha, mas quando existiam quebras na sua compra foi possível observar que se recorria aos géneros mais baratos como os frangos e o carneiro. Nas alturas de restrição quaresmal de carne não existe uma quebra na sua compra, o que vem confirmar que os doentes não eram privados, apesar das práticas religiosas<sup>193</sup>. É importante ainda destacar que os picos das despesas acontecem em períodos em

---

<sup>190</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit, p. 112-113.

<sup>191</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p.657-660.

<sup>192</sup> Idem, *ibidem*, p. 657-658.

<sup>193</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 660.

que a clientela hospitalar era geralmente mais alta, como também verificámos em 1715/1716, por ser o ano em que as fontes são mais abrangentes.

Em suma: no período que abordamos, podemos concluir que pão fazia parte da dieta alimentar e os cereais usados variavam entre o trigo e milho. No entanto, o milho também seria utilizado para alimentar as galinhas e as pombas do Hospital, tal como a cevada, e ainda para pagar as ordinárias. Em todos os livros, os ovos têm grande representatividade nas despesas, sendo que esta é muito mais notória no segundo caso, altura em que foram despendidos 13.840 réis na sua compra. No entanto, em 1799 verificou-se uma total ausência da sua presença na alimentação dos enfermos no Hospital Real de Coimbra<sup>194</sup>. Este fator leva-nos a considerar que os ovos comprados no intervalo que abordámos não seriam para os enfermos e sim para os padres. Os gastos com os doces são elevados, o que difere da situação retratada para o mesmo hospital posteriormente.

A fruta também assumiu um papel importante nas despesas com alimentação, mas as fontes não nos permitem perceber quais as qualidades compradas – mas seriam, muito provavelmente, as frutas da época. Os legumes, no primeiro caso analisado, são mencionados, ainda que não sejam explícitos, e no segundo livro apenas detetamos a compra de lentilhas – algo que poderá derivar de a possibilidade do hospital ter uma horta própria e por isso não existir a necessidade de comprar estes alimentos.

Dentro das gorduras, pensamos que o azeite tenha ganho alguma importância ao longo deste período, mas as limitações das fontes não nos permitem afirmar com grandes certezas. Entre as especiarias, o açafreão destaca-se num leque limitado que se estendia apenas ao cravo, à pimenta e ao alecrim<sup>195</sup>.

A análise do primeiro livro permite ainda perceber que as despesas com a alimentação dos padres e criados foi superior aos gastos com a alimentação dos enfermos – situação ambígua que nos leva a perguntar quem de facto beneficiaria com o hospital. Destacamos que o pão de milho, geralmente consumido apenas por pobres, aparece na dieta dos criados. Em 1710/11 é possível perceber que foram assistidos 620 doentes e terão sido despendidos 13.410 réis com a sua alimentação – o que significa que foram gastos cerca de 22 réis com a alimentação de cada doente neste período, um número extremamente baixo que se explica, com certeza, pelo

---

<sup>194</sup> Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...*, cit., p. 658.

<sup>195</sup> Veja-se o anexo 50.

autoabastecimento. No ano de 1715/1716 não foi possível determinar o gasto com os padres e criados, mas apenas com os doentes, com quem se despenderam 15.440 réis, o que representa um aumento de despesas que deverá ser explicado pelo crescimento da clientela<sup>196</sup>. No Hospital Real das Caldas, entre 1749-1773, as despesas com a alimentação dos administradores, funcionários e hóspedes rondavam em média os 230.000 réis, um valor muito superior ao do Hospital Real de Coimbra<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Veja-se o anexo 43.

<sup>197</sup> Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura...*, cit., p. 111-113.

## Conclusão

A assistência hospitalar que conhecemos hoje é bastante distinta daquela que outrora existiu na Época Moderna. Em Portugal, foi D. João II que começou por impulsionar o movimento de reforma hospitalar com a fundação do Hospital Real de Todos os Santos, em 1492. Esta reforma estendeu-se gradualmente a todo o Reino para fazer face às incapacidades que as unidades hospitalares medievais existentes sofriam e atingiu o seu auge no reinado de D. Manuel.

Em Coimbra, no século XVIII, existiam três instituições hospitalares: o Hospital da Convalescença, o Hospital de S. Lázaro e o Hospital Real. O primeiro, o mais tardio, surge face à necessidade de dotar o Hospital Manuelino com enfermarias de convalescença. Por doação de 1742 e por testamento com que morreu no mesmo ano, Sebastião Antunes mandou fundar um hospital para convalescentes sob a administração da Santa Casa, no caso de o Hospital Real ser geridos por religiosos, o que veio a suceder. A instituição era importante, porque nessas enfermarias os doentes repunham forças, um processo significativo para a sua recuperação. Apesar de coabitarem no mesmo edifício até 1764, eram duas instituições distintas e com formas de administração diferentes e, muitas vezes, as relações entre elas eram azedas, devido aos critérios de diferenciação entre um enfermo e um convalescente, que não pareciam agradar a qualquer uma das instituições.

Na mesma época, ainda funcionava o Hospital de S. Lázaro que, como o nome indica, albergava os leprosos da cidade. Esta era a mais antiga instituição em funcionamento na cidade de Coimbra, tendo sido fundada por D. Sancho I e apenas recebido regimento no reinado de D. Afonso IV (1329). A sua criação resultou da convergência de fatores como o desenvolvimento hospitalar, um maior protagonismo da solidariedade alargada das comunidades em relação à célula familiar, um surto demográfico e, obviamente, ao aumento da proliferação da lepra.

Assinalam-se ainda duas pequenas instituições que surgiram no século XVIII na cidade de Coimbra. O Tronco ou Hospital de Baixo, que era uma albergaria anexa ao Hospital Real de Coimbra e visava a assistência de pedintes andantes e, no contexto da Guerra Fantástica (1762), o Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra em Coimbra, criados por Aviso Régio de 16 de agosto de 1762.

O Hospital Real de Coimbra foi fundado em 1504 por D. Manuel I, mas só recebeu regimento quatro anos mais tarde. Situou-se na Praça Velha, uma localização privilegiada pela proximidade do rio, dos órgãos do poder, do centro económico da cidade (recorde-se que a

Universidade ainda não se tinha instalado em Coimbra), o que impulsionou o desenvolvimento desta instituição. Como o Hospital Real de Todos os Santos, foi o resultado da anexação de albergarias e pequenos hospitais existentes na cidade desde os tempos medievais.

Por alvará de 1512, D. Manuel encarregou a Misericórdia de Coimbra da administração do Hospital Real, o que nunca terá chegado a acontecer, e em 1530, já no reinado de D. João III, o hospital foi entregue aos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, como vários outros espalhados pelo país.

A administração por parte dos Loios não terá sido a mais organizada. No reinado de D. Pedro II foi nomeado o reitor da Universidade, Nuno da Silva Teles, visitador do hospital e o mesmo denunciou uma situação verdadeiramente preocupante, classificando a gestão dos cónegos de uma forma bastante depreciativa. O visitador chegou mesmo a elaborar capítulos de reforma (que foram confirmados a 4 de março de 1699), contudo a sua morte impediu que as mudanças fossem executadas e os Loios continuaram a administrar o Hospital Real de Coimbra. Contudo, o regimento primitivo sofreu mudanças, estabelecendo-se que o provedor e o almoxarife precisariam de confirmação régia e passariam a ser sujeitos à fiscalização por parte da Mesa da Consciência e Ordens e exigindo-se a existência de um escrivão, um enfermeiro, uma cozinheira, um sangrador, um médico e um cirurgião. Em 1741, D. João V nomeia o magistrado Lucas da Seabra e Silva provedor do Hospital, concretizando o afastamento dos Loios da sua administração. Mas estes retomam-na em 1743, reocupando os cargos de provedor e almoxarife. Esta situação manteve-se apenas até 1769, quando lhes foi retirada a provedoria do hospital e entregue ao provedor da comarca – ainda que os cónegos se tenham mantido na instituição. O seu afastamento definitivo deu-se em 1772, com uma provisão de Marquês de Pombal que ordenava que todos os bens da instituição fossem incorporados aos bens da Universidade a fim de se constituírem os seus hospitais.

A primeira dificuldade do nosso trabalho surgiu na reconstrução do quadro de funcionários do Hospital Real de Coimbra. Face às lacunas das fontes, especialmente o *Livro de registo de receitas e despesas (1699/1700)*, existem cargos para os quais não conseguimos a informação que desejaríamos. Entre julho e novembro de 1699 foram registados os pagamentos efetuados apenas à amassadeira, à cozinheira, aos enfermeiros e às lavadeiras. No que diz respeito ao ano de 1710/1711, já foi possível recolher dados sobre os salários de dezassete funcionários e, no ano de 1715/1716, de vinte e quatro funcionários. Como podemos ver, existem livros em falta, o que nos impede de ter uma perceção mais clara da realidade e só com o tempo é que parece existir uma tentativa de registos mais completos.

Dividimos a análise do quadro de funcionários seguindo a organização que achámos mais lógica, com base em outros trabalhos. Deste modo, começámos por abordar o provedor, o almoxarife/hospitaleiro, o escrivão, depois o capelão e o seu ajudante, seguindo-se o procurador e o solicitador da casa, os enfermeiros, médicos, cirurgiões e boticários e, por fim, as cozinheiras, amassadeiras, lavadeiras, o estribeiro e o albergueiro.

O regimento foi fundamental para levantar informações sobre o provedor e o almoxarife. Ambos eram administradores do hospital, mas o primeiro sobrepunha-se a todos os outros funcionários do hospital. Para serem eleitos, devia existir uma reunião em capítulo geral dos Loios, para se realizarem as nomeações e só depois eram devidamente aprovados pelo rei para um mandato trienal. O ordenado anual do provedor deveria ser de 100 mil réis, no entanto, é possível que tenha deixado de receber salário quando a administração da instituição foi entregue aos Loios, como aconteceu no Hospital Real das Caldas. Contudo, as fontes não nos permitem fazer essa conclusão taxativa. Para o período entre 1703 a 1743, recolhemos informação de pelo menos quatorze provedores; já relativamente às despesas que se faziam com eles, apenas foi possível perceber, a partir do *Livro de registo de receitas de despesas de 1715/1716*, que nesse ano se gastaram 18.300 réis com o vestuário e o calçado do principal administrador do hospital. Relativamente ao almoxarife, concluiu-se que entre 1704 e 1727 existiram pelo menos oito. Também só se conhece a despesa feita com ele em 1715/16, no valor de 3.660 réis e igualmente com vestuário e calçado. Além destes dois, deveria ainda existir um escrivão que tinha por função registar as despesas da instituição e os seus bens e propriedades. Os dados de vencimento dos escrivães já se encontram mais completos nos livros de registo de receitas e despesas e conseguimos ainda levantar o nome de pelo menos oito que passaram no Hospital Real de Coimbra, entendendo que este cargo seria de propriedade dos Zuzartes.

Face às omissões das fontes, pouco conseguimos apurar sobre o restante pessoal administrativo do hospital. No entanto, concluímos que existiam procuradores e solicitadores encarregados de tratar dos negócios da instituição. Houve ainda um comprador da casa em 1715/1716, mas apenas sabemos que se chamava António Rodrigues de Carvalho e que recebeu 6.000 réis.

A cura da alma ultrapassava a cura do corpo no período da Época Moderna. Deste modo, os hospitais eram locais com forte vivência religiosa. Assim, o regimento determinava que existisse no Hospital Real de Coimbra um capelão permanentemente e que estava incumbido de celebrar várias missas. Para o ajudar, devia ainda haver um moço da capela. O capelão tinha por função registar as entradas dos doentes no hospital e ministrar os sacramentos com que

todos os católicos deviam enfrentar a morte. Em caso de falecimento de um enfermo, era também o capelão que se encarregava das cerimónias fúnebres. Assim, tinha de rezar um noturno, celebrar uma missa e organizar o cortejo. Infelizmente, as fontes não deixaram registos dos pagamentos feitos a estes funcionários.

Entre o pessoal técnico (digamos assim), localizámos médicos, cirurgiões, sangradores, barbeiros e boticários. Uma vez que este era um hospital que recebia doentes de ambos os sexos, estava implicada a existência de um enfermeiro e de uma enfermeira. Mas estes funcionários não tinham qualquer formação e os critérios de recrutamento assentariam sobretudo nas suas qualidades pessoais. Conseguimos perceber que em 1699, além de um enfermeiro de cada sexo, existia um outro (um homem) para a camada dos males, situação que também se repetiu nos outros períodos. Uma vez que os dados de pagamento são referentes apenas a alguns meses, face à falta de registos, sabemos apenas que o salário mensal do enfermeiro era de 1.400 réis, que a enfermeira auferia 1.040 réis e o terceiro enfermeiro recebia 120 réis por cada doente que assistiu. Relativamente a 1710/1711 e 1715/1716, as informações cedidas pelo escrivão tornaram-se mais completas. Assim, foi possível não só identificar os enfermeiros, como também os seus salários. Existindo uma lacuna entre os livros, não sabemos quando nem a razão da mudança dos ocupantes dos cargos, mas podemos concluir que as despesas com os seus pagamentos se mantiveram exatamente iguais nos diferentes intervalos analisados.

Mediante os livros de registo de receitas e despesas do Hospital Real de Coimbra, concluímos que existiram dois médicos na instituição: um contínuo e um extraordinário (apenas conseguimos identificar um em todo o período analisado). Apenas dispomos de informação para os vencimentos dos anos económicos de 1710/1711 e 1715/1716 e, fazendo o seu cruzamento com o livro de provisões, foi possível entender que o Dr. António Duarte foi médico desde 1710 a 1712 e que auferia de um vencimento de 1.200 réis (o mesmo valor que o seu sucessor receberá). Comparando este caso com o de outros hospitais, salientámos que a dimensão da instituição tinha impacto direto no número de funcionários, logo é compreensível que existissem mais vagas de médicos e que o seu salário também fosse maior. Entre 1710 e 1756, trabalharam no Hospital Real de Coimbra quatro médicos contínuos e geralmente só a morte os levava a desocupar o cargo.

Existia apenas um cirurgião para todos os enfermos que ingressavam no Hospital, contrariamente ao que sucedia no Hospital de Todos os Santos que em 1758 estava provido de oito cirurgiões. Entre 1703 a 1742, quatro indivíduos desempenharam este cargo no Hospital Real de Coimbra. O regimento implicava a existência de um boticário, e, de facto, foi possível



concluir que entre 1703 e 1745 passaram quatro pessoas por essa função e que era um cargo que tendia a manter-se dentro da mesma família, situação semelhante aquela que Maria Marta do Lobo Araújo encontra no Hospital de S. Marcos, de Braga.

Entre o pessoal menor que não lidava diretamente com os enfermos, identificámos cozinheiras, lavadeiras, amassadeira, albergueiros e estribeiros. Sendo a subnutrição uma das principais causas de internamento dos doentes na Época Moderna, a alimentação e o trabalho na cozinha era exigente e escrupuloso. No Hospital Real da cidade de Coimbra existia apenas uma cozinheira para todos os enfermos e funcionários, contrariamente ao Hospital Real das Caldas, que empregava um cozinheiro e duas cozinheiras. Novamente esta diferença é explicada pelo número de doentes que cada instituição albergava. Em 1710/1711 e 1715/1716, as cozinheiras receberam 18.000 réis anuais, o mesmo salário que se praticou em 1699.

A amassadeira recebia consoante o trabalho que apresentasse, ao contrário do que acontecia nas Caldas, onde se pagava uma quantia fixa a essa funcionária. Nos livros correspondentes aos anos de 1710/1711 e 1715/1716, registaram-se 10 réis por cada alqueire que a amassadeira amassava e cozia. Relativamente às lavadeiras, concluímos que para o período que analisámos existiam três tipos: lavadeira das enfermarias, lavadeira da sacristia e a lavadeira dos vestidos dos doentes. A última foi a que recebeu um salário mais alto, porque o seu trabalho seria mais exigente. Assim, arrecadaram, respetivamente, 6.000, 3.000 e 7.000 réis, vencimentos que se mantiveram ao longo dos anos abordados. Na base da pirâmide de funcionários, trabalhavam ainda no hospital uma aguadeira, um albergueiro e um estribeiro.

Foi, portanto, possível concluir que na primeira metade do século XVIII a equipa de trabalhadores no Hospital Real de Coimbra era vasta. Porém, a omissão de informação nos registos impede-nos de conhecer o leque total.

Os livros de assento de entrada e saída de enfermos do hospital são a fonte que nos possibilitaram traçar um perfil dos doentes na época. Entre 1704 e até finais de 1725, as informações anotadas são muito vagas, incumprindo o que era exigido por regimento, e apenas em 1726 é que surgem sinais de uma melhoria nos dados recolhidos. Face às condições das fontes, que apresentámos ao longo do nosso trabalho, dividimos a análise em três momentos: 1705 a 1708; 1712 a 1715 e 1725 a 1733.

Relativamente aos movimentos anuais e mensais dos doentes, foi possível concluir que no primeiro período ingressaram 1.680 doentes no Hospital Real de Coimbra e que existiu uma tendência para o aumento da afluência nos meses da primavera devido à entrada das camadas dos males. O mesmo aconteceu entre 1712 a 1715, intervalo no qual deram entrada na

instituição 2.215 pessoas. Entre 1725 a 1733, decidimos dividir a análise em dois momentos: antes e depois de cessarem as camadas dos males. Assim, até 1727 foi possível identificar o mesmo padrão, porém após 1728 as fases de maior afluência ocorreram entre março e maio e julho e setembro. O facto de não sabermos as razões de internamento dos doentes, condicionam as explicações que podemos avançar; no entanto, a distribuição mensal de entrada estará, talvez, relacionada com a variação dos preços dos produtos alimentares, que quando aumentavam provocavam carências entre as camadas sociais mais baixas.

Foram os homens que, em todos os períodos, mais acorreram ao Hospital, representando, respetivamente, 64%, 58% e 64% da clientela. Estes resultados são semelhantes ao panorama nacional para os hospitais já estudados, com exceção do caso do Hospital de S. Marcos de Braga que, entre 1617 e 1624, registou uma clientela predominantemente feminina.

Uma vez mais, sentimos a efeito das falhas das fontes. Se inicialmente os Loios foram metódicos na apresentação do estado conjugal dos enfermos, a prática foi-se perdendo ao longo dos anos – o que levanta questões sobre os resultados apresentados. Entre 1705 e 1708, os dados são sólidos em ambos sexos e a predominância dos solteiros a procurar o hospital é evidente. Entre os homens, os casados ultrapassavam os viúvos em muito, mas nas mulheres as percentagens eram muito próximas. O padrão repetiu-se na série seguinte, ainda que o número de entradas no hospital tenha aumentado. Entre 1725 a 1732, os registos deixam de apresentar a consistência anterior, porém também se concluiu que dentro dos solteiros e casados, os homens apareciam em maior número e que dentro das pessoas em estado de viuvez, eram as mulheres que representavam a maioria.

A nossa dissertação veio, novamente, desmitificar a ideia de que os hospitais na Época Moderna eram antecâmaras da morte, uma vez que a taxa de mortalidade rondou sempre os 10%. Deste modo, entre 1705 e 1708, 1712 e 1715 e 1725 e 1732, as taxas de alta foram, respetivamente, 93%, 92% e 83%. A percentagem de óbitos nos homens foi maior e manteve um padrão constante, pois na primeira e segunda série representam 70% dos enfermos falecidos, sendo 64% dos admitidos no primeiro intervalo e 58% no segundo, e na terceira série são 69% dos defuntos, mas 64% do total dos doentes.

A análise dos gastos com as despesas dos rituais dos doentes falecidos, relativas a junho-novembro de 1699 e aos anos de 1710/1711 e 1715/1716, permitiram concluir que o hospital pagava as covas e os noturnos e que ao longo desses períodos, as despesas foram cada vez maiores, face ao aumento do custo dos rituais.

A sífilis surgiu no início da Época Moderna e apesar de inicialmente ter pouca expressão, acabou por sofrer um grande incremento levando a que alguns hospitais se especializassem no seu tratamento, embora em números reduzidos, pois o tratamento associado à doença era dispendioso, sendo composto por mezinhas, unções mercuriais e suadores, requerendo resguardo e temperaturas amenas e uma alimentação reforçada. tal como o Hospital de S. Marcos, em Braga, o Hospital Real de Coimbra também tratava de doentes portadores das boubas. Todavia, o registo da entrada destas camadas finda em 1727, situação para a qual não encontrámos esclarecimento, mas que possivelmente está relacionada com o surgimento do Hospital de Góis, especializado nessa patologia.

Entre 1705 a 1708, a média anual de entradas das camadas dos males é de 67 doentes, dos quais 53% são homens. Na série seguinte, entraram em média 68 doentes por ano e a percentagem de mulheres aumentou, aproximando-se do género masculino. No período entre 1725 e 1727, o número de ingressos desceu para uma média de 34 doentes anuais e foi o sexo feminino que representou a maioria dos portadores de boubas. Esta análise leva-nos a crer que a admissão deste tipo de doentes diminuiu com o tempo, porém a falta de informação de alguns livros de entrada e saída de doentes impede uma conclusão mais rigorosa.

A alimentação era extremamente importante no processo de cura dos doentes e era uma das principais obrigações dos hospitais. Não existindo documentação específica para o estudo da alimentação no Hospital Real de Coimbra para a primeira metade do século XVIII, entendemos que os livros de registo de receitas e despesas seriam os mais úteis para conhecer a dieta alimentar, ainda que em termos pouco precisos. Presumindo que os géneros comprados eram para consumo, seleccionámos os livros referentes aos anos de 1699/1700, 1710/1711 e 1715/1716. Contudo, é impossível saber se os alimentos se destinavam aos doentes, aos trabalhadores ou aos Loios. A análise do primeiro livro é restrita, uma vez que o escrivão não cumpriu as suas funções e, por isso, só existem dados para o período de junho a novembro de 1699, porém para os dois seguintes livros já foi possível recolher mais informação. Desta maneira, concluímos que a alimentação dentro do Hospital Real de Coimbra foi monótona, rica em hidratos de carbono e proteína, ou seja, bastante fortificada. Os reduzidos gastos podem ser compreendidos pelo autoabastecimento da instituição.

Em todos os períodos, as carnes mais consumidas foram a de galinha, frango e carneiro e foi possível observar que os picos das despesas com as mesmas coincidiam com momentos em que a clientela hospitalar era alta, algo que seria de esperar. O pão entrou claramente na dieta alimentar e os cereais usados variavam entre o trigo e o milho, mas há que ter em atenção

que o último era também usado no pagamento de ordinárias e para alimentar os animais do hospital. As despesas com ovos eram altas, porém quando comparamos com períodos distintos, verificamos que na mesma instituição os doentes não eram providos com ovos. Assim, consideramos que estes se destinavam à alimentação dos padres. Ainda que constituísse uma grande parte das despesas do hospital, raramente se identificaram as frutas compradas – que seriam as da época – e o mesmo aconteceu com os legumes (que eram em menor quantia). Isto provavelmente deriva da probabilidade de existir uma horta própria na instituição. Entre as gorduras utilizadas, o azeite ganhou algum destaque ao longo deste período, embora as fontes não nos permitam avançar grandes certezas sobre esta afirmação. As especiarias existentes no hospital eram muito limitadas e destaca-se apenas o açafrão.

Após muito esforço e dedicação, esta etapa da nossa vida académica chegou ao seu termo. De maneira geral, consideramos que atingimos a maioria dos objetivos propostos, embora saibamos que as lacunas das fontes e as nossas deixam sempre questões em aberto ou apresentadas de forma menos correta. Esperamos, no entanto, ter contribuído, ainda que modestamente, para o avanço do conhecimento sobre o Hospital Real de Coimbra, sobre as pessoas que nele passaram e sobre a assistência hospitalar no nosso país na primeira metade do século XVIII.

## Anexos

### Anexo 1 – Despesas com funcionário, julho-novembro de 1699

Função	Tempo de serviço	Pagamento (réis)	Total (réis)
Amassadeira	junho, 25 - setembro, 24	10/mês	1870
Cozinheira	Agosto - outubro	1040/mês	3120
Cozinheira		1500/mês	1500
Enfermeiro dos homens	Julho – outubro	1400/mês	5600
Enfermeira das mulheres	Julho – outubro	1040	4160
Enfermeiro dos males	Setembro – outubro	120/por doente	3840
Lavadeira da sacristia	Não menciona	Sem informação	Sem informação
Lavadeira das roupas das enfermarias	Julho – outubro	500/mês	2000
Lavadeira dos vestidos e limpeza dos doentes	Julho – outubro	600/mês	2400

Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas...(1699/1700)*, cit.

### Anexo 2- Despesas com funcionários, junho de 1710-junho de 1711

Função	Nome	Ordenado anual (réis)
Albergueiro	Bento Luís	1500
Amassadeira	Sem informação	6800
Aguadeira	Sem informação	1000
Barbeiro	Luís Coelho de Almeida	4000
Cirurgião	Bento de Lourenço	12000
Cozinheira	Ana Fernandes	18000
Escrivão da Fazenda	António da Silva	7000
	Francisco Zuzarte Maldonado	14000
Enfermeiro dos homens	Miguel Simões	18900
Enfermeiro dos males	Bento Luís	10680
Enfermeira das mulheres	Maria de Carilho	15000
Estribeiro	Sem informação	6960
Lavadeira das enfermarias	Sem informação	6000
Lavadeira da sacristia	Sem informação	3000
Lavadeira dos vestidos dos doentes	Sem informação	7000
Médico extraordinário	Manuel Francisco	12000
Médico Contínuo	António Duarte	1200
Procurador da casa	Manuel da Rocha	7000
Solicitador da casa	Manuel João de Araújo	4000

Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas...(1710/1711)*, cit.

### Anexo 3 – Despesas com funcionários, junho de 1715-julho de 1716

Função	Nome	Ordenado anual (réis)
Almoxarife	José de Santo Tomás	3660
Albergueiro	Bento Luís	1500 +14 alqueires de milho
Amassadeira	Sem informação	6120 réis (10 réis/alqueire)
Aguadeira	Sem	1000
Barbeiro	Luís Coelho de Almeida	4960 +6 alqueires de milho
Cirurgião	Bento de Oliveira	1200
Cozinheira	Maria Carvalha	1800
Comprador da casa	António Rodrigues de Carvalho	6000
Escrivão da fazenda	Francisco Zuzarte Maldonado	2100
Enfermeiro dos homens	João de Figueiredo	18900
Enfermeiro dos Males	Bento Luís	8760
Enfermeira das mulheres	Maria de Pinho	15000
Estribeiro	Clemente Vieira	6900
Lavadeira das enfermarias	Sem informação	6000
Lavadeira da sacristia	Sem informação	3000
Lavadeira dos vestidos dos doentes	Sem informação	7000
Médico contínuo	António Duarte Ferreira	12000
Médico extraordinário	Manuel Francisco	12000
Moço da capela	Sem informação	9640
Provedor	Manuel de S. Bernardo	18300
Procurador da casa	Manuel da Rocha Almeida	7000
Solicitador da casa	António Rodrigues de Carvalho	4000

Fonte: AUC, *Livro de registo de receitas...* (1715/1716), cit.

### Anexo 4 – Lista nominal dos funcionários (1701-1756)

Cargo	Tempo de serviço e nomes
<b>Provedor</b>	? : João do Espírito Santo 1703-1704: Manuel de Santa Maria Brandão 1708-1709: Domingos de Santa Maria 1709: José de S. Tomás 1720, 1721: Martinho de S. Pedro 1721-1722: Simão da Anunciação 1725: Luís da Conceição Condeixa 1727: João de Santa Teresa 1730: José de Santa Maria Lencastre 1732: José Santa Maria da Assunção 1735-1736: Dionisio de Santa Maria Evangelista 1742: Lucas de Seabra e Silva 1743: Manuel dos Reis Evangelista
<b>Almoxarife</b>	1704, 1708-1709: Luís dos Anjos 1721: Luís da Conceição

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

	1727: Manuel da Natividade 1730: Belchior de S. Jerónimo Botelho 1738: António de S. Bernardo Leite 1742: Caetano da Silva 1743: Custódio da Visitação Justiniano
<b>Escrivão</b>	1703-1704: António da Silva ?: Agostinho Zuzarte Maldonado 1708: Francisco Zuzarte Maldonado <sup>198</sup> 1721-1725: João da Costa e Sousa 1732: João Fernandes de Carvalho Manuel dos Santos 1733-1735: José Soares <sup>199</sup> 1735: António Xavier Zuzarte de Cardoso Maldonado <sup>200</sup> 1742: António Lopes da Cruz
<b>Procurador da Fazenda</b>	?: Manuel da Rocha de Almeida <sup>201</sup> 1733 ou antes: Francisco dos Santos da Fonseca <sup>202</sup>
<b>Boticário</b>	1701 ou antes: Domingos Lopes Ferreira C. 1701: João Lopes Ferreira <sup>203</sup> C. 1704: Manuel Francisco da Silva <sup>204</sup> C.1745: Francisco Duarte Peixeira <sup>205</sup>
<b>Cirurgião</b>	C. 1703: João de Faria C. 1703: Bento de Oliveira <sup>206</sup> C. 1721: António da Silva <sup>207</sup> 1742: João de Vieira
<b>Médico contínuo</b>	C. 1721: António Duarte Ferreira Amaro Rodrigues da Costa <sup>208</sup> António Jorge da Costa <sup>209</sup> Álvaro Antunes das Neves <sup>210</sup>
<b>Médico extraordinário</b>	C. 1725: Manuel Francisco <sup>211</sup> Manuel Carvalho <sup>212</sup>
<b>Sangrador</b>	1721: Luís Coelho de Almeida

<sup>198</sup> Filho de Agostinho Francisco Maldonado e confirmado a 10 de dezembro de 1708.

<sup>199</sup> Dispensado por alvará régio de 30 de abril de 1734 porque o cargo era hereditário.

<sup>200</sup> Filho de Francisco Zuzarte Maldonado e fez juramento de posse em 3 de junho de 1736.

<sup>201</sup> Faleceu no cargo em data que ignoramos.

<sup>202</sup> Advogado dos Auditórios da cidade, foi confirmado a 30 de maio de 1733.

<sup>203</sup> Sobrinho do boticário anterior. Foi confirmado a 12 de dezembro de 1701 e fez juramento em junho de 1703.

<sup>204</sup> Sobrinho de Domingos Lopes Ferreira e primo de João Lopes Ferreira. Assumiu o cargo após o falecimento do antecessor. Foi confirmado a 22 de junho de 1704 e fez juramento em agosto desse ano.

<sup>205</sup> Serviu no hospital quando o anterior boticário ainda era vivo e após a sua morte, assumiu o cargo, onde foi confirmado a 17 de agosto de 1745, fazendo juramento em setembro desse ano.

<sup>206</sup> Assumiu o cargo após a morte do anterior. Foi confirmado em 1703 e só fez juramento no ano seguinte.

<sup>207</sup> Assumiu o cargo após a morte do anterior. Foi confirmado em março de 1721 e fez juramento em maio desse ano.

<sup>208</sup> Foi confirmado a 10 de novembro de 1721 e fez juramento em fevereiro do ano seguinte.

<sup>209</sup> Foi confirmado a 26 de janeiro de 1746 e fez juramento no mês seguinte.

<sup>210</sup> Assumiu o cargo após a morte do anterior. Foi confirmado em agosto de 1756 e fez juramento em setembro.

<sup>211</sup> Abandonou o cargo por decisão própria.

<sup>212</sup> Foi confirmado a 12 de abril de 1725 e fez juramento a 2 de maio do mesmo ano.

Fonte: AUC, *Livro 2.º do registo...*, cit.

### Anexo 5- Distribuição mensal das entradas (1705-1708)

	1705	1706	1707	1708
<b>Janeiro</b>	44	16	9	16
<b>Fevereiro</b>	34	23	19	16
<b>Março</b>	40	28	17	17
<b>Abril</b>	70	72	46	49
<b>Mai</b>	60	31	52	55
<b>Junho</b>	41	32	32	30
<b>Julho</b>	59	29	37	33
<b>Agosto</b>	46	20	30	40
<b>Setembro</b>	59	54	45	35
<b>Outubro</b>	53	20	56	51
<b>Novembro</b>	33	17	22	23
<b>Dezembro</b>	15	15	17	20

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...(17074/1707)*, cit., e *Livro de entrada e saída (1707/1709)*, cit.

### Anexo 6 - Distribuição mensal das entradas (1712-1715)

	1712	1713	1714	1715
<b>Janeiro</b>	32	31	36	22
<b>Fevereiro</b>	45	22	32	39
<b>Março</b>	42	22	37	35
<b>Abril</b>	92	60	65	74
<b>Mai</b>	56	72	60	57
<b>Junho</b>	85	70	61	69
<b>Julho</b>	45	38	28	36
<b>Agosto</b>	51	52	55	31
<b>Setembro</b>	45	44	48	31
<b>Outubro</b>	84	68	86	63
<b>Novembro</b>	29	23	35	24
<b>Dezembro</b>	27	20	15	23

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*, (1711/1713), cit. e *livro de entrada e saída...(1713/1716)*, cit.

<sup>213</sup> Assumiu o cargo após a morte do anterior. Foi confirmado em 1732 e fez juramento nesse ano.



### Anexo 7- Distribuição mensal das entradas (1725-1732)

	1725	1726	1727	1728	1729	1730	1731	1732
<b>Janeiro</b>	8	19	9	11	13	24	9	7
<b>Fevereiro</b>	10	17	17	11	21	21	13	12
<b>Março</b>	22	12	18	18	24	31	24	30
<b>Abril</b>	24	51	47	29	24	25	26	18
<b>Mai</b>	1	20	28	29	22	28	36	24
<b>Junho</b>	39	24	26	25	30	22	19	14
<b>Julho</b>	37	21	26	33	3	20	38	30
<b>Agosto</b>	27	30	39	28	45	35	46	35
<b>Setembro</b>	63	26	37	29	50	26	45	24
<b>Outubro</b>	35	35	45	27	22	27	35	27
<b>Novembro</b>	29	16	27	14	19	28	31	15
<b>Dezembro</b>	16	17	16	12	20	25	24	16

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1724/1727), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1727/1730), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1730/1733), cit.

### Anexo 8 - Distribuição anual dos óbitos (1705-1707)

Ano	Número de óbitos
<b>1705</b>	56
<b>1706</b>	30
<b>1707</b>	43
<b>1708</b>	29
<b>Total</b>	<b>158</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1704/1707), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1707/1709), cit.

### Anexo 9 - Distribuição anual dos óbitos (1712-1715)

Ano	Número de óbitos
<b>1712</b>	45
<b>1713</b>	37
<b>1714</b>	44
<b>1715</b>	40
<b>Total</b>	<b>167</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1711/1713), cit. e *livro de entrada e saída* (1713/1716), cit.

### Anexo 10 - Distribuição anual dos óbitos (1725-1732)

Ano	Número de óbitos
<b>1725</b>	30
<b>1726</b>	27
<b>1727</b>	27
<b>1728</b>	21
<b>1729</b>	25
<b>1730</b>	34

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<b>1731</b>	26
<b>1732</b>	17
<b>Total</b>	<b>207</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1724/1727), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1727/1730), e *Livro de entrada e saída...*(1730-1733), cit.

**Anexo 11 - Distribuição anual dos óbitos por género (1705-1708)**

	1705	1706	1707	1708
<b>Sexo Masculino</b>	38	23	31	18
<b>Sexo Feminino</b>	18	7	12	11
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>30</b>	<b>43</b>	<b>29</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(17074/1707), cit. e *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1707/1709)*, cit.

**Anexo 12 - Distribuição anual dos óbitos por género (1712-1715)**

	1712	1713	1714	1715
<b>Sexo Masculino</b>	29	38	34	27
<b>Sexo Feminino</b>	16	11	10	13
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>38</b>	<b>44</b>	<b>40</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1711/1713), cit. e *livro de entrada e saída ...*(1713/1716), cit.

**Anexo 13 - Distribuição anual dos óbitos por género (1725-1732)**

	1725	1726	1727	1728	1729	1730	1731	1732
<b>Sexo Masculino</b>	23	17	15	15	20	26	15	12
<b>Sexo Feminino</b>	7	10	12	6	5	8	17	5
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>34</b>	<b>32</b>	<b>17</b>

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1724/1727), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1727/1730), cit., e *Livro de entrada e saída...*(1730/1733), cit.

**Anexo 14 – Distribuição por estado conjugal e género dos doentes (1705-1708)**

<i>Género</i>	<i>Solteiro</i>		<i>Casado</i>		<i>Viúvo</i>		<i>Sem informação</i>	
	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>F</b>
<i>1705</i>	203	116	57	40	16	32	75	15
<i>1706</i>	145	52	10	18	33	21	55	23
<i>1707</i>	119	87	52	31	13	21	52	7
<i>1708</i>	134	73	46	32	15	19	44	22

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(17074/1707), cit., e *Livro de entrada e saída (1707/1709)*, cit.

**Anexo 15 – Distribuição por estado conjugal e género dos doentes (1712-1715)**

<i>Estado conjugal</i>	<i>Solteiro</i>		<i>Casado</i>		<i>Viúvo</i>		<i>Sem informação</i>	
	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>M</i>	<i>F</i>
<i>Género</i>								
1712	24	108	81	61	22	31	140	66
1713	140	102	59	49	28	24	90	30
1714	153	109	65	37	29	38	86	41
1715	167	127	62	36	34	21	40	17

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...*(1711-/1713). cit. e *livro de entrada e saída...*(1713/1716), cit.

**Anexo 16– Distribuição por estado conjugal e género dos doentes (1725-1732)**

<i>Estado conjugal</i>	<i>Solteiro</i>		<i>Casado</i>		<i>Viúvo</i>		<i>Sem informação</i>	
	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>M</i>	<i>F</i>	<i>M</i>	<i>F</i>
<i>Género</i>								
1725	34	26	10	7	1	7	23	7
1726	76	59	38	20	6	14	17	10
1727	103	66	30	28	15	20	15	12
1728	50	28	27	17	16	19	15	6
1729	28	18	57	20	16	21	20	5
1730	31	19	45	16	18	11	26	8
1731	113	57	36	20	15	19	15	11
1732	100	49	37	12	13	11	12	5

Fontes: AUC, *Livro de entrada e saída...* (1724/1727), cit. e *Livro de entrada e saída...*(1727/1730), cit., e *Livro de entrada e saída...*(1730/1733), cit.

**Anexo 17 – Consumo semanal de azeite retirado do armazém entre 27 de junho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
27 de junho	1
4 de julho	1
11 de julho	1
18 de julho	1
25 de julho	2
1 de agosto	1
8 de agosto	1
15 de agosto	1
22 de agosto	3
12 de setembro	2
26 de setembro	2
3 de outubro	2
10 de outubro	1
17 de outubro	1,5
24 de outubro	1,5
31 de outubro	1,5
7 de novembro	1,5

**Total** | **26,5**

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 18- Consumo semanal de carneiro entre 27 de junho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Arráteis</i>
<i>27 de junho</i>	7.5
<i>4 de julho</i>	23
<i>11 de julho</i>	24.5
<i>18 de julho</i>	25.5
<i>25 de julho</i>	24.5
<i>1 de agosto</i>	12
<i>8 de agosto</i>	17
<i>15 de agosto</i>	14
<i>22 de agosto</i>	14
<i>19 de agosto</i>	13
<i>5 de setembro</i>	14
<i>12 de setembro</i>	4
<i>19 de setembro</i>	12
<i>26 de setembro</i>	73
<i>3 de outubro</i>	72
<i>10 de outubro</i>	24
<i>17 de outubro</i>	55
<i>24 de outubro</i>	58
<i>31 de outubro</i>	28
<i>7 de novembro</i>	29.5
<b>Total</b>	<b>554.5</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 19 –Consumo semanal de cevada retirada do celeiro entre 27 de junho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>27 de junho</i>	4
<i>4 de julho</i>	4
<i>11 de julho</i>	3
<i>25 de julho</i>	4
<i>1 de agosto</i>	5
<i>8 de agosto</i>	3
<i>15 de agosto</i>	3
<i>22 de agosto</i>	3
<i>5 de setembro</i>	4
<i>12 de setembro</i>	3
<i>19 de setembro</i>	5
<i>26 de setembro</i>	5
<i>3 de outubro</i>	3
<i>10 de outubro</i>	3

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>17 de outubro</i>	4
<i>24 de outubro</i>	4
<i>31 de outubro</i>	3
<i>7 de novembro</i>	3
<b>Total</b>	<b>66</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 20 – Consumo semanal de frangos entre 4 de julho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Unidades</i>
<i>4 de julho</i>	8
<i>11 de julho</i>	5
<i>18 de julho</i>	4
<i>25 de julho</i>	4
<i>1 de agosto</i>	28
<i>8 de agosto</i>	24
<i>15 de agosto</i>	12
<i>22 de agosto</i>	20
<i>29 de agosto</i>	8
<i>5 de setembro</i>	19
<i>19 de setembro</i>	16
<i>26 de setembro</i>	17
<i>3 de outubro</i>	17
<i>10 de outubro</i>	18
<i>17 de outubro</i>	16
<i>24 de outubro</i>	10
<i>31 de outubro</i>	8
<i>7 de novembro</i>	2
<b>Total</b>	<b>236</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 21 – Consumo semanal de galinhas entre 27 de junho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Unidades</i>
<i>27 de junho</i>	40
<i>4 de julho</i>	69
<i>11 de julho</i>	81
<i>18 de julho</i>	77
<i>25 de agosto</i>	71
<i>1 de agosto</i>	75
<i>8 de agosto</i>	74
<i>15 de agosto</i>	73
<i>22 de agosto</i>	77

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>29 de agosto</i>	72
<i>5 de setembro</i>	84
<i>12 de setembro</i>	81
<i>19 de setembro</i>	82
<i>26 de setembro</i>	98
<i>3 de outubro</i>	105
<i>10 de outubro</i>	81
<i>17 de outubro</i>	85
<i>24 de outubro</i>	87
<i>31 de outubro</i>	87
<i>7 de novembro</i>	87
<b>Total</b>	<b>1586</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 22 – Consumo semanal de milho entre 27 de junho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>27 de junho</i>	2
<i>4 de julho</i>	2
<i>11 de julho</i>	3
<i>25 de julho</i>	2
<i>1 de agosto</i>	2
<i>8 de agosto</i>	2
<i>15 de agosto</i>	2
<i>22 de agosto</i>	2
<i>29 de agosto</i>	1
<i>5 de setembro</i>	2
<i>19 de setembro</i>	2
<i>26 de setembro</i>	2
<i>3 de outubro</i>	2
<i>10 de outubro</i>	3
<i>17 de outubro</i>	2
<i>24 de outubro</i>	2
<i>31 de outubro</i>	2
<i>7 de novembro</i>	3
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 23 – Consumo semanal de trigo retirado do celeiro entre 27 de junho e 7 de novembro de 1699**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>27 de junho</i>	15.5
<i>4 de julho</i>	24
<i>11 de julho</i>	36

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>18 de julho</i>	12
<i>25 de julho</i>	36
<i>8 de agosto</i>	12
<i>15 de agosto</i>	12
<i>22 de agosto</i>	12
<i>19 de agosto</i>	12
<i>5 de setembro</i>	12
<i>12 de setembro</i>	36
<i>19 de setembro</i>	12
<i>26 de setembro</i>	12
<i>3 de outubro</i>	12
<i>10 de outubro</i>	24
<i>17 de outubro</i>	24
<i>31 de outubro</i>	12
<b>Total</b>	<b>315.5</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

#### Anexo 24- Despesa em especiarias entre junho e novembro de 1699

<i>Especiaria</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Despesa (reis)</i>
<i>Coentros secos</i>	0.5 alqueire	200
<i>Açafrão</i>	2 arráteis	6500
<i>Canela</i>	¼	500
<b>Total</b>		<b>7200</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

#### Anexo 25- Despesa em vinho entre junho a novembro de 1699

<i>Almudes</i>	<i>Preço p/almude</i>	<i>Despesa (reis)</i>
21.5	600	1290
9	600	5400
6	600	3600
<b>Total</b>		<b>10290</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

#### Anexo 26–Despesa em vinagre entre junho a novembro de 1699

<i>Quantidade de vinagre em almudes</i>	<i>Preço p/almude</i>	<i>Despesa (réis)</i>
1	600	600
4	600	2400
8	600	4800
2	500	2000
<b>Total</b>		<b>9800</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

#### Anexo 27– Despesas com doces e/ou ingredientes para a sua confeção (1699)

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>Género</i>	<i>Arráteis/ semana</i>	<i>Preço da unidade (réis)</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>açúcar</i>	1	100	100
<i>açúcar</i>	8	90	720
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>açúcar</i>	8	90	720
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>doce</i>	12	120	1440
<i>açúcar</i>	10		2350
<i>marmelos</i>	Sem informação	Sem informação	1820
<i>pêssegos</i>	Sem informação	Sem informação	2130
<i>abóbora</i>	Sem informação	Sem informação	520
<i>ovos</i>	Sem informação	Sem informação	100
<b>Total</b>			<b>18820</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

### Anexo 28 - Despesa na compra de carne entre junho a novembro de 1699

<i>Tipo de carne</i>	<i>Quantidade comprada</i>	<i>Quantia despendida (réis)</i>
<i>Carneiro</i>	549 arráteis	15852
<i>Galinhas e frangos</i>	1522 unidades	23953

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

### Anexo 29- Despesa quotidiana na compra de alimentos para a dieta dos padres, criados e enfermos entre 27 de junho a 7 de novembro de 1699

<i>Data (semana)</i>	<i>Tipo de despesa quotidiana</i>	<i>Quantia (em réis)</i>
<i>27 de junho de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	490
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	280
<i>4 de julho de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	650
	Ovos	240
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	375
<i>11 de julho de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	1049
	Ovos	860
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	



Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

		496
<i>18 de julho de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	610
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	
		410
<i>25 de julho de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	560
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	
		505
<i>1 de agosto de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	1030
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	160
		685
<i>8 de agosto de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	830
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	240
		520
<i>15 de agosto de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	965
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	
		509
<i>22 de agosto de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	1420
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	120
		530
<i>29 de agosto de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	1130
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	170
		430
<i>8 de setembro de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	1410
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	190
		510
<i>12 de setembro de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	860
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	290
		420
<i>19 de setembro de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	1070
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	1370
		390
<i>26 de setembro de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	945
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	1600
		380
<i>3 de outubro de 1699</i>	Conduto dos padres e criados	890

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	330
10 de outubro de 1699	Conduto dos padres e criados	990
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	800
		370
17 de outubro de 1699	Conduto dos padres e criados	1685
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	600
		320
24 de outubro de 1699	Conduto dos padres e criados	1240
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	520
		460
31 de outubro de 1699	Conduto dos padres e criados	980
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	320
		280
7 de novembro	Conduto dos padres e criados	1135
	Ovos	
	Hortaliça e fruta para a dieta dos doentes	120
		340

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1699/1700), cit.

**Anexo 30– Consumo semanal de azeite entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
28 de junho	0
5 de julho de	2
12 de julho	2
19 de julho	2
26 de julho	2
2 de agosto	2
9 de agosto	2
16 de agosto	2
23 de agosto	2
30 de agosto	2
6 de setembro	2
13 de setembro	2
20 de setembro	2
27 de setembro	2
4 de outubro	2
11 de outubro	2
18 de outubro	2
25 de outubro	2
1 de novembro	2
8 de novembro	2

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>19 de novembro</i>	2
<i>22 de novembro</i>	2
<i>29 de novembro</i>	2
<i>6 de dezembro</i>	2
<i>13 de dezembro</i>	2
<i>20 de dezembro</i>	2
<i>27 de dezembro</i>	2
<i>27 de dezembro</i>	2
<i>3 de janeiro</i>	2
<i>10 de janeiro</i>	2
<i>17 de janeiro</i>	2
<i>24 de janeiro</i>	2
<i>31 de janeiro</i>	2
<i>7 de fevereiro</i>	2
<i>14 de fevereiro</i>	2
<i>21 de fevereiro</i>	2
<i>28 de fevereiro</i>	2
<i>7 de março</i>	2
<i>14 de março</i>	2
<i>21 de março</i>	2
<i>28 de março</i>	2
<i>4 de abril</i>	2
<i>11 de abril</i>	2
<i>18 de abril</i>	2
<i>25 de abril</i>	2
<i>2 de maio</i>	2
<i>9 de maio</i>	2
<i>16 de maio</i>	2
<i>23 de maio</i>	2
<i>30 de maio</i>	2
<i>6 de junho</i>	2
<i>13 de junho</i>	2
<i>20 de junho</i>	2
<b>Total</b>	<b>106</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

**Anexo 31– Consumo semanal de carneiro entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Data</i>	<i>Onde se gastou</i>	<i>Arráteis</i>
<i>28 de junho</i>	Enfermarias	7
<i>5 de julho</i>	Enfermarias	19
<i>12 de julho</i>	Enfermarias	9
<i>19 de julho</i>	Enfermarias	10
<i>26 de julho</i>	Enfermarias	8
<i>2 de agosto</i>	Enfermarias	8
<i>9 de agosto</i>	Enfermarias	10

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>16 de agosto</i>	Enfermarias	7
<i>23 de agosto</i>	Enfermarias	10
<i>30 de agosto</i>	Enfermarias	6
<i>6 de setembro</i>	Enfermarias	17
<i>13 de setembro</i>	Enfermarias	10
<i>20 de setembro</i>	Enfermarias	10
<i>27 de setembro</i>	Enfermarias	5
<i>4 de outubro</i>	enfermarias do gálico	54
<i>11 de outubro</i>	enfermaria do gálico	57
<i>18 de outubro</i>	enfermaria do gálico	46
<i>25 de outubro</i>	enfermaria do gálico	44
<i>1 de novembro</i>	enfermaria do gálico	84
<i>8 de novembro</i>	enfermaria do gálico	71
<i>15 de novembro</i>	Enfermaria	10
<i>22 de novembro</i>		0
<i>29 de novembro</i>	Enfermaria	8
<i>6 de dezembro</i>	Enfermaria	7
<i>13 de dezembro</i>		0
<i>20 de dezembro</i>	Enfermaria	7
<i>27 de dezembro</i>	Enfermaria	14
<i>3 de janeiro</i>	Enfermaria	8
<i>10 de janeiro</i>	Enfermaria	9
<i>17 de janeiro</i>	Enfermaria	0
<i>24 de janeiro</i>	Enfermaria	10
<i>31 de janeiro</i>		0
<i>7 de fevereiro</i>	Enfermaria	4
<i>14 de fevereiro</i>	Enfermaria	4
<i>21 de fevereiro</i>		0
<i>28 de fevereiro</i>	Enfermaria	12
<i>7 de março</i>		0
<i>14 de março</i>	Enfermaria	7
<i>21 de março</i>	Enfermaria	3
<i>28 de março</i>	Enfermaria	7
<i>4 de abril</i>	Enfermaria	120,5
<i>11 de abril</i>	Enfermarias	7
<i>18 de abril</i>	enfermaria do gálico	101
<i>25 de abril</i>	enfermaria do gálico	56
<i>2 de maio</i>	Enfermarias	70
<i>9 de maio</i>	enfermaria do gálico	36
<i>16 de maio</i>	enfermaria do gálico	72
<i>23 de maio</i>	enfermaria do gálico	26
<i>30 de maio</i>	Enfermarias	7
<i>13 de junho</i>	Enfermaria	23
<i>20 de junho</i>	Enfermaria	24
<i>21 de junho</i>	Enfermaria	10

<i>Total</i>	<b>1242</b>
--------------	-------------

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

### Anexo 32 – Consumo semanal de frangos nas enfermarias e botica entre junho de 1710 e junho de 1711

<i>Data</i>	<i>Onde se gastou</i>	<i>Unidades</i>
28 de junho		0
5 de julho	enfermarias e botica	12
12 de julho	enfermarias e botica	18
19 de julho	enfermarias e botica	22
26 de julho	enfermarias e botica	26
2 de agosto	Enfermarias	3
9 de agosto		0
16 de agosto	Enfermarias	6
23 de agosto	Enfermarias	5
30 de agosto	enfermarias e botica	22
6 de setembro	enfermarias e botica	36
13 de setembro	enfermarias e botica	28
20 de setembro	enfermarias e botica	40
17 de setembro	enfermarias e botica	9
4 de outubro	enfermaria e botica	29
11 de outubro	enfermaria e botica	24
18 de outubro	enfermaria e botica	28
25 de outubro	enfermaria e botica	20
1 de novembro	enfermaria e botica	31
8 de novembro	enfermaria e botica	21
15 de novembro	Enfermarias	25
22 de novembro	Enfermarias	23
29 de novembro	enfermarias e botica	27
6 de dezembro	enfermarias e botica	24
13 de dezembro	enfermarias e botica	12
20 de dezembro	enfermarias e botica	19
27 de dezembro	enfermarias e botica	30
3 de janeiro	Enfermarias	8
10 de janeiro	enfermarias e botica	15
17 de janeiro	enfermarias e botica	15
24 de janeiro		0
31 de janeiro	enfermarias e botica	2
7 de fevereiro	Enfermarias	1
14 de fevereiro		0
21 de fevereiro		0
28 de fevereiro		0
7 de março		0
14 de março	enfermaria e botica	10
21 de março	enfermaria e botica	9

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

28 de março		0
4 de abril		0
11 de abril	enfermaria e botica	7
18 de abril	enfermaria e botica	12
25 de abril	enfermarias e botica	15
2 de maio	enfermarias e botica	5
9 de maio	enfermarias e botica	20
16 de maio	enfermarias e botica	39
23 de maio	Enfermarias	35
30 de maio	Enfermarias	25
6 de junho	Enfermarias	63
13 de junho	Enfermarias	59
20 de junho	Enfermarias	22
21 de junho	Enfermarias	25
<b>Total</b>		<b>927</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

**Anexo 33– Consumo semanal de galinhas entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Data</i>	<i>Onde se gastou</i>	<i>Unidades</i>
28 de junho	Enfermarias	50
5 de julho	Enfermarias	66
12 de julho	Enfermarias	72
19 de julho	Enfermarias	87
26 de julho	Enfermarias	80
2 de agosto	Enfermarias	63
9 de agosto	enfermaria e botica	81
16 de agosto	Enfermarias	80
23 de agosto	Enfermarias	78
30 de agosto	Enfermarias	47
6 de setembro	Enfermarias	47
13 de setembro	Enfermarias	87
20 de setembro	Enfermarias	69
27 de setembro	Enfermarias	75
4 de outubro	Enfermarias	60
11 de outubro	Enfermarias	75
18 de outubro	Enfermarias	51
25 de outubro	Enfermarias	41
1 de novembro	Enfermarias	67
9 de novembro	Enfermarias	47
15 de novembro	Enfermarias	49
22 de novembro	Enfermarias	45
29 de novembro	Enfermarias	43
6 de dezembro	Enfermarias	35
13 de dezembro	Enfermarias	45
20 de dezembro	Enfermarias	47

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>27 de dezembro</i>	Enfermarias	38
<i>27 de dezembro</i>	Enfermarias	58
<i>S. João até ao Natal</i>	Casa dos oficiais	12
<i>3 de janeiro</i>	Enfermarias	37
<i>10 de janeiro</i>	Enfermarias	42
<i>17 de janeiro</i>	Enfermarias	40
<i>24 de janeiro</i>	Enfermarias	45
<i>31 de janeiro</i>	Enfermarias	51
<i>7 de fevereiro</i>	Enfermarias	55
<i>14 de fevereiro</i>	Enfermarias	47
<i>21 de fevereiro</i>	Enfermarias	58
<i>28 de fevereiro</i>	Enfermarias	60
<i>7 de março</i>	Enfermarias	49
<i>14 de março</i>	Enfermarias	47
<i>21 de março</i>	Enfermarias	77
<i>28 de março</i>	Enfermarias	76
<i>4 de abril</i>	Enfermarias	77
<i>11 de abril</i>	Enfermarias	59
<i>18 de abril</i>	casa dos oficiais	54
<i>18 de abril</i>	Enfermarias	70
<i>25 de abril</i>	Enfermarias	77
<i>2 de maio</i>	Enfermarias	73
<i>9 de maio</i>	Enfermarias	63
<i>16 de maio</i>	Enfermarias	80
<i>23 de maio</i>	Enfermarias	54
<i>30 de maio</i>	Enfermarias	52
<i>6 de junho</i>	Enfermarias	52
<i>13 de junho</i>	Enfermarias	53
<i>20 de junho</i>	Enfermarias	69
<i>21 de junho</i>	Enfermarias	24
<b>Total</b>		<b>3242</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...(1710/1711)*, cit.

**Anexo 34– Milho retirado do celeiro para os criados entre julho de 1710 e junho de 1711**

<i>Mês</i>	<i>Alqueires</i>
<i>Julho</i>	10
<i>Agosto</i>	8
<i>Setembro</i>	8
<i>Outubro</i>	10
<i>Novembro</i>	10
<i>Dezembro</i>	8
<i>Janeiro</i>	10
<i>Fevereiro</i>	8
<i>Março</i>	8

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>Abril</i>	8
<i>Maio</i>	8
<i>Junho</i>	8
<b>Total</b>	<b>104</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...(1710/1711)*, cit.

**Anexo 35 – Milho retirado do celeiro para as pombas e galinhas entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>28 de junho</i>	2
<i>5 de julho</i>	2
<i>12 de julho</i>	2
<i>19 de julho</i>	2
<i>26 de julho</i>	2
<i>2 de agosto</i>	2
<i>9 de agosto</i>	2
<i>16 de agosto</i>	2
<i>23 de agosto</i>	2
<i>30 de agosto</i>	2
<i>6 de setembro</i>	2
<i>13 de setembro</i>	2
<i>20 de setembro</i>	2
<i>27 de setembro</i>	2
<i>4 de outubro</i>	2
<i>11 de outubro</i>	2
<i>18 de outubro</i>	2
<i>25 de outubro</i>	2
<i>1 de novembro</i>	2
<i>8 de novembro</i>	2
<i>15 de novembro</i>	2
<i>22 de novembro</i>	2
<i>9 de novembro</i>	2
<i>6 de dezembro</i>	2
<i>13 de dezembro</i>	2
<i>20 de dezembro</i>	2
<i>27 de dezembro</i>	2
<i>3 de janeiro</i>	2
<i>10 de janeiro</i>	2
<i>17 de janeiro</i>	2
<i>24 de janeiro</i>	2
<i>31 de janeiro</i>	2
<i>7 de fevereiro</i>	2
<i>14 de fevereiro</i>	2
<i>21 de fevereiro</i>	2
<i>28 de fevereiro</i>	2



Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>7 de março</i>	2
<i>14 de março</i>	2
<i>21 de março</i>	2
<i>28 de março</i>	2
<i>4 de abril</i>	2
<i>11 de abril</i>	2
<i>18 de abril</i>	2
<i>25 de abril</i>	2
<i>2 de maio</i>	2
<i>9 de maio</i>	2
<i>16 de maio</i>	2
<i>23 de maio</i>	2
<i>30 de maio</i>	2
<i>6 de junho</i>	2
<i>12 de junho</i>	2
<i>20 de junho</i>	2
<b>Total</b>	104

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...(1710/1711)*, cit.

**Anexo 36– Consumo semanal de trigo entre 28 de junho de 1710 e 20 de junho de 1711**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>28 de junho</i>	6
<i>5 de julho</i>	12
<i>12 de julho</i>	12
<i>19 de julho</i>	12
<i>26 de julho</i>	12
<i>2 de agosto</i>	12
<i>9 de agosto</i>	12
<i>16 de agosto</i>	12
<i>23 de agosto</i>	12
<i>30 de agosto</i>	12
<i>6 de setembro</i>	12
<i>13 de setembro</i>	12
<i>20 de setembro</i>	12
<i>27 de setembro</i>	12
<i>4 de outubro</i>	12
<i>11 de outubro</i>	12
<i>18 de outubro</i>	12
<i>25 de outubro</i>	12
<i>1 de novembro</i>	12
<i>8 de novembro</i>	12
<i>15 de novembro</i>	12
<i>22 de novembro</i>	12
<i>29 de novembro</i>	12

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>6 de dezembro</i>	12
<i>13 de dezembro</i>	12
<i>20 de dezembro</i>	12
<i>27 de dezembro</i>	12
<i>3 de janeiro</i>	12
<i>10 de janeiro</i>	12
<i>17 de janeiro</i>	12
<i>24 de janeiro</i>	12
<i>31 de janeiro</i>	12
<i>7 de fevereiro</i>	12
<i>14 de fevereiro</i>	12
<i>21 de fevereiro</i>	12
<i>28 de fevereiro</i>	12
<i>7 de março</i>	12
<i>14 de março</i>	12
<i>21 de março</i>	24
<i>28 de março</i>	0
<i>4 de abril</i>	12
<i>11 de abril</i>	24
<i>18 de abril</i>	12
<i>25 de abril</i>	24
<i>2 de maio</i>	12
<i>9 de maio</i>	0
<i>16 de maio</i>	12
<i>23 de maio</i>	24
<i>30 de maio</i>	12
<i>6 de junho</i>	0
<i>13 de junho</i>	12
<i>20 de junho</i>	12
<b>Total</b>	<b>618</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

**Anexo 37– Despesa com ingredientes para doces entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Ingredientes</i>	<i>Arrobas</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>Açúcar</i>	3	7680
<i>Açúcar</i>	4	9600
<i>Abobora</i>	Sem informação	660
<i>Marmelos</i>	Sem informação	770
<i>Marmelos</i>	Sem informação	960
<i>Açúcar branco</i>	3	1250
<i>Açúcar</i>	0.5	960
<b>Total</b>		<b>22480</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

**Anexo 38– Despesa na compra de especiarias entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Especiaria</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>Alecrim</i>	1.755
<i>Açafrão</i>	4.880
<i>Cravo</i>	170
<i>Pimenta</i>	360
<b>Total</b>	<b>7.165</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

**Anexo 39– Despesas do Hospital Real de Coimbra entre junho de 1710 e junho de 1711**

<i>Espécie/género</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Quantia (réis)</i>
<i>Arroz</i>	Sem informação	13.570
<i>Bacalhau</i>	Sem informação	5.250
<i>Carneiro</i>	Sem informação	46.776
<i>Frango</i>	961	3.0289
<i>Fruta</i>	Sem informação	11.340
<i>Galinha</i>	3218	45.7935
<i>Legumes</i>	Sem informação	1.200
<i>Ovos</i>	Sem informação	13.840
<i>Queijo do Alentejo</i>	Sem informação	1.650
<i>Porco</i>	Sem informação	3.850
<i>Presunto</i>	Sem informação	2.800
<i>Sal</i>	Sem informação	1.500

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1710/1711), cit.

**Anexo 40 – Consumo semanal de azeite retirado do armazém entre 29 de junho de 1715 e 27 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>29 de junho</i>	1
<i>6 de julho</i>	2
<i>13 de julho</i>	1
<i>20 de julho</i>	2
<i>27 de julho</i>	1
<i>3 de agosto</i>	2
<i>10 de agosto</i>	1
<i>17 de agosto</i>	2
<i>24 de agosto</i>	1
<i>31 de agosto</i>	2
<i>7 de setembro</i>	2
<i>14 de setembro</i>	1
<i>21 de setembro</i>	2
<i>28 de setembro</i>	2
<i>5 de outubro</i>	2

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>12 de outubro</i>	2
<i>7 de dezembro</i>	2
<i>14 de dezembro</i>	2
<i>21 de dezembro</i>	3
<i>28 de dezembro</i>	2
<i>4 de janeiro</i>	2
<i>11 de janeiro</i>	2
<i>18 de janeiro</i>	2
<i>25 de fevereiro</i>	2
<i>1 de fevereiro</i>	2
<i>8 de fevereiro</i>	2
<i>15 de fevereiro</i>	2
<i>22 de fevereiro</i>	2
<i>29 de fevereiro</i>	2
<i>7 de março</i>	2
<i>14 de março</i>	3
<i>21 de março</i>	2
<i>28 de março</i>	3
<i>4 de abril</i>	2
<i>11 de abril</i>	3
<i>18 de abril</i>	1
<i>25 de abril</i>	2
<i>2 de maio</i>	2
<i>9 de maio</i>	2
<i>16 de maio</i>	2
<i>23 de maio</i>	2
<i>30 de maio</i>	0
<i>6 de junho</i>	2
<i>13 de junho</i>	2
<i>20 de junho</i>	2
<i>27 de junho</i>	4
<b>Total</b>	<b>101</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 41 – Gasto semanal de carne de carneiro nas enfermarias e camadas dos males  
entre 6 de julho de 1715 e 20 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Onde se gastou</i>	<i>Arráteis</i>
<i>6 de julho</i>	Enfermarias	15
<i>13 de julho</i>	Enfermarias	13
<i>20 de julho</i>	Enfermarias	16
<i>27 de julho</i>	Enfermarias	11
<i>3 de agosto</i>	Enfermarias	17
<i>10 de agosto</i>	Enfermarias	0
<i>17 de agosto</i>	Enfermarias	8

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>24 de agosto</i>	Enfermarias	13
<i>31 de agosto</i>	Enfermarias	9
<i>7 de setembro</i>	Enfermarias	0
<i>14 de setembro</i>	Enfermarias	4
<i>21 de setembro</i>	Enfermarias	0
<i>28 de setembro</i>	Enfermarias	0
<i>5 de outubro</i>	Enfermarias	95
<i>12 de outubro</i>	Camada dos males	75
<i>19 de outubro</i>	Camada dos males	62
<i>26 de outubro</i>	Camada dos males	62
<i>9 de novembro</i>	Camada dos males	44
<i>16 de novembro</i>	Enfermarias	0
<i>23 de novembro</i>	Enfermarias	0
<i>30 de novembro</i>	Enfermarias	0
<i>7 de dezembro</i>	Enfermarias	0
<i>14 de dezembro</i>	Enfermarias	0
<i>21 de dezembro</i>	Enfermarias	0
<i>28 de dezembro</i>	Enfermarias	156
<i>4 de janeiro</i>	Enfermarias	0
<i>11 de janeiro</i>	Enfermarias	12
<i>18 de janeiro</i>	Enfermarias	13
<i>25 de janeiro</i>	Enfermarias	17
<i>1 de fevereiro</i>	Enfermarias	9
<i>8 de fevereiro</i>	Enfermarias	12
<i>15 de fevereiro</i>	Enfermarias	7
<i>22 de fevereiro</i>	Enfermarias	0
<i>19 de fevereiro</i>	Enfermarias	20
<i>7 de março</i>	Enfermarias	15
<i>14 de março</i>	Enfermarias	7
<i>21 de março</i>	Enfermarias	0
<i>28 de março</i>	Enfermarias	8
<i>4 de abril</i>	Enfermarias	7
<i>11 de abril</i>	Enfermarias	166
<i>18 de abril</i>	Enfermarias	12
<i>25 de abril</i>	Enfermarias	18,5
<i>2 de maio</i>	Camada dos males	194
<i>9 de maio</i>	Camada dos males	58
<i>16 de maio</i>	Camada dos males	24
<i>23 de maio</i>	Camada dos males	163
<i>30 de maio</i>	Camada dos males	92
<i>6 de junho</i>	Enfermarias	36
<i>13 de junho</i>	Enfermarias	24
<i>20 de junho</i>	Enfermarias	9
<b>Total</b>		<b>1.472,5</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 42– Despesa quotidiana na alimentação dos padres e criados entre 29 de junho de 1715 e 27 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>27 de junho</i>	1.550
<i>6 de julho</i>	1.360
<i>13 de julho</i>	1.370
<i>20 de julho</i>	1.280
<i>27 de julho</i>	1.320
<i>3 de agosto</i>	1.280
<i>10 de agosto</i>	1.220
<i>17 de agosto</i>	1.330
<i>24 de agosto</i>	1.380
<i>31 de agosto</i>	1.420
<i>7 de setembro</i>	1.420
<i>14 de setembro</i>	1.490
<i>21 de setembro</i>	1.660
<i>28 de setembro</i>	1.260
<i>5 de outubro</i>	1.390
<i>12 de outubro</i>	1.240
<i>19 de outubro</i>	1.640
<i>26 de outubro</i>	1.420
<i>2 de novembro</i>	1.640
<i>9 de novembro</i>	2.080
<i>16 de novembro</i>	2.010
<i>23 de novembro</i>	1.940
<i>30 de novembro</i>	2.010
<i>7 de dezembro</i>	2.080
<i>14 de dezembro</i>	2.060
<i>21 de dezembro</i>	1.960
<i>28 de dezembro</i>	1.980
<i>4 de janeiro</i>	2.080
<i>11 de janeiro</i>	1.940
<i>18 de janeiro</i>	1.950
<i>25 de janeiro</i>	2.160
<i>1 de fevereiro</i>	1.990
<i>8 de fevereiro</i>	2.320
<i>15 de fevereiro</i>	2.200
<i>22 de fevereiro</i>	2.600
<i>29 de fevereiro</i>	2.120
<i>7 de março</i>	2.010
<i>14 de março</i>	2.190
<i>21 de março</i>	2.450
<i>28 de março</i>	2.150
<i>4 de abril</i>	1.990

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>11 de abril</i>	2.040
<i>18 de abril</i>	2.030
<i>25 de abril</i>	2.050
<i>2 de maio</i>	2.090
<i>9 de maio</i>	2.280
<i>16 de maio</i>	2.110
<i>23 de maio</i>	1.460
<i>30 de maio</i>	1.520
<i>6 de junho</i>	1.110
<i>13 de junho</i>	1.600
<i>20 de junho</i>	1.480
<i>26 de junho</i>	630
<b>Total</b>	<b>93.340</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 43 – Gasto com a alimentação para os enfermos entre 27 de junho de 1715 e 20 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>27 de junho</i>	290
<i>6 de julho</i>	260
<i>16 de julho</i>	300
<i>20 de julho</i>	320
<i>27 de julho</i>	340
<i>3 de agosto</i>	290
<i>10 de agosto</i>	300
<i>17 de agosto</i>	320
<i>24 de agosto</i>	380
<i>31 de agosto</i>	340
<i>7 de setembro</i>	300
<i>14 de setembro</i>	290
<i>21 de setembro</i>	300
<i>28 de setembro</i>	280
<i>5 de outubro</i>	260
<i>12 de outubro</i>	290
<i>19 de outubro</i>	290
<i>26 de outubro</i>	300
<i>2 de novembro</i>	290
<i>9 de novembro</i>	320
<i>16 de novembro</i>	240
<i>23 de novembro</i>	290
<i>30 de novembro</i>	280
<i>7 de dezembro</i>	290
<i>14 de dezembro</i>	300
<i>21 de dezembro</i>	240

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>28 de dezembro</i>	200
<i>4 de janeiro</i>	240
<i>11 de janeiro</i>	300
<i>18 de janeiro</i>	300
<i>25 de janeiro</i>	300
<i>1 de fevereiro</i>	310
<i>8 de fevereiro</i>	290
<i>15 de fevereiro</i>	280
<i>22 de fevereiro</i>	300
<i>29 de fevereiro</i>	300
<i>7 de março</i>	310
<i>14 de março</i>	260
<i>21 de março</i>	300
<i>28 de março</i>	280
<i>4 de abril</i>	300
<i>11 de abril</i>	280
<i>18 de abril</i>	330
<i>25 de abril</i>	290
<i>2 de maio</i>	340
<i>9 de maio</i>	260
<i>16 de maio</i>	360
<i>23 de maio</i>	280
<i>30 de maio</i>	320
<i>6 de junho</i>	290
<i>13 de junho</i>	320
<i>20 de junho</i>	290
<i>26 de junho</i>	160
<b>Total</b>	<b>14.440</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...(1715/1716)*, cit.

**Anexo 44– Consumo semanal de frangos nas enfermarias e botica entre 27 de junho de 1715 e 20 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Unidades</i>
<i>27 de junho</i>	28
<i>6 de julho</i>	24
<i>13 de julho</i>	25
<i>20 de julho</i>	31
<i>27 de julho</i>	18
<i>3 de agosto</i>	23
<i>10 de agosto</i>	18
<i>17 de agosto</i>	18
<i>24 de agosto</i>	26
<i>31 de agosto</i>	24



Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>7 de setembro</i>	27
<i>14 de setembro</i>	25
<i>21 de setembro</i>	27
<i>28 de setembro</i>	12
<i>5 de outubro</i>	5
<i>12 de outubro</i>	12
<i>19 de outubro</i>	25
<i>26 de outubro</i>	0
<i>2 de novembro</i>	23
<i>9 de novembro</i>	20
<i>16 de novembro</i>	22
<i>23 de novembro</i>	24
<i>30 de novembro</i>	22
<i>7 de dezembro</i>	7
<i>14 de dezembro</i>	12
<i>21 de dezembro</i>	4
<i>28 de dezembro</i>	0
<i>4 de janeiro</i>	3
<i>11 de janeiro</i>	0
<i>18 de janeiro</i>	4
<i>25 de janeiro</i>	0
<i>1 de fevereiro</i>	5
<i>8 de fevereiro</i>	0
<i>15 de fevereiro</i>	4
<i>22 de fevereiro</i>	33
<i>29 de fevereiro</i>	22
<i>7 de março</i>	20
<i>14 de março</i>	25
<i>21 de março</i>	22
<i>28 de março</i>	35
<i>4 de abril</i>	25
<i>11 de abril</i>	28
<i>18 de abril</i>	19
<i>25 de abril</i>	36
<i>2 de maio</i>	38
<i>9 de maio</i>	23
<i>16 de maio</i>	33
<i>23 de maio</i>	52
<i>30 de maio</i>	47
<i>6 de junho</i>	44
<i>13 de junho</i>	22
<i>20 de junho</i>	0
<b>Total</b>	<b>1.046</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 45 – Consumo semanal de galinhas nas enfermarias entre 27 de junho de 1715 e**

**20 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Unidades</i>
<i>27 de junho</i>	34
<i>6 de julho</i>	28
<i>13 de julho</i>	57
<i>20 de julho</i>	68
<i>27 de julho</i>	56
<i>3 de agosto</i>	51
<i>10 de agosto</i>	42
<i>17 de agosto</i>	43
<i>24 de agosto</i>	50
<i>31 de agosto</i>	56
<i>7 de setembro</i>	51
<i>14 de setembro</i>	50
<i>21 de setembro</i>	53
<i>28 de setembro</i>	54
<i>5 de outubro</i>	36
<i>12 de outubro</i>	51
<i>19 de outubro</i>	46
<i>26 de outubro</i>	48
<i>2 de outubro</i>	52
<i>9 de novembro</i>	53
<i>16 de novembro</i>	48
<i>23 de novembro</i>	33
<i>30 de novembro</i>	29
<i>7 de dezembro</i>	47
<i>14 de dezembro</i>	34
<i>21 de dezembro</i>	37
<i>28 de dezembro</i>	26
<i>4 de janeiro</i>	29
<i>11 de janeiro</i>	49
<i>18 de janeiro</i>	38
<i>25 de janeiro</i>	48
<i>1 de fevereiro</i>	48
<i>8 de fevereiro</i>	46
<i>15 de fevereiro</i>	48
<i>22 de fevereiro</i>	53
<i>29 de fevereiro</i>	34
<i>7 de março</i>	38
<i>14 de março</i>	31
<i>21 de março</i>	30
<i>28 de março</i>	44
<i>4 de abril</i>	46

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>11 de abril</i>	65
<i>18 de abril</i>	66
<i>25 de abril</i>	143
<i>30 de abril</i>	63
<i>9 de maio</i>	53
<i>16 de maio</i>	73
<i>23 de maio</i>	71
<i>30 de maio</i>	47
<i>6 de junho</i>	42
<i>13 de junho</i>	36
<i>10 de junho</i>	34
<i>20 de junho</i>	16
<b>Total</b>	<b>2.645</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 46– Milho retirado do celeiro para os criados entre julho de 1715 e junho de 1716**

<i>Mês</i>	<i>Alqueires</i>
<i>Julho</i>	10
<i>Agosto</i>	8
<i>Setembro</i>	10
<i>Outubro</i>	10
<i>Novembro</i>	8
<i>Dezembro</i>	10
<i>Janeiro</i>	8
<i>Fevereiro</i>	10
<i>Março</i>	10
<i>Abril</i>	8
<i>Maio</i>	10
<i>Junho</i>	8
<b>Total</b>	<b>110</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 47– Consumo semanal de milho retirado do celeiro para as pombas entre 27 de junho de 1715 e 20 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>27 de junho</i>	2
<i>6 de julho</i>	2
<i>13 de julho</i>	2
<i>20 de julho</i>	2
<i>27 de julho</i>	2
<i>3 de agosto</i>	2
<i>10 de agosto</i>	2
<i>17 de agosto</i>	2

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>24 de agosto</i>	2
<i>31 de agosto</i>	2
<i>7 de setembro</i>	2
<i>14 de setembro</i>	2
<i>21 de setembro</i>	2
<i>28 de setembro</i>	2
<i>5 de outubro</i>	2
<i>12 de outubro</i>	2
<i>19 de outubro</i>	2
<i>26 de outubro</i>	2
<i>2 de novembro</i>	2
<i>9 de novembro</i>	2
<i>16 de novembro</i>	2
<i>23 de novembro</i>	2
<i>30 de novembro</i>	2
<i>7 de dezembro</i>	2
<i>14 de dezembro</i>	2
<i>21 de dezembro</i>	2
<i>28 de dezembro</i>	2
<i>4 de janeiro</i>	2
<i>11 de janeiro</i>	2
<i>25 de janeiro</i>	2
<i>1 de fevereiro</i>	2
<i>8 de fevereiro</i>	2
<i>15 de fevereiro</i>	2
<i>22 de fevereiro</i>	2
<i>29 de fevereiro</i>	2
<i>7 de março</i>	2
<i>14 de março</i>	2
<i>21 de março</i>	2
<i>25 de março</i>	2
<i>4 de abril</i>	2
<i>11 de abril</i>	2
<i>18 de abril</i>	2
<i>25 de abril</i>	2
<i>2 de maio</i>	2
<i>9 de maio</i>	2
<i>16 de maio</i>	2
<i>23 de maio</i>	2
<i>30 de maio</i>	2
<i>6 de junho</i>	2
<i>13 de junho</i>	2
<i>20 de junho</i>	2
<b>Total</b>	<b>104</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 48 – Consumo semanal de trigo entre 27 de junho de 1715 e 20 de junho de 1716**

<i>Data</i>	<i>Alqueires</i>
<i>27 de junho</i>	12
<i>6 de julho</i>	12
<i>13 de julho</i>	12
<i>20 de julho</i>	12
<i>20 de julho</i>	12
<i>27 de julho</i>	12
<i>3 de agosto</i>	12
<i>10 de agosto</i>	12
<i>17 de agosto</i>	12
<i>24 de agosto</i>	12
<i>31 de agosto</i>	12
<i>7 de setembro</i>	12
<i>14 de setembro</i>	12
<i>21 de setembro</i>	12
<i>28 de setembro</i>	12
<i>5 de outubro</i>	24
<i>12 de outubro</i>	12
<i>19 de outubro</i>	24
<i>26 de outubro</i>	0
<i>2 de novembro</i>	12
<i>9 de novembro</i>	12
<i>16 de novembro</i>	12
<i>23 de novembro</i>	12
<i>30 de novembro</i>	12
<i>7 de dezembro</i>	12
<i>14 de dezembro</i>	12
<i>22 de dezembro</i>	12
<i>28 de dezembro</i>	12
<i>4 de janeiro</i>	12
<i>11 de janeiro</i>	12
<i>18 de janeiro</i>	12
<i>25 de janeiro</i>	12
<i>1 de fevereiro</i>	12
<i>8 de fevereiro</i>	12
<i>15 de fevereiro</i>	12
<i>22 de fevereiro</i>	12
<i>29 de fevereiro</i>	12
<i>7 de março</i>	12
<i>14 de março</i>	12
<i>21 de março</i>	12
<i>28 de março</i>	24

Catarina Macedo  
O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>4 de abril</i>	12
<i>12 de abril</i>	24
<i>18 de abril</i>	12
<i>25 de abril</i>	12
<i>2 de maio</i>	12
<i>9 de maio</i>	12
<i>16 de maio</i>	12
<i>23 de maio</i>	12
<i>30 de maio</i>	12
<i>6 de junho</i>	12
<i>13 de junho</i>	12
<i>20 de junho</i>	12
<b>Total</b>	<b>612</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 49 – Despesa com a confeção de doces entre junho de 1715 e junho de 1716**

<i>Ingredientes</i>	<i>Quantia</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>Açúcar</i>	16,5 arrobas	23.250
<i>Abóboras e marmelos</i>	Sem informação	2.220
<i>Mulher que fez os doces</i>		1200

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 50– Despesa na compra de especiarias entre junho de 1715 e junho de 1716**

<i>Especiaria</i>	<i>Despesa (réis)</i>
<i>Alecrim</i>	2.255
<i>Açafrão</i>	7.800
<i>Cravo e canela</i>	460
<i>Pimenta</i>	1.110
<b>Total</b>	<b>11.625</b>

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

**Anexo 51 – Despesas do Hospital Real de Coimbra entre junho de 1715 e junho de 1716**

<i>Espécie/género</i>	<i>Quantidade comprada</i>	<i>Quantia despendida ( réis)</i>
<i>Bacalhau</i>	1 unidade	6.000
<i>Carneiro</i>	1441 arrátéis	53.765
<i>Frango</i>	Sem informação	29.740
<i>Fruta</i>	Sem informação	9.790
<i>Galinha</i>	2.591	35.3430
<i>Legumes</i>	Sem informação	1.680
<i>Leite</i>	Sem informação	220
<i>Manteiga</i>	Sem informação	1.960
<i>Ovos</i>	Sem informação	11.690
<i>Queijo</i>	Sem informação	1.720
<i>Porco</i>	Sem informação	10.335

Catarina Macedo

O Hospital Real de Coimbra na primeira metade do século XVIII

<i>Presunto</i>	3 unidades	3.500
<i>Trigo</i>	766 alqueires	Sem informação
<i>Vinagre</i>	39 alqueires	9.9440
<i>Vinho</i>	Sem informação	31.230

Fontes: AUC, *Livro de registo de receitas...*(1715/1716), cit.

# Fontes e Bibliografia

## Fontes Manuscritas

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1704/1707)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-4-76.

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra(1707/1709)*, IV-2.<sup>a</sup>E-7-4-77.

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra(1711/1713)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-4-78.

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra(1713/1716)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-4-79.

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1724/1727)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-4-80.

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra (1727/1730)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-4-81.

AUC, *Livro de entrada e saída de doentes do Hospital Real da cidade de Coimbra(1730/1733)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-4-82.

AUC, *Livro de receitas e despesas do Hospital Real da cidade de Coimbra (1699/1700)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-3-50.

AUC, *Livro de receitas e despesas do Hospital Real da cidade de Coimbra (1710/1711)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-3-51.

AUC, *Livro de receitas e despesas do Hospital Real da cidade de Coimbra (1715/1716)*, IV- 2.<sup>a</sup>E-7-3-52.

AUC, *Livro 2.º do registo em que se lanção as provizoens, alvarás e Resolucoens que vem de sua Magestade e do seu tribunal da mesa da consciência e ordens pera este Hospital Real da Cidade de Coimbra começa no ano de 1699*, IV-2.<sup>a</sup>E-7-3-1.

AUC, *Regimento do Hospital Real da Cidade de Coimbra (1769)* IV-2.<sup>a</sup> E-7-3-5.



## Bibliografia

- Araújo, Maria Marta Lobo de, “A pobreza e os meandros da assistência: a Misericórdia de Vila Viçosa (séculos XVI-XVII)”, *Callipole*, n.º 20, 2012.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assistir os pobres e alcançar a salvação”, in Capela, José Viriato, Araújo, Maria Marta Lobo de, “*A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*”, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna” in *Cadernos do Noroeste*. Série História 3, 20 (1-2), 2003.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no Hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna”, in Álvarez, Maria José Pérez, Araújo, Maria Marta Lobo de (coord), “*La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*”, Universidad de León, 2014.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e assistência à doença”, in Capela, José Viriato, Araújo, Maria Marta Lobo de, “*A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*”, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Abreu, Laurinda, “Apontamentos sobre o Hospital da Misericórdia de Elvas (sec. XVI-XVIII)”, *Cubo*, 2007.
- Abreu, Laurinda, “Oferta e regulação em saúde: o legado de D. Manuel I (1495-1521)” in Araújo, Maria Marta Lobo (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas da Misericórdia (séculos XVI-XVIII)*, Santa Casa da Misericórdia de Braga, Braga, 2018.
- Abreu, Laurinda, *O Poder e os pobres – as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Gravada, 2014.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memórias e quotidiano: as visitas e as devassas ao Hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014.
- Barbosa, José Luís dos Santos, “O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, “A assistência em Coimbra em tempos manuelinos no Hospital Novo”, *Biblos*, Coimbra, vol. LXXII.

Dias, Sofia Pereira, *Trazer vida à Baixa: reabilitação do antigo Hospital Real de Coimbra*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.

Fernandes, Paula Sofia, *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600-1850)*, tese de doutoramento em História Moderna apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Minho, 2015.

Fernandes, Paula Sofia Costa, “ O papel dos alimentos na cura dos corpos no hospital de Penafiel (séculos XVIII-XIX), in Lobo, Maria Marta Lobo de (coord.), *Hábitos Alimentares e Práticas Quotidianas nas instituições portuguesa da Idade Moderna ao período Liberal*”, Lab2PT, Braga, 2015.

Lopes, Luís Seabra, “Medidas portuguesas de capacidade: origem e difusão dos principais alqueires usados até ao século XIX”, *Revista Portuguesa da História*, 36(2º), Coimbra.

Lopes, Maria Antónia, “A enfermagem hospitalar em Portugal entre os séculos XVI e XIX: mitos e realidades” in Constança Festas *et al.* (org.), *Sob o signo da História Comparada: a enfermagem na Europa do Sul*, Porto, Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, 2019.

Lopes, Maria Antónia, “Enfermeiros e enfermeiras nos hospitais portugueses: dos séculos XVIII e XIX: Continuidades e ruturas” in Esteves, Alexandra, “ Homens e instituições políticas (séculos XVI-XIX), Guimarães, Lab2Pt, 2019, p. 156-158.

Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários (meados do séc. XVIII-meados do séc. XIX)”, in Silva, Carlos Guardado da, (coord.), *História da saúde e das doenças*, Lisboa, Ed. Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras, 2012.

Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, Viseu, Palimage, 2000, vol. I e vol. II.

Nogueira, José Maria António, “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos os Santos – 15 de maio de 1492”, *Esparsos: Arqueologia, Etnografia, Bibliografia e História*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Pacheco, António, *De Todos-os-Santos a São José: textos e contextos do «espiritual grande de Lixboa»*, dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

Paiva, José Pedro, “Introdução”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* 2, Lisboa, UMP, 2003.

Ramos, Rute, *O Hospital Real de Todos os Santos: história, memória e património arquivístico*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2019.

Ribeiro, Ana Isabel, *Nobrezas e governança – identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012, v. I.

Rocha, Ana Rita, *A assistência em Coimbra na Idade Média: a dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)*, dissertação de doutoramento em História apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.

Rocha, Ana Rita Saraiva da, *A institucionalização dos leprosos – o Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, dissertação de mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

Rodrigues, Isabel Maria Pereira, *Doença e cura: virtude do Hospital Real das Caldas (1706-1777) – elementos sociais e económicos*, tese de mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

Rodrigues, Eugénia, *Discurso médico e práticas alimentares no Hospital Real de Moçambique no início do século XIX*, *História, Ciências, Saúde – Manquinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, 2014.

Rodrigues, Lisbeth *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2013.

Rodrigues, Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, Porto, CEPESE e Edições Afrontamento, 2008.

Simões, António Augusto da Costa, *Notícia histórica dos hospitais da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1882.